Universidade de São Paulo
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

O MÓVEL NA MORADIA URBANA MINEIRA DO SÉCULO XVIII E INÍCIO DO XIX

Karina Ribeiro de Oliveira

São Paulo
2017

Capa: detalhe, leito do acervo do Museu Regional de São João del-Rei, MG. Fonte: foto da autora (2015).

KARINA RIBEIRO DE OLIVEIRA

O móvel na moradia urbana mineira do século XVIII e início do XIX

Dissertação apresentada à Faculdade de
Arquitetura e Urbanismo da Universidade
de São Paulo para obtenção do título de
Mestre em Ciências

Área de concentração: História e
Fundamentos da Arquitetura e do
Urbanismo

Orientadora: Dra. Andrea Buchidid Loewen

São Paulo
2017

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

E-MAIL DA AUTORA: karina.ribeiro@usp.br

Oliveira, Karina Ribeiro de
O48m O móvel na moradia urbana mineira do século XVIII e início do XIX /
Karina Ribeiro de Oliveira. -- São Paulo, 2017.
221 p. : il.

Dissertação (Mestrado - Área de Concentração: História e
Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – FAUUSP.
Orientadora: Andrea Buchidid Loewen

1.Mobiliário 2.Mobiliário doméstico 3.Arquitetura 4.Casas 5.História
do cotidiano 6.Minas Gerais I.Título

CDU 749

OLIVEIRA, Karina Ribeiro de. **O móvel na moradia urbana mineira do século XVIII e início do XIX.** 2017. 220 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento _____

À minha família.

Agradecimentos

À professora Doutora Andrea Buchidid Loewen, pela orientação sábia e precisa. Pelo entusiasmo e incentivo no decorrer do trabalho, e pelo exemplo de postura humana e paciente frente às minhas limitações.

Aos professores Artur Simões Rozestraten e Maria Lucia Bressan Pinheiro pelas preciosas contribuições no Exame de Qualificação.

Aos professores Julio Roberto Katinsky, Luiz Americo de Souza Munari e Luciano Migliaccio, pelas contribuições em sala de aula.

Às instituições: Museu da Inconfidência, Museu Casa dos Inconfidentes, Casa dos Contos, Museu do Oratório/Instituto Cultural Flávio Gutierrez, Casa do Patrimônio de Ouro Preto/Iphan, Museu Casa Padre Toledo, Museu Regional de São João del-Rei, Museu do Ouro, Museu da Casa Brasileira, e seus respectivos funcionários, pelas contribuições ao trabalho.

À Janine Menezes y Ojeda (museóloga do Museu da Inconfidência), Vanessa Gonçalves de Vasconcelos (coordenadora geral do Museu do Oratório), Romilda Mesquita (museóloga do Museu Casa dos Inconfidentes) e Angelo Zacarias Lanza (chefe de serviço do Museu do Ouro) pela generosa atenção despendida no atendimento a minhas visitas e e-mails e pelas informações e documentos cedidos.

Aos professores da FAUeD-UFU, em especial à professora Doutora Marília Teixeira Vale que, no decorrer do curso de graduação, por seu exemplo e dedicação inspirou os primeiros interesses pelos estudos relacionados ao tema da pesquisa.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, pelo auxílio financeiro.

À FAU-USP pela oportunidade, e aos seus funcionários pela assistência sempre que solicitada.

Aos amigos de vivência acadêmica Thais Pereira, Marcio Rodrigo, Ana Lara Lessa, Rafael Moura, Maria Lúcia Izar, pela companhia, cumplicidade e boas recordações do período de aprendizado.

A Tiago Sene Maciel, pela amizade e pelo auxílio em minha adaptação à nova vida na Metrópole.

A Ronaldo Júnior e Marco Oliveira pelo generoso auxílio na ocasião de minha transferência de Minas Gerais para São Paulo.

À Aline Alves, companheira de UFU e de USP, pela amizade, presença e carinho ao longo de tantos anos.

Às amigas Simone Gonzaga, Renata Sousa e Sibely Cortes, pelo carinho e apoio ao longo dessa e de outras jornadas.

Aos familiares próximos, em especial aos meus pais e minha irmã, Zaida Ribeiro, Reinaldo Ribeiro e Tatiana Ribeiro, por todo o amor, auxílio e apoio incondicional.

Resumo

OLIVEIRA, Karina Ribeiro de. **O móvel na moradia urbana mineira do século XVIII e início do XIX**. 2017. 220 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

O presente trabalho se dedica ao estudo do mobiliário presente nas casas dos povoados de Minas Gerais no século XVIII e início do XIX, entendendo-o como um dos principais elementos para a compreensão da dinâmica dos interiores residenciais e também tomando-o como parte integrante de uma complexa rede de relações, dadas as suas implicações na história social e da “cultura material”. Deste modo, busca-se analisar os móveis, para além das classificações e descrições estilísticas, com o intuito de aprofundar o entendimento de seus usos e funções e em relação aos ambientes nos quais estes se inseriam, procurando-se também abordar questões relativas às características recorrentes ou particularidades tidas como de produção mineira. Para se cumprir tal objetivo, recorreu-se não apenas à bibliografia de referência mas também a textos coevos e fontes primárias disponíveis em diversos acervos e museus. Do cruzamento de tais informações se buscou estabelecer um diálogo vivo que permite lançar luz sobre importantes mudanças concernentes à vida privada no contexto da América portuguesa no decorrer dos Setecentos e princípio dos Oitocentos, assim como sobre a importância do reconhecimento das especificidades desenvolvidas no ambiente de produção artística e moveleira mineira e de seus condicionantes, questões que apontam ainda outras possibilidades de estudos acerca do móvel em uso na região mineira no século XVIII e início do XIX.

Palavras-chave: mobiliário; mobiliário doméstico; Minas Gerais; arquitetura; casas; história do cotidiano

Abstract

OLIVEIRA, Karina Ribeiro de. **The furniture in the urban housing in Minas Gerais of the XVIII and early XIX century.** 2017. 220 s. Dissertation (Master's Degree) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

The current work is dedicated to the study of the furniture in the houses of Minas Gerais' Villages in the 18th and early 19th centuries; understanding it as one of the main elements in the comprehension of the residential interior's dynamic. It has also been taken as a part of a complex net of relations, given its implications in the social and "material culture" history. Therefore, this study's aim is to analyze the furniture beyond the classifications and stylistic descriptions, with the intention of deepening the understanding of its uses and functions in relation to the environment in which the pieces were inserted; as well as approaching matters related to the recurrent characteristics or peculiarities seen as a Minas Gerais' production. To fulfill such goal, in addition to reference bibliography, coeval texts and primary sources, which are available in several collections and museums, were consulted. By interweaving such information, it was sought to establish a living dialogue which allows light to be shed on important changes regarding the private life in the Portuguese-America's context throughout the 700's and early 800's, as well as on the importance of recognizing the specificities developed in the artistic and furniture production environment in Minas Gerais; issues that point out even more possibilities of study concerning the furniture used in the Eighteenth and early Nineteenth century in the studied region.

Keywords: furniture; domestic furniture; Minas Gerais; architecture; houses; every day history

Lista de Figuras

- Figura 1a:** Antigas residências interligadas do Reverendo Bento Cortês de Toledo e do Vigário Carlos Correia de Toledo (sede do atual Museu Casa Padre Toledo), Tiradentes, MG. Fonte: foto da autora (2015) ----- p. 58
- Figura 1b:** Antigas residências interligadas do Reverendo Bento Cortês de Toledo e do Vigário Carlos Correia de Toledo (sede do atual Museu Casa Padre Toledo), Tiradentes, MG. Fonte: foto da autora (2015) ----- p. 58
- Figura 2:** Planta do atual Museu Casa Padre Toledo, instalado no imóvel no qual residiu o Vigário. Fonte: Arcoweb (2016) ----- p. 59
- Figura 3:** Antiga residência de João Rodrigues de Macedo, atual Casa dos Contos de Ouro Preto, MG. Fonte: foto da autora (2015) ----- p. 60
- Figura 4a:** Planta da possível configuração do primeiro pavimento da residência de João Rodrigues de Macedo no ano de 1784. Fonte: Ferraz (1985, p. 65) ----- p. 60
- Figura 4b:** Planta da possível configuração do segundo pavimento da residência de João Rodrigues de Macedo no ano de 1784. Fonte: Ferraz (1985, p. 70) ----- p. 60
- Figura 5:** Planta e elevação, casa térrea urbana. Fonte: Vasconcellos (2011, p. 136) ----- p. 63
- Figura 6:** Planta, casa térrea urbana. Fonte: Vasconcellos (2011, p. 135) ----- p. 63
- Figura 7:** Planta e elevação, casa térrea urbana. Fonte: Vasconcellos (2011, p. 134) ----- p. 64
- Figura 8:** Plantas e elevações, casa térrea urbana com porão. Fonte: Vasconcellos (2011, p. 141) ----- p. 64
- Figura 9a:** Planta, casa térrea que teria pertencido ao Padre Lucindo de Sousa Coutinho. Santa Bárbara, MG. Fonte: Rodrigues (1979, p. 183) ----- p. 65
- Figura 9b:** Casa térrea que teria pertencido ao Padre Lucindo de Sousa Coutinho. Santa Bárbara, MG. Fonte: Cerquize (2011) ----- p. 65
- Figura 10:** Planta, casa térrea. Santa Bárbara, MG. Fonte: Rodrigues (1979, p. 183) ----- p. 66
- Figura 11a:** Perspectiva, vestíbulo de um sobrado. Sabará, MG. Fonte: Rodrigues (1979, p. 173) ----- p. 69

Figura 11b: Planta, segundo pavimento de um sobrado. Sabará, MG. Fonte: Rodrigues (1979, p. 173) -----	p. 69
Figura 12: Elevação e plantas, primeiro e segundo pavimentos de um sobrado. Fonte: Vasconcellos (2011, p. 144) -----	p. 70
Figura 13: Plantas, primeiro e segundo pavimentos de um sobrado. Fonte: Vasconcellos (2011, p. 146) -----	p. 70
Figura 14: Plantas, primeiro e segundo pavimentos de um sobrado. Fonte: Vasconcellos (2011, p.143) -----	p. 71
Figura 15: Planta, piso superior de um sobrado. Mariana, MG. Fonte: Rodrigues (1979, p. 149) -----	p. 71
Figura 16: Plantas, primeiro e segundo pavimentos de um sobrado. Mariana, MG. Fonte: Rodrigues (1979, p. 149) -----	p. 72
Figura 17: Perspectiva e planta de um sobrado. Mariana, MG. Fonte: Rodrigues (1979, p.151) -----	p. 73
Figura 18a: Planta de um sobrado onde teria residido o Barão do Pontal. Mariana, MG. Fonte: Rodrigues (1979, p. 147) -----	p. 74
Figura 18b: Fachada de um sobrado onde teria residido o Barão do Pontal. Mariana, MG. Fonte: COMPAT (2016b) -----	p. 74
Figura 18c: Detalhe de um dos balcões de um sobrado onde teria residido o Barão do Pontal. Mariana, MG. Fonte: COMPAT (2016b) -----	p. 74
Figura 19: Planta, piso superior de um sobrado. Mariana, MG. Fonte: Rodrigues (1979, p. 149) -----	p. 75
Figura 20: Ilustração de uma “velha cozinha”. Fonte: Rodrigues (1979, p. 155) - -----	p. 80
Figura 21: Cadeira, século XVII. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG. Fonte: Museu da Inconfidência (2013) -----	p. 93
Figura 22: Cadeira, século XVIII. Museu do Ouro, Sabará, MG. Fonte: foto da autora (2015) -----	p. 94
Figura 23: Tamborete, século XVIII. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG. Fonte: Museu da Inconfidência (2015) -----	p. 94
Figura 24: Tamborete, século XIX. Museu do Oratório, Ouro Preto, MG. Fonte: Acervo Museu do Oratório / Instituto Cultural Flávio Gutierrez -----	p. 94
Figura 25: forro com pintura atribuída a Manuel da Costa Ataíde, em um dos espaços do piso superior da antiga residência de João Rodrigues de Macedo,	

atual Casa dos Contos de Ouro Preto, MG. Fonte: foto da autora (2014) -----
----- p. 97

Figura 26: detalhe de um fragmento de forro com pintura original, pertencente a um dos espaços térreos da antiga residência de João Rodrigues de Macedo, atual Casa dos Contos de Ouro Preto, MG. Fonte: foto da autora (2014) -----
----- p. 97

Figura 27: janelas de prospecção que mostram pinturas decorativas na parede do piso térreo do sobrado que teria pertencido ao Reverendo Bento Cortês de Toledo, localizado no atual Museu Casa Padre Toledo em Tiradentes, MG. Fonte: foto da autora (2015) ----- p. 98

Figura 28: “Une dame brésilienne dans son intérieur”, Jean Baptiste Debret, litografia de C. Etienne Pierre Motte. Fonte: Moura (2012, p. 380) ----- p. 102

Figura 29: Aquarela sem título, Joaquim Candido Guillobel, ca. 1814. Fonte: Fundação Casa de Rui Barbosa (2016) ----- p. 103

Figura 30: “Famille de planteurs”, Johann Moritz Rugendas, litografia de G. Engelmann. Fonte: Moura (2012, p. 460) ----- p. 103

Figura 31: “Une visite à la campagne”, Jean Baptiste Debret, litografia de Thierry Frères. Fonte: Moura (2012, p. 381) ----- p. 104

Figura 32: “Le dessous de la porte cochère d'un personnage de la cour”, Jean Baptiste Debret, litografia de Thierry Frères. Fonte: Debret (1972, t. II, vol. 3, paginação irregular) ----- p. 106

Figura 33: Bancos e mesa. Museu Casa dos Inconfidentes, Ouro Preto, MG. Fonte: foto da autora (2014) ----- p. 107

Figura 34: Banco (pertencente a um par). Museu Regional de São João del-Rei, MG. Fonte: foto da autora (2015) ----- p. 107

Figura 35: Canapé e cadeiras, primeiro quarto do século XIX. Casa dos Contos, Ouro Preto, MG. Fonte: foto da autora (2015) ----- p. 108

Figura 36: Marquesa, primeira metade do século XIX. Casa do Patrimônio de Ouro Preto/Iphan, MG. Fonte: Museu da Inconfidência (2015) ----- p. 109

Figura 37: Marquesa, segundo quarto do século XIX. Museu do Ouro, Sabará, MG. Fonte: foto da autora (2015) ----- p. 109

Figura 38: Marquesa, primeira metade do século XIX. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG. Fonte: Museu da Inconfidência (2015) ----- p. 109

Figura 39: Sofá, primeira metade do século XIX. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG. Fonte: O museu da Inconfidência (1995, p. 230) -----	p. 110
Figura 40a: Par de sofás, segundo quarto do século XIX. Museu do Ouro, Sabará, MG. Fonte: foto da autora (2015) -----	p. 110
Figura 40b: Par de sofás, segundo quarto do século XIX. Museu do Ouro, Sabará, MG. Fonte: foto da autora (2015) -----	p. 110
Figura 41: Cadeira de braços, primeira metade do século XVIII. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG. Fonte: Museu da Inconfidência (2014) -----	p. 112
Figura 42: Cadeira, primeira metade do século XIX. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG. Fonte: Museu da Inconfidência (2013) -----	p. 112
Figura 43: Cadeira, segunda metade do século XVIII. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG. Fonte: Museu da Inconfidência (2013) -----	p. 113
Figura 44: Cadeira de campanha, segunda metade do século XVIII. Casa dos Contos, Ouro Preto, MG. Fonte: foto da autora (2015) -----	p. 113
Figura 45: Cadeira de campanha, segunda metade do século XVIII. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG. Fonte: Museu da Inconfidência (2013) -----	p. 113
Figura 46: Tamborete (pertencente a um par), provavelmente do século XVIII. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG. Fonte: Museu da Inconfidência (2015) -----	p. 114
Figura 47: Tamborete, segunda metade do século XVIII. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG. Fonte: Museu da Inconfidência (2015) -----	p. 114
Figura 48: Cadeira de costas de bacalhau, segunda metade do século XVIII. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG. Fonte: Museu da Inconfidência (2014) -----	p. 114
Figura 49a: Cadeira de canto, segunda metade do século XVIII. Museu Casa Padre Toledo, Tiradentes, MG. Fonte: foto da autora (2007) -----	p. 115
Figura 49b: Cadeira de canto, segunda metade do século XVIII. Museu Casa Padre Toledo, Tiradentes, MG. Fonte: foto da autora (2015) -----	p. 115
Figura 50: Tamborete sanitário, século XVIII. Museu do Ouro, Sabará, MG. Fonte: foto da autora (2015) -----	p. 116
Figura 51: Banco de fiar, século XVIII. Museu do Ouro, Sabará, MG. Fonte: foto	

da autora (2015) -----	p. 116
Figura 52: Cadeira de Costura, século XVIII. Museu do Oratório, Ouro Preto, MG. Fonte: Acervo Museu do Oratório / Instituto Cultural Flávio Gutierrez -----	p. 116
Figura 53a: Mesa de aba e cancela, século XVIII. Museu Regional de São João del-Rei, MG. Fonte: foto da autora (2015) -----	p. 118
Figura 53b: Mesa de aba e cancela, século XVIII. Museu Regional de São João del-Rei, MG. Fonte: foto da autora (2015) -----	p. 118
Figura 54: Mesa de aba e cancela, século XVIII. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG. Fonte: Museu da Inconfidência (2015) -----	p. 118
Figura 55: Mesa, segunda metade do século XVIII. Procedente da residência de João Rodrigues de Macedo, atual Casa dos Contos de Ouro Preto. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG. Fonte: Museu da Inconfidência (2015) -----	p. 121
Figura 56: Mesa, segunda metade do século XVIII. Procedente da residência de João Rodrigues de Macedo, atual Casa dos Contos de Ouro Preto. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG. Fonte: Museu da Inconfidência (2015) -----	p. 121
Figura 57: Mesa, século XVIII. Museu do Ouro, Sabará, MG. Fonte: foto da autora (2015) -----	p. 122
Figura 58: Mesa, século XVIII. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG. Fonte: Museu da Inconfidência (2015) -----	p. 122
Figura 59: Mesa, século XVII. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG. Fonte: Museu da Inconfidência (2015) -----	p. 122
Figura 60: Mesa, século XVIII. Museu do Ouro, Sabará, MG. Fonte: foto da autora (2015) -----	p. 122
Figura 61: Mesa, século XVIII. Museu do Ouro, Sabará, MG. Fonte: foto da autora (2015) -----	p. 123
Figura 62: Mesa, século XVIII. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG. Fonte: Museu da Inconfidência (2015) -----	p. 123
Figura 63: Mesa, século XVIII/XIX. Museu Casa dos Inconfidentes, Ouro Preto, MG. Fonte: foto da autora (2014) -----	p. 123
Figura 64: Mesa de encostar, segunda metade do século XVIII. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG. Fonte: Museu da Inconfidência (2015) -----	

-----	p. 124
Figura 65: Mesa de encostar, segunda metade do século XVIII. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG. Fonte: Museu da Inconfidência (2015) -----	
-----	p. 124
Figura 66: Mesa de jogos, primeira metade do século XIX. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG. Fonte: Museu da Inconfidência (2015) -----	
-----	p. 124
Figura 67: Mesa queijeira, provavelmente do século XVIII. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG. Fonte: Museu da Inconfidência (2015) -----	
-----	p. 125
Figura 68: Mesa com tampo retrátil, século XVIII. Museu do Ouro, Sabará, MG. Fonte: foto da autora (2015) -----	p. 126
Figura 69a: Caixa com escaninho interno, século XVIII/XIX. Museu Casa dos Inconfidentes, Ouro Preto, MG. Fonte: foto da autora (2015) -----	p. 129
Figura 69b: Detalhe caixa com escaninho interno, século XVIII/XIX. Museu Casa dos Inconfidentes, Ouro Preto, MG. Fonte: foto da autora (2015) -----	p. 129
Figura 70: Caixa, século XVIII. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG. Fonte: Museu da Inconfidência (2015) -----	p. 130
Figura 71: Caixa, século XVIII. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG. Fonte: Museu da Inconfidência (2015) -----	p. 130
Figura 72: Caixa, século XVIII. Museu Regional de São João del-Rei, MG. Fonte: foto da autora (2015) -----	p. 131
Figura 73: Arca, século XVIII/XIX, Museu Casa dos Inconfidentes, Ouro Preto, MG. Fonte: foto da autora (2015) -----	p. 131
Figura 74: Arca, século XVIII. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG. Fonte: Museu da Inconfidência (2015) -----	p. 131
Figura 75: Arca, segunda metade do século XVIII. Museu da Inconfidência, MG. Fonte: Museu da Inconfidência (2015) -----	p. 132
Figura 76: Arca, século XVIII. Museu do Ouro, Sabará, MG. Fonte: foto da autora (2015) -----	p. 132
Figura 77: Baú (miniatura), primeira metade do século XVIII. Museu da Inconfidência, MG. Fonte: Museu da Inconfidência (2015) -----	p. 132
Figura 78: Baú, século XVIII. Museu da Inconfidência, MG. Fonte: Museu da Inconfidência (2015) -----	p. 132

Figura 79a: Arca de noiva, segunda metade do século XVIII. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG. Fonte: O Museu da Inconfidência (1995, p. 205) ----- p. 133

Figura 79b: Detalhe arca de noiva, segunda metade do século XVIII. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG. Fonte: O Museu da Inconfidência (1995, p. 204) ----- p. 133

Figura 80: Armário, provavelmente do século XVIII. Museu Casa Padre Toledo, Tiradentes, MG. Fonte: foto da autora (2015) ----- p. 134

Figura 81: Armário, século XVIII/XIX. Museu Casa dos Inconfidentes, Ouro Preto, MG. Fonte: foto da autora (2015) ----- p. 134

Figura 82: Armário, primeira metade do século XIX. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG. Fonte: Museu da Inconfidência (2015) ----- p. 135

Figura 83: Armário, século XIX. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG. Fonte: Museu da Inconfidência (2015) ----- p. 135

Figura 84: Armário, segunda metade do século XVIII. Museu do Ouro, Sabará, MG. Fonte: foto da autora (2015) ----- p. 136

Figura 85a: Armário com cimalha falsa, século XVIII. Museu do Ouro, Sabará, MG. Fonte: foto da autora (2015) ----- p. 137

Figura 85b: Detalhe armário com cimalha falsa, século XVIII. Museu do Ouro, Sabará, MG. Fonte: foto da autora (2015) ----- p. 137

Figura 86a: Armário com nicho central, segunda metade do século XVIII. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG. Fonte: Museu da Inconfidência (2016) ----- p. 137

Figura 86b: Armário com nicho central, segunda metade do século XVIII. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG. Fonte: Museu da Inconfidência (2016) ----- p. 137

Figura 87: Armário, século XVIII/XIX. Museu Casa dos Inconfidentes, Ouro Preto, MG. Fonte: foto da autora (2014) ----- p. 138

Figura 88: Armário, provavelmente do século XVIII. Casa do Patrimônio de Ouro Preto/Iphan, MG. Fonte: Museu da Inconfidência (2015) ----- p. 139

Figura 89: Meia-cômoda/Mesa-cômoda, século XIX. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG. Fonte: Museu da Inconfidência (2014) ----- p. 140

Figura 90: Meia-cômoda, primeira metade do século XIX. Casa do Patrimônio de Ouro Preto/Iphan, MG. Fonte: Museu da Inconfidência (2015) ----- p. 141

- Figura 91:** Cômoda três-quartos, segunda metade do século XVIII. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG. Museu da Inconfidência (2015) ----- p. 141
- Figura 92:** Cômoda, meados do século XVIII. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG. Fonte: Museu da Inconfidência (2013) ----- p. 141
- Figura 93:** Cômoda-papeleira, segunda metade do século XVIII. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG. Fonte: Museu da Inconfidência (2015) -----
----- p. 143
- Figura 94:** Cômoda-papeleira, primeira metade do século XIX. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG. Fonte: Museu da Inconfidência (2015) -----
----- p. 143
- Figura 95:** Cômoda-papeleira, século XVIII. Museu do Ouro, Sabará. Fonte: foto da autora (2015) ----- p. 144
- Figura 96:** Oratório de Salão, século XVIII. Museu do Oratório, Ouro Preto, MG. Fonte: Acervo Museu do Oratório / Instituto Cultural Flávio Gutierrez -----
----- p. 146
- Figura 97:** Oratório de Salão, século XVIII. Museu do Oratório, Ouro Preto, MG. Fonte: Acervo Museu do Oratório / Instituto Cultural Flávio Gutierrez -----
----- p. 146
- Figura 98:** Oratório Bala, século XVIII. Atribuído a Francisco Vieira Servas. Museu do Oratório, Ouro Preto, MG. Fonte: Acervo Museu do Oratório / Instituto Cultural Flávio Gutierrez ----- p. 147
- Figura 99:** Oratório de Salão, século XVIII. Pintura atribuída a Manuel da Costa Ataíde. Museu do Oratório, Ouro Preto, MG. Fonte: Acervo Museu do Oratório / Instituto Cultural Flávio Gutierrez ----- p. 147
- Figura 100:** Oratório, século XVIII. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG. Fonte: Museu da Inconfidência (2015) ----- p. 148
- Figura 101:** Oratório de Salão, século XIX. Museu do Oratório, Ouro Preto, MG. Fonte: Acervo Museu do Oratório / Instituto Cultural Flávio Gutierrez -----
----- p. 149
- Figura 102:** Oratório de Alcova, final do século XVIII / Início do XIX. Museu do Oratório, Ouro Preto, MG. Fonte: Acervo Museu do Oratório / Instituto Cultural Flávio Gutierrez ----- p. 149

- Figura 103:** Oratório de Alcova, final do século XVIII / Início do XIX. Museu do Oratório, Ouro Preto, MG. Fonte: Acervo Museu do Oratório / Instituto Cultural Flávio Gutierrez ----- p. 149
- Figura 104:** Oratório de Alcova, século XIX. Museu do Oratório, Ouro Preto, MG. Fonte: Acervo Museu do Oratório / Instituto Cultural Flávio Gutierrez ----- p. 150
- Figura 105:** Oratório de Alcova, século XVIII. Museu do Oratório, Ouro Preto, MG. Fonte: Acervo Museu do Oratório / Instituto Cultural Flávio Gutierrez ----- p. 150
- Figura 106:** Oratório de salão, século XVIII. Museu Regional de São João del-Rei, MG. Fonte: foto da autora (2015) ----- p. 151
- Figura 107:** Oratório, século XVIII/XIX. Museu do Oratório, Ouro Preto, MG. Fonte: Acervo Museu do Oratório / Instituto Cultural Flávio Gutierrez ----- p. 152
- Figura 108:** Oratório, século XVIII. Museu do Ouro, Sabará, MG. Fonte: foto da autora (2015) ----- p. 152
- Figura 109:** Oratório Bala, século XVIII. Museu do Oratório, Ouro Preto, MG. Fonte: Acervo Museu do Oratório / Instituto Cultural Flávio Gutierrez ----- p. 153
- Figura 110:** Oratório de Lapinha, segunda metade do século XVIII. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG. Fonte: Museu da Inconfidência (2015) ----- p. 153
- Figura 111:** Oratório “afro-brasileiro”, primeira metade do século XIX. Museu do Oratório, Ouro Preto, MG. Fonte: Acervo Museu do Oratório / Instituto Cultural Flávio Gutierrez ----- p. 154
- Figura 112:** Oratório “afro-brasileiro”, século XIX. Museu do Oratório, Ouro Preto, MG. Fonte: Acervo Museu do Oratório / Instituto Cultural Flávio Gutierrez ----- p. 154
- Figura 113:** Oratório “afro-brasileiro”, século XIX. Museu do Oratório, Ouro Preto, MG. Fonte: Acervo Museu do Oratório / Instituto Cultural Flávio Gutierrez ----- p. 154
- Figura 114:** Catre. Museu Casa dos Inconfidentes, Ouro Preto, MG. Fonte: foto da autora (2014) ----- p. 157

Figura 115: Catre. Museu Casa dos Inconfidentes, Ouro Preto, MG. Fonte: foto da autora (2014) -----	p. 158
Figura 116: Fragmento de leito, segunda metade do século XVIII. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG. Fonte: Museu da Inconfidência (2015) -----	p. 158
Figura 117: Leito infantil, primeira metade do século XIX. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG. Fonte: Museu da Inconfidência (2015) -----	p. 158
Figura 118: Catre, século XIX. Museu do Oratório, Ouro Preto, MG. Fonte: Acervo Museu do Oratório / Instituto Cultural Flávio Gutierrez -----	p. 159
Figura 119: Leito, meados do século XVIII. Pertenceu ao Frei José de Santa Rita Durão, MG. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG. Fonte: Museu da Inconfidência (2014) -----	p. 159
Figura 120a: Leito, primeiro quarto do século XIX. Museu Regional de São João del-Rei, MG. Fonte: foto da autora (2015) -----	p. 160
Figura 120b: Detalhe leito, primeiro quarto do século XIX. Museu Regional de São João del-Rei, MG. Fonte: foto da autora (2015) -----	p. 160
Figura 121: Leito, primeiro quarto do século XIX. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG. Fonte: Museu da Inconfidência (2014) -----	p. 160
Figura 122: Leito. Museu Regional de São João del-Rei, MG. Fonte: foto da autora (2015) -----	p. 161
Figura 123: Camilha, segunda metade do século XVIII. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG. Fonte: Museu da Inconfidência (2014) -----	p. 163
Figura 124a: Leito, último quartel do século XVIII. Museu do Ouro, Sabará, MG. Fonte: foto da autora (2015) -----	p. 183
Figura 124b: Detalhe leito, último quartel do século XVIII. Museu do Ouro, Sabará, MG. Fonte: foto da autora (2015) -----	p. 183
Figura 125: Leito, século XVII. Palácio Nacional da Pena, Sintra, Portugal. Fonte: Governo de Portugal (2016a) -----	p. 184
Figura 126: Leito. Museu dos Biscainhos, Braga, Portugal. Fonte: Governo de Portugal (2016b) -----	p. 184
Figura 127: Leito, século XVIII. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG. Fonte: Museu da Inconfidência (2013) -----	p. 185

Figura 128: Leito, primeira metade do Século XVIII. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG. Fonte: Museu da Inconfidência (2015)	p. 185
Figura 129: Leito, século XVIII. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG. Fonte: Museu da Inconfidência (2013)	p. 185
Figura 130a: Leito, provavelmente do século XIX. Museu Regional de São João del-Rei, MG. Fonte: foto da autora (2015)	p. 186
Figura 130b: Detalhe leito, provavelmente do século XIX. Museu Regional de São João del-Rei, MG. Fonte: foto da autora (2015)	p. 186
Figura 131: Ilustrações de José Wasth Rodrigues de exemplares de “camas de Minas”. Fonte: Rodrigues (1943, p. 92)	p. 186
Figura 132: Leito, transição entre os séculos XVIII e XIX. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG. Fonte: Museu da Inconfidência (2015)	p. 187
Figura 133a: Catre, século XVIII. Museu do Ouro, Sabará, MG. Fonte: foto da autora (2015)	p. 188
Figura 133b: Detalhe catre, século XVIII. Museu do Ouro, Sabará, MG. Fonte: foto da autora (2015)	p. 188
Figura 134: Leito, último terço do século XVIII. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG. Fonte: Museu da Inconfidência (2014)	p. 189
Figura 135: Ilustrações de José Wasth Rodrigues de exemplares de “camas de Minas”. Fonte: Rodrigues (1943, p. 93)	p. 189
Figura 136: Oratório. Museu Regional de São João del-Rei, MG. Fonte: foto da autora (2015)	p. 191
Figura 137: “Arca de noiva”, século XVIII. Museu do Ouro, Sabará, MG. Fonte: foto da autora (2015)	p. 192
Figura 138: Cômoda, segunda metade do século XVIII. Fonte: Seraphico (1977, p. 32)	p. 192
Figura 139: Arca, século XVIII. Museu da Casa Brasileira, São Paulo, SP. Fonte: O Museu da Casa Brasileira (2002, p. 45)	p. 194
Figura 140: Armário português, século XVIII. Fonte: Sandão (1973, p. 110)	p. 194
Figura 141: Armário, século XVII. Lisboa. Fonte: Sandão (1973, paginação irregular)	p. 195

Figura 142: Armário, segunda metade do século XVIII. Fonte: Seraphico (1977, p. 65) -----	p. 195
Figura 143: Armário, segunda metade do século XVIII. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG. Fonte: O Museu da Inconfidência (1995, p. 235) -----	p. 196
Figura 144: Armário, primeira metade do século XIX. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG. Fonte: Museu da Inconfidência (2015) -----	p. 196
Figura 145: Armário de canto, segunda metade do século XVIII. Fonte: Seraphico (1977, p. 84) -----	p. 197
Figura 146: Cômoda, segunda metade do século XVIII. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG. Fonte: Museu da Inconfidência (2014) -----	p. 198
Figura 147: Cômoda, século XVIII. Museu da Casa Brasileira, São Paulo, SP. Fonte: O Museu da Casa Brasileira (2002, p. 67) -----	p. 198
Figura 148: Cômoda, primeira metade do século XVIII. Fonte: Seraphico (1977, p. 52) -----	p. 198
Figura 149: Mesa, segunda metade do século XVIII. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG. Fonte: Museu da Inconfidência (2015) -----	p. 200
Figura 150: Mesa, século XVIII. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG. Fonte: Museu da Inconfidência (2014) -----	p. 200
Figura 151a: Mesa, segunda metade do século XVIII. Museu do Ouro, Sabará, MG. Fonte: foto da autora (2015) -----	p. 201
Figura 151b: Detalhe mesa, segunda metade do século XVIII. Museu do Ouro, Sabará, MG. Fonte: foto da autora (2015) -----	p. 201
Figura 152: Mesa, século XVIII. Museu Regional de São João del-Rei, MG. Fonte: foto da autora (2015) -----	p. 202
Figura 153: Mesa, século XVIII. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG. Fonte: Museu da Inconfidência (2014) -----	p. 202
Figura 154: Mesa, século XVIII. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG. Fonte: Museu da Inconfidência (2014) -----	p. 202
Figura 155: Mesa, século XVIII. Museu do Ouro, Sabará, MG. Fonte: foto da autora (2015) -----	p. 203
Figura 156a: Mesa, segunda metade do século XVIII. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG. Fonte: O Museu da Inconfidência (1995, p. 199) -----	p. 203

Figuras 156b: Detalhe Mesa, segunda metade do século XVIII. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG. Fonte: O Museu da Inconfidência (1995, p. 198)	
-----	p. 203
Figura 157: Mesa, último quartel do século XVIII. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG. Fonte: O Museu da Inconfidência (1995, p. 213)	----- p. 204
Figura 158: Banco. Museu Regional de São João del-Rei, MG. Fonte: foto da autora (2015)	----- p. 205
Figura 159: Banco, século XVIII. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG. Fonte: O Museu da Inconfidência (1995, p. 202)	----- p. 205
Figura 160: Banco com caixa, final do século XVIII. Fonte: Seraphico (1977, p. 74)	----- p. 205
Figura 161: Cadeira, primeiro quarto do século XIX. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG. Fonte: Museu da Inconfidência (2014)	----- p. 207
Figura 162: Cadeira, primeiro quarto do século XIX. Museu Casa dos Inconfidentes, Ouro Preto, MG. Fonte: foto da autora (2015)	----- p. 207
Figura 163: Cadeira, primeira metade do século XIX. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG. Fonte: Museu da Inconfidência (2013)	----- p. 207
Figura 164: Canapé, primeiro quarto do século XIX. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG. Fonte: Museu da Inconfidência (2014)	----- p. 208
Figura 165: Canapé, século XIX. Museu Regional de São João del-Rei, MG. Fonte: foto da autora (2015)	----- p. 208
Figura 166: Armário, primeiro quarto do século XIX. Fonte: Canti (1989, p. 20)	----- p. 209
Figura 167: Leito, primeiro quarto do século XIX. Fonte: Canti (1989, p. 29)	----- p. 209
Figura 168: Mesa, primeiro quarto do século XIX. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG. Fonte: Museu da Inconfidência (2015)	----- p. 210

Sumário

Introdução	26
1 Uma visão do mobiliário no contexto luso-brasileiro	29
2 A moradia nos povoados de Minas Gerais e seus usos	40
2.1 Considerações sobre o processo de povoamento da região de Minas Gerais	40
2.2 As famílias e os habitantes das antigas moradias mineiras	47
2.3 Espaços residenciais e a dinâmica da vida doméstica	57
3 O mobiliário na moradia urbana mineira no século XVIII e início do XIX	91
3.1 Tipos de mobiliário, funções e sua localização na casa	91
4 O mobiliário mineiro: recorrências e especificidades	166
4.1 As condições de produção do mobiliário mineiro no século XVIII e início do XIX	169
4.2 Considerações acerca da identificação de “regionalismos”	179
Considerações finais	211
Referências bibliográficas	214

Introdução

O estudo da história dos interiores residenciais brasileiros tem sido objeto de uma bibliografia composta por obras cujos tópicos se encontram um tanto dispersos, o que de certo modo tem se configurado como uma dificuldade à constituição de uma historiografia específica e de um campo de saber autônomo. O período colonial, em especial, ainda carece de aprofundamentos no que se refere à compreensão dos espaços privados. Embora alguns autores tenham dedicado suas obras ao mobiliário e à arquitetura civil na América portuguesa, restam lacunas no que tange a outras questões envolvidas no estudo dos interiores residenciais daquele período. Compreender tais espaços requer também um entendimento para além da catalogação e classificação de peças de mobiliário e de objetos decorativos ou utilitários domésticos. Cabe buscar compreender as relações pessoais estabelecidas nesses ambientes, assim como as funções destes últimos, suas dinâmicas de uso e a percepção de tais espaços em seu tempo em vista da noção de esfera privada de então.

As referidas lacunas da bibliografia no que se refere à história dos espaços residenciais do período colonial podem ser relacionadas a diversos fatores. Marize Malta (2013), no artigo intitulado “Algumas questões sobre o mobiliário colonial”, aponta certos problemas passíveis de serem estendidos aos demais elementos e objetos que compunham os interiores das moradias antigas. A autora sublinha a predominância de estudos relacionados à arte sacra na historiografia da “arte colonial brasileira”, que em seu entendimento se trataria da “área de destaque” da produção artística daquele período.

Se no interior das igrejas presenciamos um fulgurante espetáculo de persuasão, o luxo, o brilho e o inebriante movimento da decoração não foram transportados para os ambientes residenciais. Rusticidade e simplicidade foram a tônica, salvo algumas poucas exceções. O mobiliário residencial recebeu pouco estudo aprofundado. (MALTA, 2013, pp. 5-6).

Atualmente ainda é comum se considerar como especialistas em móveis antigos as figuras do colecionador e do antiquário, cujo aprendizado, geralmente realizado de forma autodidata e com intenções precipuamente comerciais, não propiciou o comprometimento com um estudo histórico aprofundado. Consequentemente, no caso do estudo dos móveis antigos no Brasil, foi gerada “uma série de ambiguidades, desde nomenclaturas equivocadas a contradições

de identificação estilística, assim como falta de coerência na postura em analisá-los” (MALTA, 2013, p. 2). Tais questões viriam a dificultar a criação de uma base teórica própria e apropriada.

A criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), em 1937, e a consequente instalação de museus cujos acervos abrangem objetos do universo privado, foram de grande importância para a preservação dos bens móveis antigos remanescentes e para o aprofundamento de seu estudo. Atualmente, no que se refere especificamente aos objetos decorativos e utilitários domésticos, as fontes de maior confiabilidade são, além de documentos coevos, os acervos, inventários, catálogos e publicações provenientes destes órgãos. Quanto ao mobiliário, este tem sido fruto de uma bibliografia restrita, ainda que relevante. O mesmo ocorre com as fontes que abordam a arquitetura residencial do período colonial, que além de descrever as suas técnicas e elementos construtivos, apresentam um levantamento de plantas realizado por diferentes autores.

Considerando o âmbito de uma pesquisa de mestrado, o presente trabalho se dedica ao estudo do mobiliário presente nas casas dos povoados de Minas Gerais no século XVIII e início do XIX, entendendo-o como um dos principais elementos para a compreensão da dinâmica dos interiores residenciais e também tomando-o como parte integrante de uma complexa rede de relações dadas as suas implicações na história social e da “cultura material”.

Deste modo, busca-se analisar os móveis, para além das classificações e descrições estilísticas, com o intuito de aprofundar o entendimento de seus usos e funções e em relação aos ambientes nos quais estes se inseriam, procurando-se também abordar questões relativas às características recorrentes ou particularidades tidas como de produção mineira. Para se cumprir tal objetivo, considerou-se oportuno recorrer não apenas à bibliografia referente à história do mobiliário e a textos coevos, mas também à literatura relacionada ao casario e à vida na região de Minas Gerais no século XVIII e início do XIX¹, e aos acervos

¹ O presente estudo não se atém ao chamado período colonial, circunscrevendo-se, de modo geral, entre o início do século XVIII e a década de 1830, por constatar-se, concomitantemente as transformações ocorridas ao longo de tal arco temporal, a permanência de determinados usos, costumes e questões relativas à vida social e doméstica. Citações ocasionais de exemplos que que extrapolam tal período são utilizadas, quando necessárias.

de mobiliário e documentação disponível em museus², de modo a estabelecer um vivo diálogo entre as informações.

Decidiu-se por focalizar a moradia urbana³ tanto por se observar que esta tem sido fruto de um número proporcionalmente menor de estudos em relação aos trabalhos dedicados à moradia rural, quanto por se considerar a peculiaridade do processo de ocupação e povoamento da região de Minas Gerais, com seus núcleos de relevante tendência urbana.

Assim, é oportuno analisar algumas obras de interesse ao presente trabalho em meio à bibliografia referente à história do mobiliário no contexto luso-brasileiro para, em seguida, e com o auxílio de outras fontes, aprofundar o estudo do móvel presente na região mineira no período em tela e alargar a perspectiva até agora comumente adotada, no intuito de também compreender melhor os espaços residenciais da época.

² Constam no presente trabalho fotografias e informações colhidas (em inventários, catálogos, fichas catalográficas, entre outros) a partir de visitas aos seguintes órgãos: Museu da Inconfidência, Museu Casa dos Inconfidentes, Casa dos Contos, Museu do Oratório, Casa do Patrimônio de Ouro Preto, localizados nesta mesma cidade; Museu Casa Padre Toledo, em Tiradentes; Museu Regional de São João del-Rei; Museu do Ouro, em Sabará; Museu da Casa Brasileira, em São Paulo.

³ O uso de plantas de residências, e descrições de moradias e mobiliário constantes em relatos coevos e nos Autos de Devassa da Inconfidência Mineira (1982) procurou privilegiar exemplos localizados em núcleos urbanos. A escolha das peças de mobiliário ilustradas no trabalho também buscou, de modo geral, excluir os exemplares cujos inventários especificavam origem ou proveniência de instituições públicas, religiosas e fazendas, embora eventuais exceções tenham ocorrido conforme julgou-se necessário.

1 Uma visão do mobiliário no contexto luso-brasileiro

Ao final da década de 1930 e início da década de 1940 foram publicados pela revista do então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional alguns artigos dedicados ao mobiliário antigo no Brasil, cujo estudo, segundo Lúcio Costa, havia sido recém iniciado pelo SPHAN “com o inventário sistemático das peças ainda existentes nas várias regiões do país” (COSTA, 1939, p. 150). Entre os artigos de maior interesse ao presente trabalho, encontra-se na Revista de número 3 o texto intitulado “Notas sobre a evolução do mobiliário luso-brasileiro” do mesmo autor e, na mesma edição, de autoria de Hércia Dias (1939), “O mobiliário dos Inconfidentes”. Já na revista de número 7 consta o artigo de José Wasth Rodrigues (1943), “Móveis antigos de Minas Gerais”.

Em seu texto, Hércia Dias (1939), ao relatar a escassez de uma bibliografia referente ao mobiliário antigo no Brasil e o difícil acesso a manuscritos de época relacionados ao tema, utiliza-se dos dados encontrados nos “Autos de Devassa da Inconfidência Mineira”, publicados por iniciativa do então Ministério da Educação e Saúde. A partir do confronto dos referidos Autos com o livro “Vida e morte do bandeirante”, de Alcântara Machado (obra baseada no estudo de inventários processados no período de 1578 a 1700 na cidade de São Paulo), estabelece uma comparação do mobiliário e outros aspectos relativos à vida cotidiana no meio paulista com aqueles encontrados na região mineira em fins do século XVIII. Através de tal confronto, a autora reconhece uma significativa “melhoria de situação dos mineradores em relação à dos primeiros bandeirantes de São Paulo” (DIAS, 1939, p. 165).

Embora o trabalho se utilize em grande parte da enumeração e descrição de bens encontrados nos Autos, são feitas observações acerca das diferenças na quantidade, qualidade e variedade do mobiliário em Minas Gerais em relação à situação da moradia paulista. Em nota também é destacada a grande presença de objetos domésticos, incluindo louças importadas, em casas mineiras em fins do século XVIII, enquanto que no início do século XIX mesmo os solares mais ricos de São Paulo ainda não dispunham de itens básicos, como talheres, copos ou pratos. Outros aspectos ressaltados se referem às características formais e acabamentos do mobiliário constante nos Autos, como o predomínio da linha curva e as várias peças pintadas ou douradas, bem como à predominância de

alguns tipos de móveis, como cadeiras, bancos, mesas e catres. A autora também observa que, embora não haja uma descrição das plantas das casas e não seja possível a apuração segura da disposição do mobiliário nas residências, os documentos referentes ao sequestro de bens de dois imóveis – pertencentes ao Reverendo Vigário Carlos Correia de Toledo e Melo e do Coronel Francisco Antônio de Oliveira Lopes – podem sugerir uma imagem dos espaços.

Por sua vez, Lúcio Costa (1939), em suas “Notas”, compreende o mobiliário antigo no Brasil como um desdobramento do móvel português, afirmando que os seus produtores, quando não se tratavam de indivíduos de ascendência exclusivamente lusitana, eram mestiços de negros ou índios, com maior ou menor grau de sangue português. A seu ver o “negro ou índio sem mistura, limitava-se o mais das vezes a reproduzir móveis do reino” (COSTA, 1939, p. 149). Para o autor, a repetição de determinados modelos de mobiliário no território da Colônia, em detrimento de outros mais em voga na Metrópole, se daria não somente pelo “atraso” com que as “modas” da corte chegavam na América, mas também pela falta de “interesse particular que estimulasse e justificasse a adoção apressada de formas novas” visto que “a maneira de viver e todo o quadro social continuavam, não somente inalterados, mas sem perspectivas próximas de alteração” (COSTA, 1939, p. 150). Dentre suas reflexões, também considera que a “sobriedade mobiliária” nas casas dos primeiros colonos na América portuguesa se manteria justificada de certo modo pelo clima quente e o uso de esteiras e redes, o que não estimularia o aconchego ou arranjos supérfluos nos interiores dos lares. Mas embora ao colono só interessasse o essencial, o autor observa que as peças de mobiliário eram feitas com esmero, por tradição do ofício e por serem, muitas vezes, executadas por gente da própria casa, escravos cujos dotes eram bem aproveitados por seus senhores.

Lúcio Costa analisa o desenvolvimento histórico do “móvel português feito no Brasil” e o classifica em três grandes períodos: o primeiro, que abrange os séculos XVI e XVII, até o começo dos Setecentos; o segundo, que qualifica como “barroco por excelência”, que se estendeu ao longo do século XVIII; e o terceiro, que se refere à reação acadêmica e corresponde principalmente à primeira metade do século XIX. Complementadas por ilustrações, são expostas as principais particularidades formais que foram se transformando no decorrer de

cada período, até alcançar uma crítica acerca do mobiliário produzido contemporaneamente à escrita do artigo, abrangendo observações acerca dos rebatimentos do processo de industrialização na produção de móveis no Brasil.

Retomando questões relativas ao processo de povoamento e ocupação de Minas Gerais, José Wasth Rodrigues (1943) procura refazer os velhos caminhos que contribuíram para a sua formação e, buscando os remanescentes de antigas moradias mineiras localizadas em cidades de importância histórica, relata os objetos domésticos e os móveis ali ainda preservados. Assim como Hércia Dias (1939), o autor também reconhece os documentos da “Devassa da Inconfidência Mineira” enquanto importantes evidências, que a seu ver permitem perceber a vida confortável e, em alguns casos, opulenta que tiveram os “homens de posses ou de representação” nas Minas Setecentistas. Também observa o caráter tradicionalista do povo mineiro e o apego à transmissão tanto de usos e tradições familiares quanto de bens móveis ou imóveis, às gerações seguintes. Rodrigues termina por destacar algumas características constantes no mobiliário mineiro, em exemplares que, embora fossem encontrados em outras regiões do país, relata como “acentuadamente regionais, se assim podemos dizer” (RODRIGUES, 1943, p. 89).

Os artigos mencionados correspondem a um louvável esforço coletivo, em um período no qual os antigos bens móveis remanescentes passavam por um momento inicial de levantamento e inventário, a cargo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e no qual se buscava a estruturação tanto de museus que abrigassem o material esparsos, quanto de uma sistematização das informações correspondentes a tais bens. Estes viriam a se tornar importantes referências para obras posteriores que se prestaram a ampliar a história do mobiliário brasileiro.

Também de autoria de José Wasth Rodrigues (1968) é o livro intitulado “Mobiliário”, concebido como parte integrante de uma coleção sobre as artes plásticas no Brasil que seria composta por vários volumes, porém, sem ter sido jamais concluída. É interessante observar na obra, a inclusão do estudo do mobiliário no Brasil no campo das artes plásticas. A introdução ao livro, escrita por Rodrigo Melo Franco de Andrade, expõe uma situação de escassez de estudos consistentes sobre a história da arte no Brasil até aquele momento:

A finalidade desta obra é suprir a falta de um livro de informação geral sobre as artes plásticas no Brasil. Essa falta se tem feito sentir tanto mais quanto os estudos históricos em nosso País deixaram de fixar apenas o aspecto político do seu desenvolvimento, principiando os fatos mais complexos de sua evolução econômica e social a despertar a atenção que merecem. [...] De fato, enquanto alguns aspectos do patrimônio artístico nacional têm sido objeto de estudos sucessivos e circunstanciados, outros muitos, de importância capital, continuam descurados e desconhecidos por completo, à espera da atenção dos investigadores. (ANDRADE, 1968, pp. 9-10)

Andrade também demonstra o estado do trabalho de inventário dos bens culturais, destacando sua relação com o processo de produção bibliográfica:

O inventário das obras produzidas no território nacional é, a muitos respeito, insuficiente, havendo possibilidade de permanecerem ainda ignoradas parcelas consideráveis e, talvez, das mais significativas de nosso patrimônio. Por outro lado, as fontes para o estudo do acervo já conhecido mal principiaram a ser exploradas. Em tais circunstâncias, um empreendimento com o objetivo de elaborar a história geral das artes plásticas em nosso País seria, por enquanto, prematuro. (ANDRADE, 1968, p. 10)

Nesta obra, Rodrigues apresenta um estudo mais aprofundado do mobiliário e identifica quatro origens para suas formas e ornatos a partir da expansão do Renascimento na Europa, as quais relaciona como: “– a), a Muçulmana na Península Ibérica; – b), a Renascença e conseqüente Barroco na Itália; – c), a chinesa e a indiana em razão da navegação; – d), a rocalha francesa que se desenvolve no século XVIII” (RODRIGUES, 1968, p. 19). Além destas, também ressalta a existência de um intercâmbio de ideias entre as diferentes modalidades nascidas de tais origens.

O autor defende um estudo metodológico e uma classificação distinta para a suntuária luso-brasileira ocorrida durante cada um dos reinados. Ressalta que, da mesma forma que se fazem distinções da produção artística francesa entre a época de Francisco I e Henrique II, ou entre o “Régence” e o Luís XV, devem ser reconhecidas as diferenças entre o mobiliário produzido no reinado de D. João V e no de D. José I. Porém, também destaca a existência de peças que apresentam justaposição e fusão de elementos de “estilos” diferentes, denominando tais casos como “móveis de transição” (RODRIGUES, 1968, p. 23).

Além de analisar o mobiliário português ou “luso-brasileiro” do século XVIII, revê questões políticas e comerciais e os intercâmbios culturais delas resultantes que condicionaram o feitio do móvel lusitano ao longo do século XVII. Wasth Rodrigues destaca ainda aqueles móveis anteriores aos Setecentos que,

“pela constância de linhas e ornamentação”, se constituíram como um conjunto independente e tradicional, que manteve sua vitalidade até os fins do século XVIII, cujas características formais tipicamente portuguesas são ressaltadas e que são: “os armários, as mesas de torneados, os contadores, as camas de galeria, as arcas e as cadeiras de sola” (RODRIGUES, 1968, p. 26).

Para a produção de móveis a partir do século XVIII, alcançando também os Oitocentos, lança mão de uma categorização estilística sob as nomenclaturas D. João V, D. José I, D. Maria I, Império e Restauração. Com cuidadosas ilustrações, apresenta peças encontradas em diferentes localidades, como a Bahia, o Rio de Janeiro e Minas Gerais. Descreve as linhas e padrões para cada tipologia de mobiliário: cadeiras, armários, cômodas, entre outros, sem perder de vista as origens e os fatores históricos que os influenciaram. Deste modo, assim como analisa Angela Brandão (2006, p. 4), Rodrigues combinou o estudo cronológico das peças de mobiliário a um “tratamento estilístico”, acrescentando ainda uma divisão tipológica da mobília, critério que seria adotado em produções posteriores sobre a história do mobiliário brasileiro e nos trabalhos de museologia.

Posteriormente, entre os historiadores que se dedicaram ao tema, cabem ser destacados Luiz Seraphico (1977) e Tilde Canti (1980). Em “Arte colonial: mobiliário”, Seraphico versa predominantemente sobre os séculos XVII e XVIII. O autor retoma as quatro origens para as “influências formais e ornamentais” postas por José Wasth Rodrigues (1968) e também considera os resultados decorrentes de um intercâmbio de culturas. Contudo, mais do que uma análise formal, sua obra apresenta maior ênfase numa reflexão sobre os condicionantes – tenham sido eles geográficos, políticos, sociais, econômicos, entre outros – da produção moveleira. Problematicando os estudos relativos ao período colonial de então, aponta questões pertinentes a serem ainda estudadas:

Ao deparamos com certos móveis, os do Brasil Colônia, ora por pesados e sérios, ora por sombrios e clericais, talvez ingênuos e de acabamento estranho, de tal maneira nos consumimos em modismos e superficialidades que nem sempre nos perguntamos: que gente fez isto? por que fez assim? em que condições o fez? no que acreditava, de que vivia, como se divertia, como se cuidava, vestia, habitava, educava, entretinha?

Perguntas mais ou menos incômodas, uma vez que nós brasileiros, segundo parece, temos uma visão bem nebulosa do período colonial. (SERAPHICO, 1977, p. 51).

O autor também aborda algumas questões que teriam marcado os afazeres dos artífices, ressaltando as melhores condições de produção artística em Minas Gerais decorrentes do período da exploração do ouro que, em sua interpretação, embora se tratasse de uma produção “influenciada”, já possuiria “a marca de uma estrutura própria” (SERAPHICO, 1977, p. 23).

Tilde Canti (1980), em “O móvel no Brasil: origens, evolução e características”, traça um quadro que se estende do início do período colonial até princípios do século XIX. Passando por um breve histórico do mobiliário português, a obra procura compreender o desenvolvimento do móvel no contexto luso-brasileiro, abordando questões como a relação com os “estilos” europeus e a incorporação de elementos orientais, o mobiliário indígena, as descrições apresentadas por cronistas em relatos de época, também apresentando anotações acerca da atuação de marceneiros e carpinteiros na América portuguesa. Com um enfoque mais voltado à descrição formal e funcional dos móveis, Canti adota as designações por períodos de reinados, com as nomenclaturas segundo os nomes dos regentes, já convencionadas para os “estilos portugueses”, procurando, sempre que possível, situar cronologicamente os exemplares, sem contudo deixar de observar a existência de peças nas quais também se percebe o acúmulo de características de períodos históricos ou “estilos” diferentes.

É significativo que a autora recorra ao estudo de coleções particulares e acervos de museus e instituições religiosas, apresentando fotografias de mobiliário proveniente de diversas regiões e desenhos esclarecedores acerca das formas e elementos ornamentais característicos dos “estilos” descritos minuciosamente no texto. De grande interesse, além das categorizações segundo funções – como mobiliário de descanso, repouso, guarda, entre outras – que apontam um caminho para a visualização dos móveis no contexto de determinados ambientes da residência, são as observações feitas pela autora acerca dos “regionalismos” e originalidades formais ou ornamentais, notados em peças fabricadas em determinadas regiões da América portuguesa, com notável destaque para a produção mineira.

Também relevantes ao estudo do mobiliário no contexto luso-brasileiro são as publicações que divulgam peças do acervo de três importantes museus cujas temáticas incluem o universo privado e o móvel antigo: “O Museu da

Inconfidência” (1995); “O móvel da casa brasileira”, de Glória Bayeux (1997); e “Museu do oratório: coleção Angela Gutierrez” (2013). O primeiro apresenta um histórico da instituição homônima localizada na cidade de Ouro Preto, aliado a informações sobre sua estrutura física e o processo de construção de seu acervo. A obra também apresenta fotografias, acompanhadas de notas explicativas, de diversos itens da coleção, que abrange peças relacionadas à Inconfidência Mineira, às antigas festividades, objetos sacros, instrumentos de trabalho, mobiliário, entre outros. Seu acervo ilustra diferentes aspectos da vida e cultura dos séculos XVIII e XIX, bem como o panorama social no qual se desenvolveu a Inconfidência Mineira, facilitando um estudo do mobiliário contextualizado à história da região mineira.

“O móvel da casa brasileira”, assim como as obras de Canti (1980) e Rodrigues (1968), também aborda os intercâmbios culturais e os rebatimentos dos “estilos” de mobiliário europeu na produção de móveis no contexto luso-brasileiro. A autora também se vale de uma categorização do mobiliário segundo seus usos e funções, e das nomenclaturas de estilos sob os nomes de regentes, porém reconhecendo, na América portuguesa, a produção de determinadas peças com interpretações de caráter regional. A obra apresenta ao final um catálogo com peças do acervo do Museu da Casa Brasileira, com fotografias e notas explicativas de móveis que datam desde o século XVII até o século XX.

“Museu do Oratório: coleção Angela Gutierrez”, se organiza sob a forma de um catálogo que apresenta peças pertencentes ao museu homônimo, localizado em Ouro Preto, acrescido de um conjunto de ensaios. A obra expõe desde peças de confecção “rudimentar” até oratórios de caráter “erudito”, ressaltando os diversos e variados feitios que poderiam traduzir o modo de vida e o poder econômico de seus proprietários. Para além das descrições formais dos diferentes tipos, materiais e técnicas, desperta interesse a relação estabelecida entre determinados estilos de oratório e figuras de santos com as funções e cômodos da casa a que eram destinados. Nesta perspectiva, os textos esclarecem, mesmo que de forma breve, as classificações das peças do acervo do museu em temáticas como: oratórios de viagem, eruditos, afro-brasileiros, entre outras.

A obra discorre ainda sobre os critérios que possibilitam as atribuições de autoria ou identificações de origem de objetos do acervo, além de uma biografia

concisa de quatro mestres aos quais foram atribuídos trabalhos em algumas peças pertencentes ao museu: Antônio Francisco Lisboa, Francisco Vieira Cervas, Francisco Xavier dos Santos, Manuel da Costa Athaide.

Outra contribuição relevante para o estudo do móvel no contexto da moradia na América portuguesa traz a coleção intitulada “Equipamentos, usos e costumes da casa brasileira”, em cinco volumes organizados por temas: alimentação, construção, costumes, objetos, equipamentos. A obra se volta à reunião de fragmentos que podem proporcionar um panorama sobre a casa brasileira entre os séculos XVI a XIX, oferecendo uma compilação de citações de fontes documentais diversas, como textos de cronistas e viajantes, inventários e testamentos, além de obras de ficção coevas, reunidos a partir do arquivo montado pelo historiador Ernani Silva Bruno (2000). O conteúdo da referida coleção também se encontra disponibilizado em formato digital através do website do Museu da Casa Brasileira (2016), sediado na cidade de São Paulo. A versão digitalizada do arquivo possibilita, entre outras opções, a busca por fichas relacionadas a temas, épocas e regiões específicas.

Na produção bibliográfica mais recente, cabe destacar dois artigos de autoria de Angela Brandão (2013) e Marize Malta (2013). No texto intitulado “Sobreposição de tarefas: uma leitura do Dicionário de Judith Martins”, Brandão salienta a importância da compreensão do trabalho artesanal para o estudo da arte do período colonial, pois observa que “grande parte das obras artísticas foi realizada não exatamente por artistas, no sentido liberal e individual, mas por artesãos anônimos, que exerceram suas funções em sentido coletivo” (BRANDÃO, 2013, p. 396).

Valendo-se da análise de obras como o “Livro dos Regimentos dos officiaes mecanicos da mui nobre e sēpre leal cidade de Lixboa”, compiladas em 1572, o dicionário de Raphael Bluteau, “Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico”, organizado entre 1712 e 1728, o “Dicionário de artistas e artífices dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais”, de Judith Martins, de 1974, e o “Dicionário de artistas e artífices da Bahia”, de Marieta Alves, publicado em 1976, a autora constituiu uma leitura em trama dos referidos documentos, percorrendo sobre as delimitações, nem sempre claras, entre as distintas atividades artesanais praticadas no contexto luso-brasileiro, ressaltando

a ocorrência de um acúmulo de tarefas entre os artesãos, cujos trabalhos poderiam compreender obras de dimensão e caráter variados.

Já o artigo de Marize Malta (2013) intitulado “Algumas questões sobre o mobiliário colonial”, inclui a revisão de algumas produções bibliográficas, além de uma reflexão sobre os diversos entraves relacionados ao estudo do móvel. A obra também procura situar a história do mobiliário no campo das artes decorativas, identificando a característica híbrida do móvel enquanto objeto “artístico” e “utilitário”.

Podemos afirmar que a história do mobiliário é parte integrante da história da arte, mas deve ser tratado como arte decorativa, arte utilitária e, portanto, não deve basear seu estudo exclusivamente sob o ponto de vista construído para as artes visuais, impregnado pelas leituras formais pictóricas, tradicionalmente bidimensionais. A nosso ver, o estudo dos móveis devem [sic] se situar na confluência da visualidade e materialidade dos estudos culturais, contemplando as duas instâncias que configuram a natureza do objeto: visual (artístico) e matérica (utilitário). (MALTA, 2013, p. 5)

Problematizando as nomenclaturas e classificações estilísticas usuais para o mobiliário residencial Seiscentista, a autora também tece uma crítica às associações dos estilos ao local e tempo de sua criação, perpetuada por vários autores (mediante a utilização de nomes de regentes), em detrimento de uma análise baseada em características formais mais amplas. Marize Malta reitera que nas Colônias, onde os “modismos” de mobiliário eram recebidos com relativo “atraso”, tal parâmetro de tempo e espaço se perdiam.

Destacando o trabalho de Maria Helena Ochi Flexor, a autora aponta o uso de outras metodologias, através da utilização de documentação antiga, como inventários e autos de partilha, bem como o estudo do panorama da mão-de-obra e dos meios de produção, circulação e consumo dos móveis atrelados a um contexto local: “uma versão de estudo dos móveis mais filiada à cultura material do que a visões formais” (MALTA, 2013, p. 4). Marize Malta conclui seu texto observando a situação de incipiência do estudo da história da arte no Brasil e apontando a necessidade de reconhecimento das artes decorativas como um campo específico, ainda que este dialogue com outras áreas do saber.

Dentre as obras de Flexor (2015), cabe destacar o texto intitulado “Mobiliário brasileiro dos séculos XVIII e XIX: metodologias de pesquisa”, no qual a autora faz uma revisão do desenvolvimento da historiografia do móvel brasileiro, desde os primeiros estudos surgidos contemporaneamente à criação

do SPHAN, porém considerando também o papel dos museus, colecionadores e antiquários (ainda que observando o interesse econômico dos últimos) para a preservação dos bens móveis antigos. Flexor revê as diversas abordagens adotadas pelos autores, que, a seu ver, num primeiro momento procuravam estabelecer os conceitos, cronologias e nomenclaturas que foram consagrados mais tarde, buscando distinguir um “estilo brasileiro” ou “colonial” e estabelecer as características formais dos “conjuntos estilísticos”. Em sua interpretação:

Os autores, porém, mesmo buscando a singularidade brasileira, adotaram a nomenclatura estilística do mobiliário de Portugal, e respectiva cronologia, [...] designando-o também pelos estilos com os nomes régios [...]. Outros, reconhecendo “criações genuinamente brasileiras”, admitiram os estilos nacionais: Colonial brasileiro, D. Maria I brasileiro, Império brasileiro, estilo regional mineiro, Beranger, que crismaram de D. Pedro II.

Outros autores, ainda, tomaram a divisão por reinados lusos apenas para permitir uma compreensão associativa – tempo-estilo-forma –, mais inteligível que a puramente cronológica. [...] No mobiliário, de influência não lusa, adotou-se a designação original, normalmente derivada do nome de seu criador ou desenhista ou, da mesma forma, das figuras régias: Hepplewhite, Chippendale, Rainha Ana, Guilherme e Maria ingleses, por exemplo [...]. (FLEXOR, 2015, p. 191)

E assim como já assinalado por Malta (2013), Maria Helena Flexor ressalta a defasagem da cronologia associada às figuras régias para o contexto da Colônia, a exemplo da persistência de alguns móveis e elementos de “estilo Renascentista” até o fim do século XVIII na América Portuguesa. A autora também se refere às nomenclaturas adotadas nos estudos “morfológicos” utilizadas para designar peças inteiras ou detalhes decorativos no mobiliário, como “bolachas, tremidos, almofadas, pés de bola, pés de garra e bola, pés de pincel, pés de sapata, [...] cachaço, tabela, balaústre” (FLEXOR, 2015, p. 192), entre outros, que constituíram uma terminologia consagrada e adotada por estudiosos e no âmbito da museologia e do colecionismo.

Quanto ao seu posicionamento em relação a uma metodologia, Flexor esclarece, mencionando sua obra intitulada “Mobiliário baiano”, que busca considerar além de questões como a “morfologia” e a cronologia, a inserção dos móveis na sociedade, os materiais e a mão-de-obra utilizados em seu feitio. A autora também se vale, como outros autores, de uma categorização dos móveis de acordo com a sua utilidade: móveis de guardar, móveis de descanso, entre outros. A continuidade do texto se dedica a um estudo sucinto do mobiliário

baiano, em relação ao seu contexto sociocultural, aos seus meios de produção e às suas características físicas, formais e estilísticas.

Considerando as diversas posturas e metodologias adotadas ao longo da constituição de uma historiografia do mobiliário no Brasil, observa-se que a produção literária especializada tem procurado valer-se de informações colhidas em fontes variadas. Percebe-se também que algumas nomenclaturas de características “morfológicas”, e designações de “estilos” de móveis, tornaram-se mais convencionadas a ponto de viabilizar a sua utilização para fins didáticos, caso contem com os devidos esclarecimentos e observações acerca das particularidades e questões cronológicas no contexto da América portuguesa. Tais obras selecionadas entre a historiografia do mobiliário também apontam determinados temas e questões ainda passíveis de aprofundamentos e revisões, assinalando a demanda de novas perspectivas e propostas de estudos relativos ao móvel antigo no Brasil.

2 A moradia nos povoados de Minas Gerais e seus usos

Considerando que a presente pesquisa se dedica à compreensão do mobiliário como parte integrante e necessariamente associada aos espaços interiores das moradias dos povoados mineiros, que por sua vez repercutem as formas e dinâmicas de ocupação daquele território e de sua consequente constituição do corpo social, é oportuno ter em vista também as questões relativas a tal processo de povoamento.

2.1 Considerações sobre o processo de povoamento da região de Minas Gerais

Entre as questões que emergem na historiografia acerca do processo de povoamento da região de Minas Gerais, dois pontos merecem destaque: o período em que se encontrava a colonização portuguesa na América (que já adentrava o seu terceiro século), e as peculiaridades do ambiente socioeconômico gerado a partir da exploração do ouro. Ambas as questões são intrínsecas às formas de viver e habitar que se desenvolveram nos povoados de Minas Gerais.

É sabido que o processo de colonização portuguesa na América, dado o seu caráter exploratório, foi acentuadamente marcado pela mobilidade dos colonos e uma consequente instabilidade da vida cotidiana. Novais (1997, p. 21) observa que a dispersão da população decorria diretamente dos mecanismos básicos do tipo de colonização cuja economia predatória tendia para a itinerância após o esgotamento dos recursos naturais de uma determinada região. Além do frequente deslocamento das populações, Algranti (1997, pp. 84-154) salienta outros fatores que influíram na vida doméstica: a escravidão, a escassa presença de mulheres brancas, a constituição domiciliar diversa e a precariedade de recursos. Os núcleos familiares muitas vezes se viam divididos (uma vez que parte de seus membros permanecia na metrópole, ou se ausentava por motivo de viagem) ou incorporavam agregados e parentes próximos. No entanto, a autora observa que para os colonos que viviam dispersos uns dos outros e afastados de uma vida pública efetiva no século XVI, e para o habitante do centro de Salvador em meados do século XVIII, o significado de uma “vida privada”

certamente teria assumido sentidos diferentes. Com o passar dos séculos a “rusticidade” cederia lugar a um mínimo de conforto. A seu ver, entre meados do século XVIII e início do XIX, “quando a disposição para a mobilidade se retrai um pouco no espírito do colono, quando as grandes frentes de colonização já estão relativamente abertas”, um maior cuidado em relação à preservação da intimidade e aos padrões de sociabilidade seria perceptível (ALGRANTI, 1997, pp. 103-104). Com relação ao terceiro século de colonização, ressalta que

É somente por volta de meados do século XVIII, quando a colonização se estabeleceu definitivamente, que a composição da morada colonial, no que toca tanto aos seus exteriores como aos seus interiores, começa a apresentar indícios de mudanças. (ALGRANTI, 1997, p. 153)

A respeito das transformações ocorridas durante os Setecentos na América portuguesa, cabe destacar o papel dos descobertos auríferos e da consolidação de povoados na região de Minas Gerais, que afetaram profundamente a vida na colônia. Segundo Costa e Luna (1982, pp. 1-65), o processo de ocupação e povoamento nesta região se regulou em grande parte pelas condições de exploração do ouro e pedras preciosas e teve qualidades bastante específicas. A compreensão de tais particularidades nos permite aprofundar o entendimento das relações sociais que ali se estabeleceram e das mudanças ocorridas nesse período que favoreceram a estruturação de uma vida mais estável aos colonos. De acordo com os autores, a princípio, a exploração de depósitos de aluvião, que demandava o mínimo de aparelhagem, ofereceu possibilidades a pessoas de recursos limitados, daí a tamanha atração exercida sobre colonos e reinóis. Nessa primeira fase da mineração, a população ainda se apresentava diluída, vivendo como nômades. Mais tarde, com o escasseamento do ouro de aluvião, os mineradores passaram a buscá-lo nos chamados “tabuleiros”, à margem das primeiras catas. Apesar da maior complexidade de tal atividade, os indivíduos ainda não haviam se fixado e continuavam a viver em acampamentos, que eram abandonados assim que migravam os pontos de trabalho. O abastecimento desses núcleos se dava através do comércio feito por tropas e mascates que percorriam as áreas mineradoras. A próxima fase de exploração que se seguiu foi a procura de aluviões nas encostas dos morros, as chamadas “gupiaras”. Esse tipo de exploração exigia a construção de verdadeiros aquedutos e de maior estrutura

que requeria trabalho vultoso, investimento em capital fixo e, conseqüentemente, uma estabilização populacional. A partir desse momento, os homens passaram a se radicar na região.

Desde o fim da segunda década do setecentos grande parte da população das Minas já não vivia nômade. A concentração e a estabilidade dos trabalhos levaram os senhores a construir suas casas próximo às minerações e avolumou-se a constituição de famílias regulares. (COSTA, 1982, p. 16)

A estruturação destes povoados facilitaria o estabelecimento dos tropeiros como comerciantes e núcleos urbanos surgiram nas áreas de mineração mais densas. Costa e Luna (1982, pp. 1-65) ressaltam que a dependência do fornecimento de produtos transportados de outros locais pela população constituiu uma interdependência regional e um mercado interno. Em seus relatos de princípios dos Setecentos, Antonil tecia observações a respeito dos lucros gerados pelo abastecimento da região mineira:

[...] logo se fizeram estalagens e logo começaram os mercadores a mandar às minas o melhor que chega nos navios do Reino e de outras partes, assim de mantimentos, como de regalo e de pomposo para se vestirem, além de mil bugiarias de França, que lá também foram dar. E, a este respeito, de todas as partes do Brasil se começou a enviar tudo o que dá a terra, com lucro não somente grande, mas excessivo. (ANTONIL, 1982, pp. 169-170).

Iglésias (1972, t.2, v.2, p. 371) também ressalta o quadro diversificado de atividades que se desenvolvera no afã mineratório, que proporcionaria “maiores perspectivas de acesso a todos”, tornando “mais possíveis os grupos médios, conseqüentemente com o funcionalismo, os artesãos, os comerciantes – elementos indispensáveis à sociedade que se desenvolvera com a mineração”.

Reis Filho (1999, p. 8) observa que a atividade mineradora no século XVIII alterou radicalmente as condições de vida na Colônia, através do intenso afluxo de contingentes populacionais que duplicou o número de habitantes entre 1700 e 1800 e da “concentração desses contingentes em áreas relativamente restritas, com índices elevados de urbanização”. A respeito da quantidade e diversidade de pessoas que se dirigiram à minas em busca de nova sorte, Antonil, ainda em princípios do século XVIII, escreveu:

A sede insaciável do ouro estimulou a tantos a deixarem suas terras e a meterem-se por caminhos tão ásperos como são os das minas, que dificilmente se poderá dar conta do número das pessoas que atualmente lá estão. [...] Cada ano, vêm nas frotas quantidade de portugueses e de estrangeiros, para passarem às minas. Das cidades, vilas, recôncavos e sertões do Brasil, vão brancos, pardos e pretos, e muitos índios, de que os paulistas se servem. A mistura é de toda a

condição de pessoas: homens e mulheres, moços e velhos, pobres e ricos, nobres e plebeus, seculares e clérigos, e religiosos de diversos institutos, muitos dos quais não têm no Brasil convento nem casa. (ANTONIL, 1982, p. 167).

Com o advento da exploração aurífera fez-se necessária a intervenção do Reino sobre os novos descobertos e a administração efetiva das atividades mineradoras. Neste contexto, Bastos (2014, p. 94) lembra que as ordens e regulações fiscais estabelecidas pela Coroa portuguesa seriam “somente exequíveis através da concentração urbana e administrativa, sustentada pela desejável permanência das povoações”. A partir do ano de 1711 foram fundadas as primeiras vilas mineiras, erigidas sobre núcleos preexistentes, implicando na instalação de câmaras municipais. Consequentemente, instaurou-se uma nova disposição pelo lugar e ao lugar:

Disposição pelo lugar, porque aos colonos passava também a interessar uma condição de permanência nas povoações, estimulada pela concessão oficial de foros e privilégios e por outras formas de subsistência urbana emergentes como o comércio e o oferecimento de trabalho livre; e disposição ao lugar, porque a acomodação física dos moradores passava a ser regulada por novas formas de organização urbana condicionadas a requisições de conveniência, decência e dignidade [...]. (BASTOS, 2014, p. 228)

Correspondendo ao que o autor compreende como o início da instituição de “povoações decorosas”, três tipos de processos foram postos em exercício: a adequação das construções já existentes (que envolveria, entre outros procedimentos, o realinhamento de ruas e calçadas, assim como a expedição de licenças para reformas de casas); a construção de novas estruturas (com a implantação de edifícios públicos, pontes, chafarizes, entre outros); a “conservação”, com a manutenção da estrutura física, da “comodidade”, “decência” e “asseio” dos povoados (BASTOS, 2014, p. 229). No decorrer deste processo, cabe destacar o papel adquirido pelas casas particulares, que inseridas no conjunto urbano, seriam consideradas partes constituintes do corpo do Reino. Reis Filho (1999, p. 12), observa que já a partir de fins do século XVIII,

As construções comuns passaram a ter uma importância crescente na definição da paisagem urbana e as normas para a sua regularização corresponderiam, se não a um projeto de conjunto, a um modelo, coletivamente aceito, que não poderia ser simplesmente imposto pela autoridade central da colônia mas teria que ser, necessariamente, o resultado de uma disciplina coletiva [...]. (REIS FILHO, 1999, p. 12)

Souza (1982, p. 31) aponta o período compreendido entre os anos de 1733 e 1748 como o “apogeu da economia do ouro em Minas Gerais”. Existem

variações de datação na historiografia no que se refere à tentativa de precisar um período de ascensão e declínio do processo de exploração aurífera. Entretanto, Costa (1982, p. 19) alega que a partir de meados do século XVIII as minas já começavam a se exaurir, também porque os homens daquela época não possuíam capitais e, sobretudo, técnicas para buscá-lo mais profundamente no centro dos morros. Nos Autos de Devassa da Inconfidência Mineira (1982, v.6), realizados ao final dos Setecentos, se evidencia a conciliação de outras atividades àquela da mineração.

A aliança da mineração e da agropecuária foi constatada, por ocasião da inconfidência mineira [sic], nos patrimônios de Tiradentes, Alvarenga Peixoto, padre Carlos de Toledo, Francisco Antônio de O. Lopes, José de Resende Costa (pai), José Aires Gomes, Cláudio Manuel da Costa e Joaquim Silvério dos Reis. (SILVA, 1998, p. 90)

Contudo, a Coroa se negava a reformular seu sistema de tributação e no último quartel dos Setecentos a decadência da região mineira se generalizaria. Em Vila Rica, ao adentrar do século XIX, o estado de pobreza dos habitantes e o abandono do povoado provocava admiração aos visitantes. Os mineiros se dispersariam do centro para outras áreas, em busca do exercício da mesma atividade ou de outros trabalhos (COSTA; LUNA, 1982, pp. 1-65).

Durante os Setecentos, a exploração do ouro em Minas Gerais acarretou um deslocamento do eixo econômico da Colônia, antes localizado no Nordeste. Em 1763, a sede do governo colonial seria transferida de Salvador para o Rio de Janeiro e as comunicações entre as minas e o exterior se fariam mais facilmente por este porto.

[...] O padrão de vida que o século XVIII implantou na região do ouro e do diamante representava o padrão de vida nacional. O período foi rigorosamente mineiro, no sentido de que Minas é que estabelecia as coordenadas de comportamento. (MOURÃO, 1995, p. 6)

Os padrões de vida e modos difundidos em Minas Gerais se veem amostrados na listagem de bens constantes nos Autos de Devassa da Inconfidência (1982, v.6) e mesmo em relatos de viajantes escritos em princípios dos Oitocentos. E ainda que estes últimos correspondessem a um período de franca decadência da região mineira, com certa frequência fazem menção ao destacado grau de

instrução de seus habitantes. A exemplo disto, no ano de 1818⁴, Saint-Hilaire relatou:

Durante minha estada em Sabará, vi os principais moradores da vila; achei-os de uma polidez perfeita, modos distintos, boa aparência [...]. Não é raro encontrar-se em Sabará homens que receberam instrução e que sabem o latim [...]. Os homens de uma certa classe são bem trajados, e notei mesmo que os empregados da Intendência se vestem com mais cuidado e asseio que os nossos funcionários. (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 76)

E D'Orbigny, em 1832, escreveu que os moradores de Tijuco eram “bem educados e mais instruídos que os do resto do Brasil” (D'ORBIGNY, 1976, p. 136).

A respeito dos inventários presentes nos Autos de Devassa, Rodolfo Garcia observa que as bibliotecas do Cônego Luís Vieira da Silva, do Capitão José de Resende Costa, de Cláudio Manuel da Costa e Inácio José de Alvarenga Peixoto, “denunciam um índice de cultura bastante elevado em relação ao meio colonial em que florescia” (GARCIA, 1982, p. 16).

No transcorrer do século XIX, a referência de cultura e civilidade aos poucos se deslocou para o Rio de Janeiro. Alencastro (1997, pp. 35-36) ressalta que sob a influência da presença da corte portuguesa, das estadias frequentes de viajantes e da chegada de profissionais europeus, se engendrou naquela localidade “um mercado de hábitos de consumo relativamente europeizados”. O autor sugere que

efetivamente, no regime monárquico forjou-se no Rio de Janeiro – capital política, econômica e cultural do país – um padrão de comportamento que molda o país pelo século XIX afora e o século XX adentro. (ALENCASTRO, 1997, p. 23)

Assim como sintetizam Costa e Luna (1982, pp. 1-65), a atividade mineradora no século XVIII proporcionou características peculiares ao processo de povoamento da região de Minas Gerais: sua formação de caráter urbano, com diversidade econômica e maior flexibilidade social, a presença de atividades artesanais e manufatureiras, comércio intenso e uma agricultura de subsistência, indispensáveis à manutenção da atividade mineradora. Todos estes fatores, considerando-se os distintos momentos (sendo o primeiro de disposição à

⁴ As datações apresentadas para os textos Oitocentistas citados no presente trabalho, quando não encontradas nas respectivas obras, foram atribuídas a partir de pesquisas realizadas no Arquivo Ernani Silva Bruno, disponibilizado em formato digital pelo Museu da Casa Brasileira (2016), localizado na cidade de São Paulo.

permanência nas povoações, incentivada pela Coroa, e o seguinte de dispersão dos habitantes, concomitante ao declínio da atividade mineradora), teriam impacto direto no desenvolvimento das dinâmicas de vida social e formas habitar advertidas em Minas Gerais entre o início do século XVIII e princípios do XIX.

2.2 As famílias e os habitantes das antigas moradias mineiras

Na historiografia que compreende a vida domiciliar no contexto da América portuguesa, alguns estudiosos atentam tanto para a diversidade de contextos nas diferentes regiões da Colônia (incluindo as distinções entre os ambientes rurais e aqueles caracteristicamente urbanos), quanto para a complexidade e variedade na constituição dos grupos que podiam coabitar nas moradias antigas. Novais ressalta que à heterogeneidade de formas que o povoamento ia assumindo na vastidão do território “correspondiam, por certo, diferentes e mutáveis modos de convívio” (NOVAIS, 1997, p. 24). A respeito da complexidade do conjunto de pessoas que conviviam em vida domiciliar, Costa observa:

Para o Brasil, o estudo da estrutura familiar vincula-se, necessariamente, àquele relativo aos domicílios, pois, sistematicamente, encontramos várias famílias coabitantes a guardar vínculos de subordinação ou dependência; vale dizer, podiam viver num mesmo domicílio famílias “independentes”, de agregados e de escravos. (COSTA, 1979, p. 155)

Em seu estudo a respeito da população em Vila Rica nos séculos XVIII e princípios do XIX, o autor define como família “o casal (unido ou não perante a Igreja) com seus filhos, caso hajam; os solteiros (homem ou mulher) com filhos e os viúvos e viúvas com filhos” (COSTA, 1979, p. 156); nestes casos, são considerados os filhos solteiros sem prole e que habitavam a casa dos pais. Enquanto que o domicílio se definiria como o “conjunto de pessoas coabitantes que mantêm laços de parentesco e/ou subordinação e vivem sob a autoridade do *Chefe de Domicílio*” (COSTA, 1979, p. 136, *itálico do autor*). Adotando-se esta designação, a residência, enquanto unidade física edificada, poderia abrigar um ou mais domicílios. Porém, em algumas obras da literatura especializada, estes dois termos (domicílio e residência) aparecem com o mesmo significado, ou seja, nestes casos ambos são utilizados para denominar o espaço edificado. Quanto à diversidade da estrutura familiar e domiciliar no contexto da Colônia, Algranti observa:

É o espaço do domicílio que reúne, assim, em certos casos, apenas pessoas de uma mesma família nuclear e um ou dois escravos; em outros, somavam-se a essa composição agregados e parentes próximos, como mães viúvas ou irmãs solteiras. Por vezes encontramos domicílios compostos de padres com suas escravas, concubinas e afilhadas, ou então comerciantes solteiros com seus caixeiros. Em alguns domicílios verificamos a presença de mulheres

com seus filhos, porém sem maridos; também nos deparamos com situações em que um casal de cônjuges e a concubina do marido viviam sob o mesmo teto. Isso sem falar nos filhos naturais e ilegítimos que muitas vezes eram criados com os legítimos. Tantas foram as formas que a família colonial assumiu, que a historiografia recente tem explorado em detalhe suas origens e o caráter das uniões, enfatizando-lhe a multiplicidade e especificidades em função das características regionais da colonização e da estratificação social dos indivíduos. (ALGRANTI, 1997, pp. 86-87)

A constituição de famílias não se subordinava necessariamente à instituição de casamentos. Algranti (1997, p. 87) lembra que embora o casamento tivesse importância no projeto colonizador, na prática, este teria se tratado de um privilégio primordialmente da elite. Para as pessoas de menores posses, as despesas religiosas e dificuldades burocráticas se tornariam um empecilho à união matrimonial.

Somente as classes dominantes consideram o casamento católico uma exigência social. Nas classes média e pobre dispensa-se a cerimônia. Brancos e negros fundam famílias “naturais” e a Igreja brasileira o admite sem muita relutância. A união livre, o concubinato, é a sorte de quase toda a população branca ou preta e os filhos naturais dessas uniões são numerosos [...]. (MATTOSO, 1990, p. 125)

Quanto ao estabelecimento de núcleos familiares em Minas Gerais, Silva (1998, p. 87) expõe que, embora seja comum afirmar que somente homens com seus escravos teriam para ali se dirigido nos princípios do processo de exploração do ouro, a análise de cartas de sesmarias passadas a moradores da região no início do século XVIII evidencia que alguns solicitantes, se já não tinham suas famílias estabelecidas em Minas Gerais, declaravam a pretensão de buscá-las. Segundo a autora,

possuir família constituía o principal argumento para a concessão de terras. Em 1711, Manuel de Lima Pereira, morador em Tapanhuacanga, distrito de S. Bartolomeu, simultaneamente lavrador e mineiro havia mais de sete anos, pediu “uns matos virgens” para “plantar e roçar” com seus sete escravos. Alegava pretender “mandar buscar sua família de mulher e filhos”. Antônio Pereira Machado, em 1717, tinha já consigo sua família, além dos escravos, sendo um dos primeiros povoadores da vila de Nossa Senhora do Carmo. Em 1718, João de Lima Curado afirmou ter “grande família de mulher, filhos, parentes e escravos” e precisar de terras “para se sitiar”. (SILVA, 1998, p. 87)

Analisando a estrutura familiar em Minas Gerais, Costa (1979, pp. 30-184) distingue três categorias de famílias: independentes, de agregados e de escravos. Dentro desta classificação, compreende as chamadas “famílias independentes” como aquelas cujos chefes não possuíam nenhuma relação de dependência ou subordinação a outros chefes de família/domicílio (ou seja,

nestes casos, os chefes de família não seriam agregados ou escravos). No que tange aos casamentos, o autor observa que no período transcorrido entre os anos de 1727 a 1826, de 1591 assentos realizados em Vila Rica, 87,43% reuniram indivíduos livres e 12,57% referiram-se a escravos (incluindo uniões entre cativos e forros). Quanto às crianças, estas se distribuíam em três grupos: os filhos legítimos, os naturais e os expostos. A maior parte das crianças batizadas seriam inscritas como filhos naturais, dados os entraves à legitimação perante a Igreja do intercurso sexual. Já com relação aos expostos, estes seriam

recém-nascidos abandonados à porta de residências particulares, igrejas ou do Senado da Câmara. Esta instituição, com o aumento do número de enjeitados, viu-se obrigada a auxiliar monetariamente os pais adotivos visando a evitar o abandono e morte das crianças. (COSTA, 1979, p. 51)

Silva (1998, pp. 87-239) esclarece que o abandono de crianças no período colonial se relacionava antes à proteção da honra de mães solteiras do que a dificuldades financeiras dos pais para a criação dos filhos. Assim sendo, estes recém-nascidos, em sua maioria, se tratariam de crianças da raça branca, cujas mães sofriam um tipo de pressão social à qual as mulheres de cor não estavam sujeitas. As escravas teriam maiores dificuldades para o abandono de seus filhos, dada a vigilância de seus donos (para os quais suas crias tinham valor). Segundo a autora, as crianças de cor expostas provavelmente se tratavam de filhos de forras.

Em Minas Gerais, onde as Câmaras eram os órgãos responsáveis pelos encargos relativos à sustentação dos expostos, “o pagamento à amas cessava tão logo se soubesse tratar-se de uma criança de cor” (SILVA, 1998, p. 212). Em seu estudo acerca dos fogos chefiados por mulheres de cor em Vila Rica em 1804, a autora constata a presença de expostos, em sua maioria brancos e já com idades acima da fase de criação.

Constatamos, deste modo, que estas forras não eram amas, mas sim pessoas que conservavam os expostos em suas casas numa fase em que eram já capazes de prestarem serviços, mesmo sendo de raça branca. Expostos pardos foram só localizados dois em casa de uma viúva parda com duas filhas solteiras. Como as crianças tinham respectivamente 1 ano e 1 mês e não morava naquele domicílio nenhuma outra mulher que as pudesse amamentar, é de crer que os meninos não fossem verdadeiramente expostos, mas sim filhos das moças solteiras que moravam com a mãe. (SILVA, 1998, pp. 172-173)

Na análise de casos em São Paulo no século XVIII, ficou observado que os domicílios chefiados por mulheres (viúvas, casadas com maridos ausentes ou

solteiras) eram aqueles que mais acolhiam os expostos. E que aqueles menos favorecidos eram os que tinham maior interesse por eles. Deste modo

mais do que um comportamento caritativo por parte de pessoas de posses, o acolhimento de um exposto em casa significava um mero contrato com o pagamento, por parte da Câmara, de um estipêndio pelos cuidados de criação e educação até os 7 anos; ou uma utilização dos seus serviços após esta idade divisória entre o mundo da criança e o mundo do trabalho. (SILVA, 1998, p. 214)

Houveram também casos de falsos expostos, nos quais recém-nascidos eram abandonados aos cuidados de compadres ou conhecidos, para mais tarde, em ocasião mais favorável, serem legitimados por seus verdadeiros pais ou mães.

Entre os potenciais integrantes dos domicílios, cabe também compreender as figuras dos escravos e dos chamados agregados e seus respectivos papéis nas dinâmicas da vida residencial. Saint-Hilaire descreveu estes últimos como: “indivíduos que nada possuem de seu e que se estabelecem em terreno de outrem” (SAINT-HILAIRE, 1972, p. 95). Samara (1981, pp. 159-168) observa que a descrição feita pelo viajante abrangeria apenas uma parte dos agregados, pois estes constituiriam um grupo heterogêneo, que se articulava de diferentes formas no quadro econômico-social. Tratava-se de uma camada composta por categorias distintas.

Tanto podiam ser considerados agregados os parentes (filhas ou filhos casados ou viúvos, genros, mães etc.) como amigos e estranhos que vinham congregar-se ao grupo familiar. O que caracteriza esses elementos (se procurarmos um ponto em comum) é o fato de não possuírem qualquer porção de terra ou casa própria na vila, tendo portanto de ajustarem-se aos proprietários nas áreas rurais ou urbanas, por meio dos mais diferentes tipos de relações. (SAMARA, 1981, p. 160)

A respeito das diferenças entre os papéis assumidos pelos agregados nos contextos rural e urbano, Mattoso (1990, pp. 122-131) esclarece que, enquanto no campo estes trabalhavam a terra do chefe de família e possuíam a função de jagunços (como uma força policial onde a administração pública estava ausente), na cidade eram trabalhadores que acrescentavam renda à família. “Alforriados ou livres, vivem à sombra da família da qual dependem, mas que necessita de seus serviços”. Para os senhores poderosos, entre os quais se incluem os concessionários de minas de ouro “é uma questão de prestígio manter sob seu teto e gratuitamente a multidão de parentes e agregados. Recusar proteção a quem a solicita seria um rebaixamento” (MATTOSO, 1990, p. 124).

Embora baseados no contexto paulista⁵, estudos realizados por Samara (1981, pp. 159-168) contrariam a ideia de que os agregados seriam, de modo geral, um grupo constituído apenas por pessoas de poucas ou nenhuma posses. Segundo a autora, tratava-se de uma camada que compreenderia desde elementos “bem situados socialmente”, com profissões definidas ou negócio próprio, até pessoas livres e pobres que viviam de esmolas ou em busca de trabalho. “[...] Podemos ver que não houve uma marginalização total desses elementos, que de uma forma indireta contribuía para a sustentação do sistema” (SAMARA, 1981, p. 168). Segundo a autora, muitas vezes, apesar de constar como dependente, o agregado poderia constituir a base econômica da casa. No caso das mulheres, “muitas delas gozavam de situação privilegiada – moravam com parentes ou amigos, contavam com certas posses e bom número de escravos” (SAMARA, 1981, p. 165). Entre os fatores intrínsecos a esta heterogeneidade estariam os tipos de relações mantidas entre os agregados e as famílias que os abrigavam.

De acordo com Costa (1979, pp. 155-165) o recenseamento realizado em Vila Rica no ano de 1804, revela que 29,61% dos domicílios totais contavam com agregados. Entre estes agregados predominaram indivíduos que não constituíram família. Consequentemente, do total das famílias residentes em Vila Rica àquele tempo, apenas 7,22% seria de agregados. Haveria ali, nessa época, uma grande predominância de famílias independentes, com um relevante número de famílias de chefes de domicílio. Contudo, é necessário lembrar que estes números refletem um momento específico na região de Minas Gerais.

Tais evidências parecem indicar que a família nuclear tendia a estabelecer-se em domicílios próprios, fato que pode, em parte, condicionar-se pela ampla oferta de residências decorrente da decadência da atividade exploratória. (COSTA, 1979, p. 157)

Por sua vez, com base no mesmo recenseamento, os escravos estariam presentes em 40,9% dos domicílios e as famílias constituídas por estes representariam 3% do total daquelas em Vila Rica. Porém, a precariedade de informações no que tange a este grupo leva a um comprometimento das informações acerca do número efetivo de famílias de escravos.

⁵ A autora tem como apoio o estudo dos recenseamentos de população realizados em Itu entre os anos de 1773 a 1830.

No que concerne à escravidão enquanto “relação social dominante (embora não exclusiva)” no contexto da América portuguesa, Novais distingue três tipos de relações ocorridas no cotidiano: “as relações intraclasse senhorial, as relações internas ao universo de vida dos escravos, as relações intermediárias entre senhores e escravos” (NOVAIS, 1997, p. 29). As diferenças entre os ambientes rural e urbano conferiram nuances distintas a estas três categorias de relações e também se refletiram nas formas de inserção dos escravos na vida doméstica.

Segundo Mattoso (1990, pp. 122-143), no ambiente rural era comum que as crianças negras passeassem em total liberdade, brincando junto às crianças brancas e recebendo o carinho das mulheres da casa. Estas viveriam nos alojamentos de escravos apenas no período da noite e estariam mais aproximadas da comunidade branca do que da negra. E seu senhor representaria um pai que não conheceram. Este costume seria menos comum nas áreas urbanas, “onde a exiguidade do espaço ocupado pela família do senhor mantém as crianças pretas nos alojamentos reservados aos escravos ou em outras áreas” (MATTOSO, 1990, p. 129). Nas fazendas existiriam dois mundos para as crianças escravas. Geralmente à noite, nos alojamentos ocorreriam os ritos e as práticas sociais dos negros. Já a partir dos 7 ou 8 anos de idade estes começariam a prestar serviços (domésticos, na lavoura ou no artesanato), as exigências dos senhores tornar-se-iam indiscutíveis e seus vínculos com a “mãe” e o “pai” branco seriam irremediavelmente transformados. Nesta fase se dariam conta de sua condição inferior em relação às crianças livres e o escravo passaria a buscar solidariedade entre seus novos companheiros, sua família ampliada. “Nessa comunidade negra, de linhagens perdidas, forjam-se novas alianças, novos compadrios, vínculos religiosos” (MATTOSO, 1990, p. 130).

Nas áreas urbanas haveria um maior distanciamento entre senhores e escravos. As crianças negras estariam mais próximas às suas mães, e cresceriam sob seus olhares enquanto estas trabalhavam como vendedoras nas

ruas ou desempenhavam outras atividades.⁶ E viveriam em menor conflito em relação às suas fidelidades brancas e negras.

Na cidade, a presença do senhor é menos opressiva, mais distante, pois os escravos e seus donos não vivem, em geral, sob o mesmo teto, a não ser no caso de um escravo muito apreciado. Na cidade, o negro se encontra facilmente entre os membros de sua mesma etnia. Festas e celebrações em praça pública reúnem os irmãos das confrarias religiosas. (MATTOSO, 1990, p. 130)

Quanto às particularidades referentes à região mineira e à maior liberdade de ação dos escravos em relação às áreas predominantemente agrícolas, Furtado observa que

a forma como se organiza o trabalho permite que o escravo tenha maior iniciativa e que circule num meio social mais complexo. Muitos escravos chegam mesmo a trabalhar por conta própria, comprometendo-se a pagar periodicamente uma quantia fixa a seu dono, o que lhes abre a possibilidade de comprar a própria liberdade. (FURTADO, 1963, p. 93)

Mattoso (1990, pp. 122-143) esclarece que os escravos nas áreas urbanas desempenhariam funções variadas. Alguns teriam habilidades de venda, outros se tornariam escravos de “ganho” vendendo sua força braçal fora de casa (como carregadores ou transportando pessoas em palanquins), outros teriam recebido formação voltada para um ofício específico. Em alguns casos, o escravo seria alugado por um tempo determinado, responsabilizando-se o locatário por seu alojamento, alimentação, roupas e cuidados médicos.

Os escravos que trabalham nas cidades podem ser verdadeiros assalariados e perceber um ganho diário, que devem reverter por completo ao seu senhor... a menos que este resolva lhe dar uma gratificação. Mas se o senhor não assegura a manutenção do seu escravo, deve-lhe uma remuneração. Trata-se, pois, de um sistema extremamente flexível: às vezes, o senhor dá aos escravos alojamento, alimentação, roupa, cuidados médicos, outras vezes somente lhes oferece moradia e cuidados médicos, e ainda, em outras instâncias, o escravo é completamente independente. Nos dois últimos casos, o escravo somente deve a seu senhor uma quantia fixa e nada mais. Esta importância é obviamente calculada a não permitir ao negro ganhar um excedente significativo. (MATTOSO, 1990, pp. 141-142)

É importante salientar que em Minas Gerais alguns indivíduos forros possuíram seus próprios escravos. Silva (1998, p. 177) cita o exemplo da negra

⁶ A este respeito Mattoso escreve: “as ruas das cidades são tão ruidosas das crianças negras, que frequentemente as câmaras municipais ameaçam de punição os senhores de escravos que deixam ‘as crianças se criarem nas ruas’. Também as vendedoras ambulantes não cessam de vigiar com o mesmo olhar atento seus fregueses e seus filhos, e as aguadas, onde a roupa é lavada, esfregada e estendida ao sol para coarar, são animadas pelo barulho dos jogos e das risadas de meninas e meninos peraltas” (MATTOSO, 1990, p. 131).

forra Josefa Maria Martins, que possuía uma filha de 10 anos e era casada com um indivíduo também forro; ao falecer em 1754, Josefa era senhora de cinco escravos.

A pluralidade racial e cultural das populações, que se constituíam de brancos (nascidos aqui ou na Metrópole), indígenas⁷ e negros, considerando-se, como aponta Novais (1997, pp. 14-39), que os ameríndios e africanos também possuíam diversidade interna, é uma outra característica que compõe a complexidade das relações estabelecidas no cotidiano da América portuguesa. A resultante miscigenação entre brancos e negros, que o autor aponta como o principal dos espaços de encontro entre os grupos (as festas seriam outros), não alterava a posição das esferas sociais, uma vez que era ao mesmo tempo “uma forma de dominação, pois o intercuro era, evidentemente, entre o dominador branco e a negra escrava” (NOVAIS, 1997, p. 28). De acordo com Silva (1998, pp. 87-239), a prole ilegítima resultante das relações entre homens brancos e mulheres de cor seguia a mesma condição de suas mães, a não ser que recebessem a alforria de seus pais.

Quando o senhor tinha filhos ilegítimos com alguma das suas escravas, muito raramente os reconhecia e tornava seus herdeiros. Alguns casos são conhecidos em Minas Gerais, sobretudo quando se tratava de homens solteiros. (SILVA, 1998, p. 199)

Ocorreriam também relações ilícitas entre homens casados e suas escravas, que por vezes constavam nos pedidos de divórcios feitos ao tribunal eclesiástico por suas esposas. Mattoso (1990, p. 132), discorrendo a respeito do costume do apadrinhamento, no qual o padrinho ofereceria assistência espiritual e material ao seu afilhado, esclarece que algumas vezes este poderia se tratar de um filho não assumido do senhor.

Com relação à constituição dos domicílios em Minas Gerais no início do século XIX, Costa (1979, pp. 155-165) alega que em 1804, em Vila Rica,

⁷ Embora as questões da presença indígena em Minas Gerais e dos casamentos entre negros e índios não possuam grande destaque na historiografia, Silva (1998, pp. 87-239) alega que ocorreram na região mineira vários casos de casamentos inter-raciais problemáticos. Entre os exemplos de uniões entre escravos e indígenas a autora cita: “Maria da Penha, de nação Tubaiara, estava casada com um escravo de Salvador de Faria Albernaz. Quando este morreu, o escravo foi vendido e a índia Maria teve de seguir o marido, acompanhando-o no novo cativeiro. Quando o marido morreu, o senhor quis conservar Maria e os filhos como se fossem escravos e ela apelou para o governador D. Lourenço de Almeida, que, em 1723, garantiu a sua liberdade. Também em Minas, o escravo Domingos queixou-se ao governador conde de Assumar, em 1719, ‘que seu senhor o privava de fazer vida com sua mulher sendo índia e forra’” (Ibid., p. 182).

predominavam os “domicílios simples” (atingindo 43,87%). Estes seriam compostos por: casais (com ou sem filhos); casais em concubinato (com ou sem filhos); homens ou mulheres solteiros com filhos; viúvos (as) com filhos sem prole. O segundo tipo de domicílio a prevalecer (alcançando 39,30%) eram os chamados “domicílios singulares”, constituídos por: viúvos solitários; solteiros sós ou pessoas com estado civil indeterminado. Os demais tipos de domicílios representariam números relativamente menores.⁸

Em alguns casos, grupos de pessoas ou famílias totalmente independentes – com referência a laços de sangue, parentesco ou subordinação –, coabitavam. Tal evento parece-nos insignificante se relacionado com o número total de residências: 56 sobre 1.753 ou 3,2%. (COSTA, 1979, p. 136)

É interessante observar que, de acordo com Silva (1998, pp. 171-172), no mesmo ano, em Vila Rica, os fogos chefiados por mulheres, brancas ou de cor, representavam significativos 43,9%. De 67 fogos chefiados por mulheres de cor, que raramente moravam sozinhas, 68,65% eram constituídos por solteiras (com ou sem filhos), e viúvas e casadas com maridos ausentes constituíam 31,35%.

Tôrres (1980, p. 532, v.1) traça um quadro geral da população urbana mineira, dividido em três grandes classes: a) os brancos “nunca muito puros”, habitantes de sobrados, proprietários de minas, em muitos casos possuidores fazendas e de lojas. “Esta classe tomava a si o governo das câmaras” e possuía “um certo ar de nobreza”; b) a classe média constituída pelos poucos brancos “não senhores”, os inúmeros mestiços, e os forros, “que se dedicavam aos trabalhos manuais, ao pequeno comércio e a outras atividades análogas”; c) o conjunto dos escravos.

Assim, percebe-se no desenvolver da sociedade mineira, a constituição de interdependências entre estas três grandes classes de indivíduos, proporcionando-se a formação um complexo sistema de relações, também gerando domicílios de constituições diversas. Da agregação, observada por Antonil (1982, p. 167), de indivíduos de variadas condições e origens na região geograficamente distante do litoral e relativamente “isolada” de Minas Gêrias, criou-se uma demanda de articulação entre os diferentes grupos

⁸ Por ordem decrescente de prevalência, o autor lista as seguintes categorias de domicílio: domicílios simples (43,87%); domicílios singulares (39,30%); domicílios sem estrutura familiar (7,13%); domicílio familiar ampliado (5,53%); domicílios múltiplos (3,54%); domicílios com estrutura indeterminada (0,63%).

socioeconômicos, buscando garantir condições para a manutenção do sistema mineratório, que em um curto período de tempo lhes engendrou uma disposição à permanência naquelas povoações.

2.3 Espaços residenciais e a dinâmica da vida doméstica

O estudo das estruturas domiciliares e familiares presentes em Minas Gerais entre o início dos Setecentos e as primeiras décadas dos Oitocentos descortina um quadro socioeconômico complexo, com uma gama diversificada de atividades profissionais e papéis desempenhados pelos personagens que o compunham. Tal complexidade se faz relevante para o estudo das moradias urbanas na região mineira, na medida em que, assim como observa Carlos Lemos (1989, p. 9), “intramuros principalmente, a casa é o palco permanente das atividades condicionadas à cultura de seus usuários” e as atuações domésticas se veem vinculadas às práticas de uma sociedade. A este respeito, documentações e textos coevos revelam casos peculiares, que demonstram quão variadas as situações domiciliares e arranjos das moradias poderiam se apresentar. As configurações das residências ora aparecem condicionadas pela situação financeira de seus proprietários, ora parecem corresponder antes a um fator de adequação ou “conveniência”.

Os Autos de Devassa da Inconfidência Mineira (1982, v.6) trazem exemplos particulares, como o caso de um sobrado então pertencente ao Reverendo Bento Cortês de Toledo, localizado na Vila de São José, cujo acesso se fazia por dentro da residência térrea de seu irmão, o Vigário Carlos Correia de Toledo (figuras 1a, 1b e 2), em cuja lista de bens, datada de 1789, se vê anotada:

uma morada, de casas térreas assoalhadas e forradas, cobertas de telha, com quintal murado de taipa, e piçarrão, cavalariças, e mais oficinas, sitas na Rua do Sol, que partem de uma banda com casas do Reverendo Bento Cortês de Toledo, e da outra com um pequeno sobrado místico às casas sequestradas, com a entrada por dentro delas, que é patrimônio do dito Reverendo Bento Cortês [...]. (AUTOS..., 1982, v.6, pp. 69-70)

Figuras 1a e 1b – Antigas residências interligadas do Reverendo Bento Cortês de Toledo e do Vigário Carlos Correia de Toledo (sede do atual Museu Casa Padre Toledo), Tiradentes, MG.
Fonte: foto da autora (2015).

Figura 2 – Planta do atual Museu Casa Padre Toledo, instalado no imóvel no qual residiu o Vigário (legendas dos espaços acrescentadas pela autora).⁹ Fonte: Arcoweb (2016).

É interessante perceber que embora as duas edificações formassem um só volume, estas aparecem listadas como propriedades distintas. Já o inventário de bens do Capitão Vicente Vieira da Mota, datado do ano de 1791, revela outra situação peculiar, pois esclarece que o mesmo residia na então moradia de João Rodrigues de Macedo¹⁰ (Figuras 3, 4a e 4b), de quem era caixeiro e segundo este, era “quem governava toda a sua casa” (AUTOS..., 1982, v.6, p. 373).

⁹ As legendas foram inseridas com base nas ilustrações do livro de memória da restauração do imóvel, em especial aquelas referentes ao projeto luminotécnico para a instalação do Museu (MUSEU..., 2012, pp. 116-127).

¹⁰ A atual Casa dos Contos de Ouro Preto, MG.

Figura 3 – Antiga residência de João Rodrigues de Macedo, atual Casa dos Contos de Ouro Preto, MG. Fonte: foto da autora (2015).

Figuras 4a e 4b – Plantas da possível configuração do primeiro e segundo pavimento do imóvel no ano de 1784. Fonte: Ferraz (1985, p. 65 e 70).

Um outro exemplo extraído dos textos de Saint-Hilaire, a respeito da região de Vila do Fanado, de 1817, relata a existência de moradias que abrigavam uma numerosa quantidade de indivíduos:

Em toda a região os casamentos são extraordinariamente fecundos; nada é tão comum como encontrar mulheres com doze ou quinze filhos, e mais ainda, e garantiram-me que havia em Vila do Fanado três casas, que, só elas, abrigavam cem pessoas. (SAINT-HILAIRE, 1975a, p. 223)

Assim como ressalta Algranti (1997, pp. 84-154), o desaparecimento de exemplares de imóveis residenciais mais antigos ou a sua descaracterização em consequência de sucessivas reformas, são fatores que dificultam a compreensão geral de seus espaços e as respectivas funções e formas de ocupação que estes tiveram. A autora observa que nas casas abastadas frequentemente não é possível recuperar com precisão os usos a que se destinavam determinados aposentos, enquanto que, nas residências de caráter mais simples, o número reduzido de cômodos ressalta a sobreposição de funções e atividades ali desenvolvidas. Carlos Lemos (1989, pp. 30-31) observa que “as casas urbanas do tempo colonial também ressentem-se da falta de documentação hábil que nos inteirem de suas particularidades, especialmente as casas populares”, acrescentando que embora os inventários e exemplares remanescentes forneçam informações acerca da feição original dessas moradas,

hoje não conhecemos com precisão como elas funcionavam, principalmente aquelas de gente remediada ou rica porque muitos indícios esclarecedores desapareceram devido a reformas e também porque estão perdidos os velhos equipamentos e dispersos os mobiliários. (LEMOS, 1989, pp. 30-31)

Com relação à região de Minas Gerais, Vasconcellos (2011, pp. 121-124) descreve as primeiras moradias de Vila Rica como ranchos. A princípio, estes seriam abrigos provisórios, provavelmente correspondendo às primeiras fases da exploração aurífera relatadas por Costa e Luna (1982, pp. 1-65), nas quais a população encontrava-se ainda sujeita a transladações contínuas condicionadas pela exploração de depósitos de aluvião e mais tarde nos chamados “tabuleiros”. Segundo Vasconcellos, tais moradias seriam por vezes coletivas, tratando-se de ranchos de peça única feitos de vegetais encontrados na região

[...] resumidos em uma área coberta, de piso de terra batida, comportando, no centro a trempe sobre o braseiro, enquanto pelos cantos colocam-se os jiraus para o merecido descanso de seus

ocupantes. Quando são muitos, espalham-se pelo chão, sobre couros ou esteiras, não sendo muito difundido, nas Minas, o uso da rede. Arreios servem de assento e as mantas dos animais de proteção contra o frio. (VASCONCELLOS, 2011, p. 122)

Mais tarde estes teriam o seu perímetro completado por paus-a-pique. Quando se tratavam de ranchos maiores, provavelmente já destinados ao alojamento de famílias, apresentariam divisões internas e melhor acabamento. Referindo-se à primeira fisionomia de Vila Rica, o autor aponta que a maioria dos aforamentos da época foram concedidos para “construir um rancho”, e raramente referem-se a “casas, assim compreendidas, talvez, aquelas de ‘maior dura’ e já cobertas de telhas, citadas quando existente, nos inventos [sic] e descrições do mesmo período” (VASCONCELLOS, 2011, p. 123)¹¹. Ainda com base em tais aforamentos, os ranchos não se limitavam às áreas de mineração, estando também presentes no centro de Vila Rica, geralmente constituindo-se em uma primeira forma de moradia nas terras obtidas até que seus proprietários tivessem melhores condições para a construção de casas mais duráveis, edificadas em madeira e barro ou pedra.

Com relação às residências de características mais duradouras, os levantamentos de plantas de imóveis antigos na região mineira, presentes na literatura especializada, em particular aqueles apresentados por Rodrigues (1979, pp. 147-183) e Vasconcellos (2011, pp. 131-148)¹², demonstram uma variedade de soluções no que tange à disposição de seus espaços interiores. Ainda que não se tenham documentadas as possíveis alterações a que estes imóveis foram submetidos ao longo do tempo¹³, tais levantamentos podem indicar que os arranjos e conformações dos espaços residenciais parecem ter sido tão variados quanto variadas eram as estruturas familiares e domiciliares existentes

¹¹ O autor cita que a primeira olaria de Vila do Carmo teria começado a funcionar por volta de 1713, data a partir da qual essas se difundiriam na Capitania. Porém, a primeira casa coberta de telhas naquela localidade foi mandada construir em 1711, sendo que “a olaria ficava então no caminho de Itaverava” (VASCONCELLOS, 2011, p. 123).

¹² Alguns destes levantamentos não apresentam legendas referentes aos usos dos espaços ou escala gráfica. Porém, em relação ao dimensionamento das peças nas casas térreas, Vasconcellos (2011, p. 137) observa: “em geral as dimensões das peças das habitações são pequenas. Os corredores medem de 1 a 1,30m de largura, as salas oscilam em torno de 12m², e os dormitórios raramente ultrapassam 10m², equilibrando-se com as salas os cômodos de serviço.”

¹³ É necessário notar que alguns dos levantamentos apresentados por Rodrigues, sendo um deles um exemplar de residência datada do século XVIII, trazem espaços indicados como sanitários, o que geralmente constitui-se como um indício de adaptações posteriores na configuração original de imóveis antigos.

nos séculos XVIII e início do XIX, refletindo também a diversidade das condições socioeconômicas dos moradores da região mineira. Um primeiro olhar sobre tais plantas motiva a uma reflexão acerca dos elementos constantes e das variantes presentes nas construções residenciais antigas.

Os exemplos apontados por Vasconcellos (2011, pp. 131-141) como casas urbanas térreas em Vila Rica (figuras 5 a 8), e aqueles registrados por Rodrigues (1979, p. 183) em Santa Bárbara (figuras 9 e 10), apresentam diferenciações quanto ao seu dimensionamento, o número de cômodos e sua disposição.

Figura 5 – Planta e elevação,
casa térrea urbana.
Fonte: Vasconcellos
(2011, p. 136).

Figura 6 – Planta,
casa térrea urbana.
Fonte: Vasconcellos
(2011, p. 135).

Figura 7 – Planta e elevação, casa térrea urbana.

Fonte: Vasconcellos (2011, p. 134).

Figura 8 – Plantas e elevações, casa térrea urbana com porão.

Fonte: Vasconcellos (2011, p. 141).

Figura 9a – Planta, casa térrea que teria pertencido ao Padre Lucindo de Sousa Coutinho. Santa Bárbara, MG. Fonte: Rodrigues (1979, p. 183).

Figura 9b – casa térrea que teria pertencido ao Padre Lucindo de Sousa Coutinho. Santa Bárbara, MG. Fonte: Cerquize (2011).

Figura 10 – Planta, casa térrea. Santa Bárbara, MG. Fonte: Rodrigues (1979, p. 183).

A variação na quantidade de espaços em tais edificações, que podem apresentar de um mínimo necessário até um grande número de aposentos, atesta uma maior possibilidade de especificidade de seus usos nas residências mais abastadas, assim como uma certa “graduação” do acesso aos espaços por pessoas mais ou menos íntimas à família. Percebe-se, caso se possa tomar em parte as legendas apresentadas pelo autor como evidências, nas plantas das figuras 9a e 10, a destinação da parte frontal de tais imóveis a um tipo de uso menos privado, através da localização, nesta área, de salas e de dormitórios a elas contíguos, possivelmente reservados a visitas. As figuras de número 5 e 6 apresentam diferentes configurações para as peças localizadas aos fundos, estas provavelmente dedicadas aos serviços, na forma de um cômodo maior (figura 5)¹⁴, ou fragmentadas em compartimentos menores (figura 6), podendo refletir as necessidades dos habitantes ou se relacionar à possível existência de outras instalações anexas nos quintais. Já o número reduzido de aposentos visto na figura 8 leva a indagar se neste caso os serviços da casa se reservariam à área do porão. Alguns possíveis recursos à privacidade podem se notar nestes levantamentos, seja na presença de uma porta que comunica a cozinha diretamente com o exterior, permitindo-se deste modo evitar o contato com as

¹⁴ Vasconcellos (2011, p. 137) relaciona esta planta à seguinte descrição: “na frente instala-se a sala, no meio os dormitórios, constituídos ou não em alcovas e, nos fundos a peça de serviço, as varandas ou cômodos delas originados [...]”

demais áreas da casa (figura 9a), seja através da presença de um vestíbulo, ou de um corredor, que poderia estabelecer uma ligação com os fundos da moradia, viabilizando um acesso mais ou menos direto de serviçais às ditas áreas de trabalho. Sobre a funcionalidade do corredor nas casas térreas, Vasconcellos escreve:

É quase um beco particular que supre a falta de área livre nas laterais. [...] Funciona como vestíbulo nobre mas, ao mesmo tempo, como simples abrigo, até de animais. É peça de recepção, ante-sala por vezes, tornando-se, a seguir, íntima e, afinal, passagem de serviço. Alguns não se fecham em seu extremo de trás e a porta de frente é tão larga quanto o permita a largura da peça [...]. (VASCONCELLOS, 2011, p. 133)

Alguns dos exemplos apresentam alcovas, que em alguns casos podem estabelecer a comunicação entre dois outros espaços. Segundo Algranti (1997, p. 102), estas poderiam ser aproveitadas para a instalação de quartos, despensa ou mesmo uma capela. A este respeito Vasconcellos, em seu estudo acerca das residências de Vila Rica, nota:

Em plantas mais complexas, alcovas aparecem no centro da habitação, aproveitadas para quarto de hóspedes, despensas ou mesmo depósitos. Em outras regiões do Estado, servem a capelas, como na casa da Rua Pedro II n.15 em Sabará onde, a da frente tem altar e, a dos fundos prateleiras de despensa. Em Vila Rica, porém, não são encontrados vestígios de soluções semelhantes. Aliás, quase todas as capelas que, sem dúvida, existiram nas residências da Vila, com o tempo foram sendo substituídas por simples oratórios móveis ou nichos. (VASCONCELLOS, 2011, p. 139)

Conforme observa o autor, apesar de insinuarem um intuito de reclusão por se tratarem de cômodos sem janelas, a presença de alcovas nas moradias urbanas parecem ter sido “mais imposições de laterais fechadas, por contiguidade, a construções vizinhas, ou contingências de plantas com grandes áreas, do que claro propósito de reclusão da família” (VASCONCELLOS, 2011, p. 128). Um relato coevo de Saint-Hilaire, a respeito de sua estadia em um albergue na povoação de Araçuaí, no qual conta ter se hospedado com seus companheiros de viagem em quartos “estreitos e sem janelas”, acrescenta:

apartamentos desse gênero não são, aliás, peculiares a essa hospedaria. Em toda a região, as casas que não foram construídas por homens ricos, são geralmente divididas em pequenas células onde se tem dificuldade até para se virar. (SAINT-HILAIRE, 1975a, p. 299)

Compete lembrar que, no adensamento dos núcleos urbanos, a escolha de lotes de maior largura (que permitiam fachadas livres mediante o afastamento das

construções adjacentes, admitindo um maior número de cômodos com janelas) era geralmente facultada a pessoas de maiores posses.

Embora, na literatura especializada, não se tenha precisado com exatidão o período de edificação das primeiras residências assobradadas na região de Minas Gerais, os Autos de Devassa da Inconfidência Mineira atestam a sua existência ao final do século XVIII. A avaliação dos bens do Vigário Carlos Correia de Toledo e Melo, datada de 1789, cita “uma morada de casas assobradadas, cobertas de telha, e assoalhadas, com quintal murado de pedra” (AUTOS..., 1982, v. 6, p. 341). E, no mesmo ano, aparece listada entre os bens de Cláudio Manuel da Costa “uma morada de casas de sobrado cobertas de telhas, [...] com o seu quintal cercado de pedra, [...] com suas árvores de espinhos” (AUTOS..., 1982, v. 6, p. 102) localizada em Vila Rica. Os relatos de viajantes que estiveram em Minas Gerais já nas primeiras décadas do século XIX descrevem o aspecto geral de diversos povoados mineiros, que podiam se constituir apenas de casas térreas ou apresentar sobrados.¹⁵ Vasconcellos observa “o caráter de maior importância” que estes últimos poderiam adquirir, uma vez que, “ostentando a abundância e a posição social de seu proprietário”, as “classes mais elevadas” da população não os dispensariam (VASCONCELLOS, 2011, p. 140). O autor ressalta que muitos destes foram alteados “sobre primitivas casas térreas que, antes destinadas à habitação, depois se adaptaram a novas funções, conservando, porém, traços evidentes de seu anterior agenciamento” (VASCONCELLOS, 2011, p. 142). D'Orbigny (1976, p. 117) cita um destes exemplos ao descrever a casa de um Capitão em Porto Salgado, em 1832: “é [...] uma das casas mais bonitas da região. [...] Era, há alguns anos, uma casa de um só pavimento, sem forro no teto”. A respeito da

¹⁵ Entre os exemplos de tais descrições cabe citar aquelas feitas por Saint-Hilaire e Rugendas, a respeito de diferentes povoados. De acordo com o primeiro, “em 1816 Araxá contava apenas com 75 casas, todas pequenas [...]”. Só duas casas eram sobrados, sendo todas cobertas de telha” (SAINT-HILAIRE, 1975b, p. 129). E com relação a Paracatu, em 1819, relatou: “as casas na sua maioria são térreas. Geralmente são baixas, pequenas, feitas de adobe, mas caiadas e cobertas de telhas” (Ibid., p. 150). E em 1817, o mesmo autor observou sobre Itabira: “havia aí muitas casas lindas de sobrado, e construíam-se novas, apesar dos enormes dispêndios que era necessário fazer [para] retirar madeiras dos morros vizinhos. Quase todas eram construídas de *braúna*, madeira que se conserva tão bem que se considera incorruptível” (Id., 1975a, p. 122, *itálico do autor*). E Rugendas, em seus relatos escritos entre os anos de 1825 e 1830 observou sobre Vila Rica: “as casas, na sua maioria de dois andares, tem em geral o aspecto arquitetural das cidades portuguesas” (RUGENDAS, 1976, p. 33).

existência de terceiros pavimentos em Vila Rica, Vasconcellos esclarece que estes

com raras exceções relativamente novas, consistem apenas no aproveitamento de desvãos das coberturas, com seus competentes lanternins, águas-furtadas ou claraboias. [...] Ampliando-se, porém, podem elevar-se sobre as coberturas, com águas próprias, dando nascimento aos mirantes ou torreões, que também se designam por camarinhas. Em sua quase totalidade, decorrem de ampliações da moradia, sem prejuízo ou por falta de adequados espaços horizontais. São de cômodo único e de construção precária, em taipa de sebe ou tabique, de que também se compõem suas raras e eventuais divisões internas. (VASCONCELLOS, 2011, pp. 147-148)

Entre os levantamentos de imóveis exibidos pelo autor e por Rodrigues (1979, pp.147-183), constam plantas de residências assobradadas nas quais, a variedade nas configurações dos espaços internos, já observada nos exemplos de casas térreas, também se torna evidente (figuras 11 a 19).

Figura 11a – Perspectiva, vestíbulo de um sobrado. Sabará, MG.
Fonte: Rodrigues (1979, p. 173).

Figura 11b – Planta, segundo pavimento de um sobrado. Sabará, MG.
Fonte: Rodrigues (1979, p. 173).

Figura 12 – Elevação e plantas, primeiro e segundo pavimentos de um sobrado.
Fonte: Vasconcellos (2011, p. 144).

Figura 13 – Plantas, primeiro e segundo pavimentos de um sobrado.
Fonte: Vasconcellos (2011, p. 146).

Figura 14 – Plantas, primeiro e segundo pavimentos de um sobrado. Fonte: Vasconcellos (2011, p.143)

Figura 15 – Planta, piso superior de um sobrado. Mariana, MG. Fonte: Rodrigues (1979, p. 149).

Figura 16 – Plantas, primeiro e segundo pavimentos de um sobrado. Mariana, MG.
Fonte: Rodrigues (1979, p. 149).

É interessante notar que as plantas das figuras 11b¹⁶ e 12 exibem uma espécie de prolongamento aos fundos, cujo acesso se faz através de escadas. O primeiro destes dois exemplos, além de apresentar sala e dormitórios a ela contíguos em sua área frontal, exemplifica o aproveitamento das alcovas centrais para a instalação de uma capela e uma sacristia. Dentre os levantamentos de plantas, alguns apresentados por Rodrigues (1979, pp. 147-151) de sobrados de maiores dimensões localizados na cidade de Mariana exibem um considerável grau de complexidade quanto ao seus arranjos e possibilidades de circulação (figuras 17 a 19). Estes apresentam pátios internos (note-se que o imóvel da figura 19 possui três) e, embora não se possa atestar que as funções dos cômodos apontadas pelo autor tenham se mantido exatamente como em sua originalidade, é interessante observar a especificidade na designação de alguns dos espaços, como “antigas enfermarias” (que parecem indicar um uso misto da residência), “sala de costura”, incluindo-se pontos destinados a “altares”. É também curioso

¹⁶ Segundo Rodrigues (1979, p. 172), trata-se de uma “casa de sobrado construída nos fins do século XVIII por um cônego e que, depois, pertenceu ao Coronel Jacinto Dias”. De acordo com informações disponibilizadas pelo IPHAN “a casa foi construída por iniciativa do Padre José Correia da Silva, seu primeiro proprietário, sendo apontado o ano de 1773 como o da sua construção. [...] A edificação teve como segundo proprietário o Dr. Jacinto Dias da Silva, advogado em Sabará, passando a ser conhecida como ‘Solar Jacinto Dias’” (IPHAN, 1950).

perceber que o exemplar da figura 17 possui comunicação direta com os fundos da Igreja de São Francisco de Assis de Mariana.¹⁷

Figura 17 – Perspectiva e planta de um sobrado. Mariana, MG.
Fonte: Rodrigues (1979, p.151).

¹⁷ De acordo com informações disponibilizadas pelo atual Conselho Municipal do Patrimônio de Mariana, acredita-se que o primeiro proprietário do imóvel tenha sido o Padre Simões, e em 1748, o mesmo teria sido alugado para a residência do primeiro Bispo de Mariana, D. Frei Manuel da Cruz, que após reforma teria ali residido entre os anos de 1751 e 1753. E “em 1761, o imóvel foi adquirido pela Ordem Terceira de São Francisco, a quem pertence até os dias atuais” (COMPAT, 2016a). Com base na mesma fonte, existem divergências entre autores que se dedicaram ao estudo do imóvel, no que tange ao fato de que este também teria sido residência do chamado Conde de Assumar.

Figura 18a – Planta de um sobrado onde teria residido o Barão do Pontal. Mariana, MG.
Fonte: Rodrigues (1979, p. 147).

Figuras 18b e 18c– Fachada e detalhe de um dos balcões de um sobrado onde teria residido o Barão do Pontal. Mariana, MG. Fonte: COMPAT (2016b).

Figura 19 – Planta, piso superior de um sobrado. Mariana, MG.
Fonte: Rodrigues (1979, p. 149).

A respeito dos sobrados mineiros, Carlos Lemos nota que

Se na aparência de seus frontispícios havia certa uniformidade pombalina, os sobrados mineiros nunca tiveram um claro plano regulador de suas plantas. Na maioria das vezes, no entanto, podemos dizer que o “zoneamento” dessas construções assobradadas, ou parcialmente assobradadas, seguia mais ou menos as demais construções brasileiras, isto é, salas de receber na frente, alcovas na zona central da construção e estar familiar e serviços nos fundos. (LEMOS, 1989, p. 43)

Desta maneira, ainda que não se possa afiançar que tais plantas presentes na literatura especializada sejam uma forma de documentação fidedigna das condições originais destes imóveis, é possível, no entanto, observar que, se as características nos elementos de fachada muitas vezes conferiam uma certa “homogeneidade” e uma aparência de conjunto às

residências nas povoações¹⁸, a organização dos espaços internos de tais moradias levantadas em Minas Gerais apresentam, por sua vez, ampla variedade de arranjos internos, que parecem refletir a diversidade social e dos domicílios na região.

Um engenheiro francês, Vauthier, no século XIX, em Recife, chegou mesmo a escrever dizendo que “quem viu uma casa brasileira já viu todas”. Em relação à aparência das construções, ele tinha razão, porém não chegou a perceber que elas *funcionavam* diferentemente. (LE MOS, 1989, p. 13, *itálico do autor*)

Embora os levantamentos não forneçam informações suficientes quanto às funções específicas a que se destinaram cada um dos espaços, os relatos coevos podem trazer alguns esclarecimentos tanto no que se refere aos elementos que se mantiveram constantes no conjunto diverso das moradias urbanas quanto às dinâmicas de usos das casas, costumes domésticos e recursos que correspondiam à noção de privacidade, sociabilidade e decoro da época. Luccock, na ocasião de sua passagem por São João del-Rei, no ano de 1818, descreveu as atividades familiares ao longo de um dia:

Uns ligeiros cuidados com os negócios e a direção doméstica ocupam a maioria das famílias durante a manhã. Ao meio-dia, geralmente, serve-se o almoço e, logo a seguir, o calor torna uma sesta agradável até cerca das quatro da tarde, hora na qual os cavalheiros se vestem para fazer visitas de cerimônia. Ao anoitecer, ambos os sexos se encontram, nalguma casa amiga, e juntam-se nas ativas dansas ou em jogos de cartas que pouco esforço exigem quer da inteligência quer da memória. No decurso da minha estada, houve uma série de reuniões dessa espécie; algumas delas se prolongaram até horas tardias e tinham todas por objeto menos a exibição e a vaidade que um real divertimento. (LUCCOCK, 1975, pp. 312-313)

¹⁸ A este respeito, Reis Filho observa que “a disciplina urbanística do século XVII e da primeira metade do século XVIII era sobretudo uma disciplina de traçado, de regularidade de alinhamentos [...]. Regulava basicamente as relações entre os espaços públicos e os espaços privados, evitando a apropriação de parcelas dos primeiros pelos segundos e procurava assegurar a livre circulação de pessoas, animais e veículos, em condições de eficiência”, ao passo que “o urbanismo da segunda metade do século XVIII e das primeiras décadas do século XIX apresenta outras dimensões, bem mais ambiciosas. Apresenta-se como parte de um projeto de criação de um cenário urbano, no qual as paisagens são definidas como conjuntos [...] que resultam de uma disciplina imposta às construções comuns, cuja importância crescente vem coloca-las no primeiro plano da definição estética, cultural e política das vilas e cidades, em clara correspondência com as transformações sociais que estavam ocorrendo” (REIS FILHO, 1999, p. 14). O autor acredita que “o alinhamento das diretrizes principais das fachadas e a regularidade das proporções dos conjuntos de casas de determinadas ruas, edificadas em fins do século XVIII e no início do XIX, não são resultado do acaso, mas do atendimentos [sic] a normas fixadas pelas câmaras, que corresponderiam a padrões mais complexos de atividades dos arruadores, que não se limitariam ao controle geométrico das soluções urbanísticas em plantas mas também à aplicação desses princípios às superfícies das fachadas, nas casas mais comuns” (Ibid., pp. 22-23).

Mawe (1978, pp. 143-178), em suas estadias em Barra, Vila do Príncipe e também no Tijuco, em 1810, relatou alguns hábitos de sociabilidade comuns em Minas Gerais, como o gosto entre os mineiros pelos jogos, a dança, bem como o costume de reunir-se os vizinhos, oferecendo-se jantares e chás.

As noites transcorriam agradáveis, em companhia das pessoas que se reuniam, com regularidade, na casa do intendente. Nessas reuniões, os homens jogam o “whist” e as senhoras tomam chá, distraem-se com pequenos divertimentos ou comentam os acontecimentos do dia. [...] As suas maneiras não são cerimoniais, nem usam os requintes da Corte, mas sua conduta em geral é de pessoas gentis e bem educadas, animadas por um bom humor espontâneo, que a afabilidade do chefe, de sua senhora e filhas sempre procuram conservar. Toda a gente vestia-se à inglesa e as vestes eram de tecidos de nossas manufaturas. (MAWE, 1978. p. 159)

E sobre sua estadia na casa de um vigário no povoado de Conceição, relatou ter recebido visitas de aldeões e moças que “vieram cantar lindas modinhas, acompanhadas ao violão” (MAWE, 1978. p. 148). O gosto feminino pela música, também se registra entre as suas observações gerais acerca da vida cotidiana no Tijuco¹⁹.

Dentre os demais hábitos de sociabilidade dos habitantes da região de Minas Gerais incluíam-se as festividades religiosas e as homenagens em decorrência dos acontecimentos políticos que, embora ocorressem fora das moradias, configuravam ocasiões nas quais as sacadas das casas adquiririam papel especial, demonstrando a sua função de local de intersecção entre a vida pública e a privada.²⁰ Saint-Hilaire, estando em São João del-Rei, em 1819 ilustrou o costume dos moradores de assistir a tais solenidades dos balcões das residências: “o padre [...] explicou-me ainda que a procissão passaria às quatro

¹⁹ “As famílias que tive a honra de visitar me pareceram bastante sociáveis, e muitas vezes se oferecem chás. [...] O grande afastamento de um porto de mar é a causa de não haver ainda no Tijuco um piano. Se não fosse isso, estes instrumentos aí teriam grande procura, porque as senhoras em geral gostam de música e tocam violão com muito sentimento e graça. A dança é o divertimento favorito, e parece terem um vivo prazer com as contradanças inglesas” (MAWE, 1978, p. 176).

²⁰ Um relato tardio de Gardner, de 1840, feito por ocasião das homenagens a D. Pedro II ocorridas em Diamantina, reforça tal ideia da função dos balcões das casas, no qual as personagens que se encontravam nas sacadas desempenhavam não só o papel de espectadoras, mas também interagiam nas atividades que aconteciam na rua: “à noite houve iluminação pública e a guarda-nacional [...] desfilou pelas ruas principais, com banda de música à frente, acompanhada do conselho municipal e de todos os principais habitantes da cidade. [...] Aqui e ali, fazia-se alto em frente à casa de algum cidadão respeitável, recitando cinco ou seis pessoas versos compostos durante o dia em honra do fato, enquanto das sacadas as senhoras da casa atiravam flores perfumadas com água de Colônia. Também de vez em quando a multidão cá em baixo era honrada com uma canção por uma das belas. Isto se repetiu por três noites sucessivas” (GARDNER, 1975, p. 211).

horas diante de sua casa e que poderíamos vê-la da sacada [...]" (SAINT-HILAIRE, 1975b, p. 65). Tal tradição de honrar as festividades públicas a partir dos balcões das residências, se mostra revestida de tamanha importância na vida social mineira, a ponto de ainda conservar-se o hábito, na atualidade, de nas cidades antigas estender-se tecidos nos gradis das casas durante determinadas procissões religiosas.

Com relação aos espaços das casas a que se destinavam a recepção de visitas ou pessoas menos íntimas aos domiciliários, e aqueles que se reservavam especificamente ao convívio privado, Saint-Hilaire revela a existência de uma separação das atividades, que ocorreria tanto nos lares mineiros mais simples, quanto nas residências mais abastadas:

[...] o quintal e o interior das casas são, em Minas, Goiás e no Norte de São Paulo, reservado às mulheres, e penetrar nessa parte, para os homens, constitui o máximo da temeridade. A mais modesta choupana tem na frente uma sala, e é nessa peça que são recebidos os estranhos. (SAINT-HILAIRE, 1976, p. 96).

Vasconcellos reitera o costume da destinação da parte da frontal das residências aos visitantes, mencionando a proximidade entre os quartos de visitas e a citada sala: “melhor arranjados são os quartos de hóspedes [...] colocados sempre na parte dianteira das habitações, com acesso mais fácil e independente, ligados às varandas nas casas rurais e às salas nas urbanas” (VASCONCELLOS, 2011, pp. 155-156). Contudo, é de se supor que nem todas as moradias contavam com um compartimento específico ao repouso de visitantes e os relatos Oitocentistas também narram exceções e momentos nos quais as formalidades foram, em certa medida, quebradas. Saint-Hilaire, a respeito de sua estadia em casa de um vigário residente em Sucuriu, revelou ter este lhe cedido o seu próprio dormitório²¹: “recebeu-me muito bem, e cedeu-me seu quarto e leito” (SAINT-HILAIRE, 1975a, p. 227). E Mawe, em 1810, referindo-se à sua estada na casa do Intendente no Tijuco, relata ter se acomodado na biblioteca da residência: “teve a bondade de me dar como quarto a sua biblioteca, que se compunha de numerosas e escolhidas obras, sobre ciências, principalmente de autores ingleses [...]" (MAWE, 1978, p. 158).

²¹ O texto no qual se inclui este trecho não esclarece se o domicílio do vigário em questão abrigava outras pessoas ou quanto à presença de mulheres residentes na casa.

Em outro de seus relatos, Saint-Hilaire também inclui as cozinhas entre os espaços interditados às pessoas estranhas:

O interior das casas, reservados às mulheres, é um santuário em que o estranho nunca penetra, e pessoas que me demonstravam a maior confiança jamais permitiram que meu criado entrasse na cozinha para secar o papel necessário à conservação de minha plantas [...]. (SAINT-HILAIRE, 1975a, p. 96)

Com relação às antigas cozinhas, a escassez de relatos que as descrevam, atesta que de fato não era comum o seu acesso a estranhos nas moradias urbanas. Carlos Lemos (1989, p. 19) observa certa distinção desses espaços de acordo com as posses dos proprietários. De acordo com o autor as moradias da “classe dominante” apresentariam a cozinha desligada do núcleo residencial, em uma edícula, enquanto que para a “classe dominada” o fogão se instalaria ao lado do dormitório, sob o mesmo teto.

Nas casas remediadas, foi comum, também, a solução que adotava duas cozinhas, uma simples, de pequeno fogão em puxado ligado à casa e outra maior, a chamada “cozinha suja”, no fundo do quintal para os cozimentos mais demorados, para derreter tocinho, para clarear o açúcar mascavo, para as tachadas de doces de marmelo, de goiaba. Só pobre é que acendia o seu foguinho no chão do casebre e isso até hoje, porque nos sertões imensos e distantes ainda se cozinha de cócoras ao lado da rede de dormir. (LE MOS, 1989, p. 20)

Em seu “Documentário arquitetônico relativo à antiga construção civil no Brasil”, Rodrigues (1979, pp. 154-155) apresenta uma estampa que descreve como “a reprodução de um quadro a óleo feito em 1926, representando a velha cozinha da casa colonial que existia no Largo do Carmo”, já demolida, na cidade de Mariana (figura 20). No texto relacionado ao desenho o autor afirma esta ser “com pequenas variantes, o tipo tradicional das velhas cozinhas mineiras, tanto em fazendas como em residências urbanas”, acrescentando que algumas vezes o fogão poderia se apresentar no centro da peça. “O cano que se vê a um lado é o da tiragem do fumo, porém, já abandonado e incompleto” (RODRIGUES, 1979, p. 154).

Figura 20 – Ilustração de uma “velha cozinha”. Fonte: Rodrigues (1979, p. 155).

Vasconcellos, ao discorrer sobre as moradias de Vila Rica, descreve alguns tipos de cozinhas, fogões e fornos:

A cozinha [...] em geral prima pelo descuido, a maioria com seu entelhamento à vista, facilitando a tiragem da fumaça e seu chão de terra socada, algumas poucas lajeadas [...]. Mais tarde, já com fogões de fornalhas, construídos de alvenaria, alguns sobre mesas de madeira, outros em pavimentos altos, não desdenhariam o tabuado liso. Antes, porém, os referidos fogões se resumem em simples braseiros no próprio solo ou em mesas de alvenaria, sobre as quais se levantam coifas em balanços, sustidos por grossas vigas de madeira ou de pedra [...].

Cozinhas maiores preferem apêndices das moradias, seus porões [...] ou mesmo construções à parte, em geral dispendo também de fornos semi-esféricos, de barro, para os assados e quitandas, muito externos, sob telheiros, alguns somente com suas bocas abrindo para as cozinhas. Copas e despensas aproximam-se das cozinhas, resumidas, em armários, embutidos ou não, com suas prateleiras rematadas por guarnições em varandas. (VASCONCELLOS, 2011, p. 156)

Os textos escritos por viajantes também não se estendem muito acerca dos hábitos de higiene dos habitantes de Minas Gerais, limitando-se geralmente à exposição de alguns costumes, como o de lavar pés e mãos e de oferecer

banhos aos viajantes, relacionando-os à manutenção da saúde²². A respeito do decoro, da adaptação de tais hábitos às condições materiais dos moradores da zona de mineração, Saint-Hilaire escreveu:

Todo o mundo, antes de se deitar, lava os pés com água quente. Nas casas ricas, um negro, com sua toalha ao ombro, leva a água ao estrangeiro em uma grande bacia de cobre; os pobres, porém, se contentam com uma gamela de madeira. Muitas vezes, em casa de gente de cor, o próprio dono da casa vem, como nos tempos antigos, lavar os pés do viajante que acolheu com a mais amável hospitalidade. (SAINT-HILAIRE, 1975a, p. 97)

Algranti (1997, p. 103), afirma que os banhos de rio seriam preferidos. No entanto um depoimento de Mawe, de 1810, referindo-se aos costumes dos habitantes de Tijuco sobre banhos quentes noturnos, sugere o hábito de reserva-los aos quartos.

Os banhos quentes são muito usados porque são tidos como muito eficazes na cura de resfriados recentes, incômodo a que os habitantes estão muito sujeitos por causa do clima. À noite, propõem sempre um banho aos viajantes, como meio de aliviar as dores causadas pelas fadigas do dia. (MAWE, 1978, p. 176)

De acordo com a autora, o quintal poderia conter a “secreta”, edificação destinada à higiene, mas que consistia em alguns casos apenas de um buraco no chão. “Na maioria das vezes, todavia, era o urinol e os potes [...] que recebiam os excrementos, esvaziados depois pelos escravos” (ALGRANTI, 1997, p. 95). Com respeito a Vila Rica, Vasconcellos explica:

Banheiros ou cômodos sanitários não são peças contraditórias na arquitetura da Vila. A higiene doméstica vale-se de peças móveis, as gamelas, os urinóis, depois as bacias de folha, de louça ou mesmo de prata, com seus competentes jarros. Cadeira ou poltronas, com seus assentos perfurados e fechados por baixo, escamoteiam urinóis dando, ainda, melhor conforto aos velhos e doentes. Nos fundos de quintais, pequenos retretes de madeira, elevados sobre fossas ou regos, seriam as primeiras peças sanitárias fixas [...]. (VASCONCELLOS, 2011, p. 165)

No que concerne às atividades ligadas à limpeza, como a lavagem de roupas e das louças, de acordo com Algranti (1997, p. 103) estas eram realizadas “nas

²² Um relato tardio de Fletcher e Kidder, escrito entre os anos de 1855 e 1865, que se refere à estadia em casa de um carpinteiro na região paulista de Campinas, trata-se de uma rara menção, entre os textos consultados para o presente trabalho, de detalhes a este respeito, descrevendo uma gamela utilizada para os banhos: “na hora em que me retirei para a cama, uma imensa gamela de madeira, do tamanho de uma tina de banho, foi me trazida cheia d’água. Não foi preciso que eu a pedisse; mas quem teria pensado nela, entre gente que parecia nunca ter feito qualquer espécie de ablução?” (FLETCHER; KIDDER, 1941, v.2, pp. 108-109).

áreas de serviço situadas fora das casas, ou à beira dos rios”. A este respeito, Luccock narrou um episódio ocorrido durante sua chegada à Vila Rica:

A estrada entra na cidade pela sua extremidade ocidental, transpondo um riacho que lhe corre ao pé. Nas águas límpidas desse córrego, umas mulheres quase de todo nuas estavam a lavar roupa. Como primeira impressão, davam elas péssima de seu povo, pois sua atitude e aparência revelavam o abandono da pobreza e sua linguagem e maneiras a depravação e licenciosidade. (LUCCOCK, 1975, p. 331)

O abastecimento de água nas casas poderia se dar nos poços, cisternas, rios e chafarizes públicos, contudo, Vasconcellos também aponta a existência de recursos para a sua condução às moradias:

A água necessária à habitação acumula-se em grandes vasos ou tonéis, supridos pelas fontes públicas. Muitas casas, entretanto, dispõem de nascentes situadas no próprio terreno ou a ele conduzidas por bicames de madeira ou de telhões embetumados, regos ou canais, mais tarde substituídos pelos alcatruzes de pedra-sabão [...], manilhas de barro ou mesmo de canos de chumbo ou cobre, pelo menos nos repuxos despejando em bicas, de preferência vizinhas da cozinha.

Desaguam também em pátios ou quintais, de acordo com as imposições dos olhos-d'água, acumulando-se em tanques de pedra, monolíticos na maioria, alguns compostos em chafarizes, com frontispício “feito a modo de capela” com suas competentes carrancas. (VASCONCELLOS, 2011, pp. 162-164)

Mawe (1978, p. 122), discorrendo sobre Vila Rica elogiou o abastecimento de água, contrariando a ideia geralmente difundida de uma generalizada falta de comodidade nas casas antigas: “é bom o abastecimento de água, conduzida a muitas casas de maneira muito cômoda e agradável”. O inventário de bens do Padre José da Silva e Oliveira Rolim, de 1789, inclui uma “morada de casas térreas” que possuía “quintal com água perene” (AUTOS..., 1982, v. 6, p. 118). Saint-Hilaire (1974, p. 29) também citou a existência de “chafarizes” nas casas de Tijuco em 1817: “existem chafarizes em grande número de casas, além de 3 públicos, sem ornamento algum”²³.

Os Autos de Devassa da Inconfidência Mineira (1982, v.6) e os relatos provenientes dos Oitocentos, evidenciam a presença constante de quintais ou jardins nas casas urbanas.²⁴ Algranti (1997, pp. 92-93), assinala os quintais como parte integrante e fundamental nas moradias. Segundo a autora, neles

²³ D'Orbigny, de passagem pela mesma localidade, em 1832, se referiu a “bicas” particulares: “bebe-se, no Tijuco, uma água excelente, fornecida por pequenas fontes que nascem no morro e que alimentam chafarizes públicos e bicas particulares” (D'ORBIGNY, 1976, p. 135).

²⁴ Entre os textos de viajantes escritos em princípios do século XIX, cabe citar, entre as muitas descrições de Saint-Hilaire, a observação do autor sobre as casas da Vila do Bom Sucesso: “segundo o costume, quase todas possuem um pequeno jardim plantado de bananeiras e laranjeiras dispostas sem ordem” (SAINT-HILAIRE, 1975a, p. 222).

poderiam se encontrar alpendres e anexos, estes últimos como dependências de trabalho, além de servirem à guarda de utensílios e alimentos. Quanto ao seu aspecto, nas visões de D'Orbigny sobre a cidade de Tijuco, no ano de 1832, é possível notar que tais quintais abrigavam pomares, hortas e jardins:

As casas tem paredes de adobes, cobertas de telhas, caiadas por fora e, em geral, bem conservadas. As paredes internas são bem cuidadas, os tetos de madeira pintada [...]. Cada casa tem um quintal plantado de bananeiras, laranjeiras, pessegueiros, figueiras e alguns pinheiros. Cultivam-se, também, flores e legumes. (D'ORBIGNY, 1976, p. 135)

Nos inventários setecentistas, constantes nos Autos de Devassa, também é citada a presença de árvores ou “árvores de espinhos”, a exemplo dos já referidos sequestros relativos aos bens de Cláudio Manuel da Costa.

Com relação aos chamados jardins, estes são geralmente descritos nos textos coevos enquanto áreas verdes nas moradias na qual se plantavam tanto flores quanto árvores frutíferas e hortaliças. A respeito de Vila Rica, Saint-Hilaire (1975a, p. 74) observa: “laranjeiras, cafeeiros e bananeiras aí se vêem, plantados quase sempre sem ordem. A couve é o legume que mais se cultiva; e, entre as flores, as preferidas são os cravos e a rosa-de-bengala”. A sua localização, geralmente aos fundos do terreno demonstra, àquela época, a existência de uma certa correspondência entre os termos “jardim” e “quintal”. O mesmo autor observa que “os jardins, sempre situados por trás das casas, são para as mulheres uma fraca compensação de seu cativeiro, e, como as cozinhas, são escrupulosamente interditados aos estrangeiros” (SAINT-HILAIRE, 1975a, p. 96). Percebe-se que sua qualificação enquanto espaço de acesso restrito, também dedicado ao plantio de produtos de subsistência, denota um sentido antes funcional e íntimo, do que decorativo e de intersecção entre o ambiente público e o privado.

À designação de áreas no espaço doméstico reservadas às pessoas do sexo feminino, correspondem os ritos de uma sociedade composta de grupos cujos papéis sociais eram claramente definidos. Homens e mulheres, ricos e pobres, brancos e pessoas de cor, livres e cativos, desempenhavam diferentes funções no contexto do universo domiciliar. Os relatos antigos abordam a reclusão das mulheres e a ociosidade das pessoas ditas brancas (de ambos os sexos) em Minas Gerais como fato generalizado, a ponto de qualquer exceção

ser geralmente enfatizada como tal. Mawe, a respeito das senhoras em Tijuco, em 1810, comentou:

As senhoras saem pouco, a não ser para irem à igreja, aonde se fazem conduzir em uma cadeira cercada de cortinas, encimada de um dossel e suspensa a uma vara, levada por dois homens. Muitas vezes notei que a vida sedentária das mulheres lhes prejudica a saúde [...]. (MAWE, 1978, p. 176)

O autor também observou, por ocasião de um jantar no povoado de Borda do Campo, à casa de um Capitão:

[...] apresentou-nos à mulher e à filha, e a uma senhora, que veio vê-las. Era a primeira prova de polidez desse gênero que nos davam em nossa viagem. As poucas senhoras que tínhamos antes encontrado, por acaso, se encerravam à nossa chegada e durante a nossa estada, quando, por ventura, nos viam, em geral fugiam [...]. (MAWE, 1978, p. 115)

A respeito da condição feminina, Silva (1998, pp. 228-239) lembra que, uma vez que o número de mulheres brancas na América portuguesa era insuficiente para a multiplicação da população branca em um ritmo ideal, a procriação deveria ser, segundo interesse da Coroa (que não facilitava o envio de mulheres na Colônia aos conventos Portugueses), o objetivo das mulheres aqui residentes. Porém a autora ressalta que “para os colonos era fundamental não casar as filhas com homens que estivessem abaixo da sua condição e qualidade” (SILVA, 1998, p. 229), fato que contribuiria ao resguardo das mulheres dos olhos masculinos. Algranti (1997, p. 97) observa que o jardim poderia converter-se em um “espaço de confinamento e fiscalização de mulheres de elite, cujos momentos de lazer e ao ar livre eram, às vezes, controlados por seus familiares”. Junto à sua relevância no projeto colonizador, a presença feminina parece ter sido decisiva na reconfiguração das casas. Carlos Lemos associa a gradativa importância da mulher branca, no desenvolver da vida em Colônia, a uma maior especificidade de usos dos espaços das moradias. Segundo o autor à medida em que, “estatisticamente falando”, a presença da mulher portuguesa ganhou significância na sociedade, “os programas se definiram melhor” (LE MOS, 1989, p. 21).

O depoimento de Saint-Hilaire em referência a um baile ocorrido em Vila Rica no ano de 1816, reforça a ideia de que a aparição de mulheres ocorria geralmente em ocasiões especiais, sob a presença do olhar vigilante do chefe de família:

No dia seguinte ao da nossa chegada, houve um baile em palácio e fomos convidados. A maneira de vestir e de apresentar-se das senhoras podia oferecer matéria à crítica de um francês recentemente chegado de Paris; ficamos todavia, admirados por não vermos, a tão grande distância do litoral, diferença mais sensível ainda entre as maneiras dessas senhoras e as das europeias. Dançaram-se várias contradanças bastante prolongadas. Entre duas contradanças fazia-se música; algumas das senhoras cantaram bastante agradavelmente, e um soldado veio recitar um pequeno discurso de sua autoria. Para pagar, sem dúvida, um tributo aos costumes do país, fez-se com que uma mulata dançasse uma espécie de fandango, e essas mesmas damas, as quais mal nos era permitido a palavra, mantiveram-se calmas espectadoras dessa dança extremamente livre, sem que ninguém pensasse em se admirar disso.

Não conhecendo ainda então os hábitos da região, imaginava que, durante nossa estada em Vila Rica, teríamos ocasião de tornar a ver as senhoras com quem passáramos o sarau em casa do governador. Fizemos frequentes visitas a seus maridos, que eram os principais personagens da cidade; mas não avistamos uma única mulher. (SAINT-HILAIRE, 1975a, pp. 74-75)

Quanto aos afazeres desempenhados pelas mulheres brancas, estes se restringiriam a atividades como a confecção de rendas, e algumas costuras e bordados²⁵. Todos os demais trabalhos ditos domésticos seriam exercidos pela escravaria. A ociosidade dos homens também foi salientada por Luccock (1975, pp. 305-306), durante sua visita a São João del-Rei em 1818, onde o autor observou uma aparência de “displicência” e “repouso”: “vivem todos os brancos, aos quais a cor privilegia, livres de qualquer preocupação ou esforço. As ocupações dos homens raramente exigem deles que saiam de casa”. De acordo com Vasconcellos (2011, p. 53) enquanto o trabalho manual se reservava aos negros, os homens brancos almejavam os postos de direção e ao comando. Nos casos em que não se fazia possível serem proprietários ou fazendeiros, estes se dedicariam a atividades comerciais. Saint-Hilaire, a respeito de Tijuco, escreveu em 1818:

Os homens de nossa raça acham meios de se empregarem na extração dos diamantes como feitores, ou nas lojas como caixeiros e as pessoas de cor exercem os outros vários serviços. [...] A primeira coisa que seduz um operário em Tijuco, quando ele consegue economizar algum dinheiro, é arranjar um escravo; e, tal é o sentido de vergonha dado a certos trabalhos que, para pintar a pobreza de um homem livre, diz-se que ele não dispõe de ninguém para ir buscar-lhe um balde de água ou um feixe de lenha. (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 33)

²⁵ Referindo-se aos hábitos dos moradores em São João del Rei, no ano de 1810, Mawe observa: "cultiva-se um pouco de algodão, que se fia à mão e com o qual se fabricam panos grosseiros para os negros; algumas vezes fazem dele panos mais finos para mesa. As senhoras de São João del-Rei gostam muito de fazer renda, e são consideradas mais cuidadosas com coisas domésticas do que as das outras cidades; muitas descendem dos paulistas, tão célebres por seu espírito de ordem e economia" (MAWE, 1978, p. 182).

Assim como analisa Novais (1997, pp. 29-30, *itálico do autor*), ainda que na América portuguesa no decurso da vida cotidiana as relações entre as classes sociais promovessem entre elas momentos de aproximação “[...] a *clivagem*, básica, permanecia irredutível”, por consequência, “a atitude em face do trabalho [...] fica marcada pelo estigma insuperável que identifica trabalho com servidão, lazer com dominação”. Os relatos oitocentistas são, com frequência, permeados pela complexidade dos confrontos culturais e do convívio entre pessoas que, embora se encontrassem em um mesmo espaço físico, não compartilhavam o mesmo “lugar social”, questão percebida por Saint-Hilaire ao se referir aos costumes à mesa de habitantes da zona de mineração:

O escravo que serve à mesa está sempre de pés no chão, por mais bem vestido que se apresente, e leva ao ombro uma toalha de algodão arrematada por uma bainha larga. Os mineiros não costumam conversar quando comem. Devoram os alimentos com uma rapidez que, confesso, muitas vezes me desesperou, e quem se contentasse em assisti-los comer, tomá-los-ia pelo povo da terra mais avaro de seu tempo.

Depois da refeição, os comensais se levantam, juntam as mãos, inclinam-se, rendem graças, fazem o sinal da cruz, e, em seguida, saúdam-se reciprocamente. Esse costume é, sem dúvida, respeitável; mas fica-se surpreso de ver o escravo que serviu a mesa juntar-se aos convivas, e agradecer a Deus um repasto em que não tomou parte. (SAINT-HILAIRE, 1975a, p. 97)

Entre os afazeres domésticos incluía-se a indústria caseira, que geralmente nas casas mais simples, de mestiços ou de negros, era desempenhada pelos próprios moradores, enquanto que nas residências mais abastadas ou de brancos se relegava aos escravos. Tal indústria poderia envolver a fabricação de têxteis, sabão, doces, entre outros produtos, que poderiam se destinar ao consumo doméstico ou também à venda²⁶. Saint-Hilaire, ao passar pelo povoado de Sucuriu, cujas casas descreveu como “de aspecto miserável”²⁷, observou a produção têxtil nas moradias:

Quase todas as mulheres de Sucuriu fiam o algodão, e, na maioria das casas dessa povoação, fazem-se tecidos mais ou menos grosseiros.

²⁶ Entre os trechos escritos por Mawe acerca dos recursos naturais em Minas Gerais e seu aproveitamento pelos habitantes, o autor nota: “os fetos são tão grandes que se tornam irreconhecíveis. Vi alguns de doze pés de altura. Estes vegetais e plantas suculentas, reduzidas a cinzas, servem para fazer sabão. Quase todos os negros conhecem o processo de fabricação respetivo, que em quase todas as famílias é empregado para uso da casa” (MAWE, 1978, p. 181). Sobre a fabricação de doces, muito comuns na culinária mineira, Saint-Hilaire observa que “em parte alguma, talvez, se consuma tanto doce como na Província de Minas; fazem-se doces de uma multidão de coisas diferentes” (SAINT-HILAIRE, 1975a, p. 96).

²⁷ A respeito de tal povoado o autor escreveu: “é difícil encontrar-se algo mais horrível do que esta povoação. Suas casas, em número de 60 a 80, foram construídas quase sem ordem. São pequenas, muito mal conservadas, e de aspecto miserável” (Ibid., p. 227).

Os mais finos se consomem na própria família, e vendem-se os outros, cujo fio não custa tanto a fiar, e, ao mesmo tempo, encontram mais fácil colocação. (SAINT-HILAIRE, 1975a, p. 228)

Luccock relatou sobre os habitantes mestiços de Barbacena: “as gentes que vimos eram na sua maior parte de cor misturada, empregando-se em fiar algodão e outras indústrias domésticas” (LUCCOCK, 1975, p. 355). Já um exemplo citado por Mawe em 1809, sobre a residência que, segundo o autor, tratava-se da melhor casa da aldeia de Borda do Campo, demonstra que as atividades eram ali relegadas a escravos:

Depois do jantar, cobriram a mesa de doces saborosos; quando, desejando erguer um brinde à dona da casa, elogiei suas habilidades e disse-lhe que, sem dúvida, as compotas tinham sido preparadas sob sua orientação imediata, ela assegurou-me o contrário, acrescentando que sua negra era encarregada de todas as espécies de trabalhos domésticos. Percebi, ou imaginei que se melindrara com a minha observação, e tentei justificar-me, dizendo que as senhoras inglesas se ocupavam pessoalmente de todos os afazeres domésticos. (MAWE, 1978, p. 115)

Nas casas térreas, a historiografia geralmente aponta como dependências de trabalho os alpendres e anexos localizados no quintal, e os porões, quando existentes. Já nos sobrados, seria o rés-do-chão reservado aos serviços.

Grande número de casas térreas na via pública, aproveitando de clives [sic] do terreno, [...] dispõem de porões na parte de trás mas sem acesso vertical interno. Neles se instalam depósitos, cocheiras, pequena indústria caseira ou mesmo senzalas e cozinhas. Para isto, alguns se dividem por paredes [...]. (VASCONCELLOS, 2011, p. 140).

E quanto ao lugar de repouso destinado aos escravos nas moradias, estes,

quando por falta de espaço não dispunham de uma senzala ou galpão, esticavam à noite suas esteiras em qualquer lugar, inclusive na cozinha, próximas ao fogão. Tal era o costume nas casas mais simples da cidade [...]. Nos sobrados do século XVIII e XIX, os escravos dormiam no porão ou no rés-do-chão. (ALGRANTI, 1997, p. 95)

Segundo Vasconcellos (2011, p. 140), às vezes serviam também os porões ou os pisos térreos ao abrigo de animais de sela ou de carga. O autor afirma que em Vila Rica os andares inferiores “reservam-se quase exclusivamente para lojas, depósitos ou senzalas não havendo memória das demais utilizações” (VASCONCELLOS, 2011, p. 142). Tal fato provavelmente se daria em virtude da topografia acidentada daquela povoação, que dificultaria o uso de veículos.²⁸ O inventário do vigário Carlos Correia de Toledo e Melo, vale lembrar, menciona a

²⁸ Vasconcellos esclarece que embora as Cartas Chilenas se refiram à sege utilizada pelo governador, este tipo de evidência é rara na bibliografia de Vila Rica.

existência de “cavalariças” na residência térrea de sua propriedade na Vila de São José (AUTOS..., 1982, v. 6, p. 70).

Se as pessoas ditas brancas viviam, segundo observou Luccock, “livres de qualquer preocupação ou esforço”, Silva (1998, pp. 171-182), ao estudar os fogos chefiados por mulheres de cor em Vila Rica no ano de 1804, esclarece que o trabalho era algo comum em seus cotidianos. Algumas destas estabeleciam alianças profissionais com familiares, das quais a autora cita os exemplos de um domicílio habitado por duas irmãs costureiras junto a uma jovem branca de 18 anos, aprendiz da mesma profissão, e outro fogo no qual moravam uma forra e seus quatro filhos, dos quais um era aprendiz de sapateiro e os demais tinham as profissões de carapina, ferreiro e pedreiro. Do conjunto destas mulheres de cor chefes de fogos (que constituíam o número de 67 naquele ano), 19 possuíam escravos.

Observam-se composições complexas de domicílios. Uma crioula de 50 anos, casada mas com o marido ausente, tinha em casa uma crioula e duas cabras jovens que fiavam algodão, uma cabra lavadeira com uma filha de 16 anos e um cabra de 23 anos, latoeiro. Exceto a chefe do domicílio, cuja ocupação não foi assinalada, todos os outros moradores, entre os 19 e os 24 anos, ganhavam a vida. Será que a crioula vivia dos aluguéis cobrados aos jovens? Ou receberia uma porcentagem de seu trabalho? Seja como for, o que se constata nestas casas de mulheres de cor em Vila Rica, distrito de Antônio Dias, é que nem a solidão nem a ociosidade faziam parte do seu dia-a-dia. (SILVA, 1998, p. 172)

No mesmo período em Vila Rica, nos 40 fogos chefiados por homens de cor, predominavam aqueles encabeçados por indivíduos casados ou viúvos (em número de 30). Quanto às atividades exercidas por estes, a autora lista as profissões de armeiro de regimento, meirinho, músico, escriturário, soldado da Tropa de Linha, alfaiate, cirurgião, carpinteiro, comerciante, requerente, vendeiro, sapateiro, faiscador, minerador, ferreiro, chupeteiro, serigueiro, trombeteiro, e barbeiro. Já as atividades desempenhadas pelas mulheres de cor chefes de domicílio se apresentavam menos variadas: enfermeira, vendeira, fiadeira, quitandeira, padeira, faiscadora, costureira, e lavadeira.

Bastos ressalta que “em Minas, [...] de forma inédita na colônia, até então, o lugar do trabalho e o lugar de habitação eram coincidentes, reafirmando singularmente a concentração e o caráter urbano dessas povoações” (BASTOS, 2014, p. 95). Com relação à região de Vila Rica, o autor afirma que

Os primeiros aforamentos posteriores a 1712 confirmam o grande número de “vendas” e “lojas” existentes nos dois arraiais (num total de

51 em Pilar e 73 em Antônio Dias), onde também os moradores disponibilizavam publicamente seus ofícios: carpinteiros, ourives, pintores, sapateiros, ferreiros, seleiros, boticários, alfaiates, ferradores, cirurgiões, violeiros, barbeiros, oleiros, tabeliães etc. (BASTOS, 2014, p.110)

Tais “lojas” ou “vendas”, fossem dedicadas ao comércio ou à prestação de serviços, são geralmente apontadas na literatura especializada como localizadas em porões de casas térreas, ou no andar inferior de sobrados.

Quando os terrenos [...] são em aclave, alçam-se os porões em maiores pés-direitos e, com melhor acabamento, abertos para a rua, reservam-se para lojas ou vendas. (VASCONCELLOS, 2011, p. 140).

A este respeito, o inventário de bens do Padre José da Silva e Oliveira Rolim cita que a "morada de casas térreas" de sua propriedade possuía “uma loja por baixo” (AUTOS..., 1982, v. 6, p. 118). Algranti (1997, p. 101) lembra que nos casos de sobrados maiores, as várias atividades ali desenvolvidas evitavam o deslocamento de seus moradores, indo ao encontro da já mencionada observação de Luccock (1975, pp. 305-306) de que as ocupações dos homens brancos raramente exigiam que estes saíssem de casa. Entretanto, observa-se certo cuidado na separação das diversas atividades. “A loja, ou escritório, instalada no primeiro pavimento, evitava que os estranhos se introduzissem nos espaços de convívio da família” (ALGRANTI, 1997, p. 101).

As evidências e os relatos de viajantes estrangeiros que estiveram na região mineira em princípios do século XIX, demonstram a coexistência de situações de maior conforto ou abundância, e de simplicidade ou precariedade no que se refere às antigas moradias, fosse esta decorrente da extensão territorial de Minas Gerais, ou da própria complexidade socioeconômica encontrada na América portuguesa. Neste sentido, se encontram trechos de textos coevos que relatam a existência de moradias cujas qualidades não correspondiam à condição financeira de seus proprietários. Em um trecho escrito em 1832, a respeito da casa de um capitão residente em Porto Salgado, D'Orbigny observa: "homem rico, que deve ter uma fortuna de duzentos mil francos, pelo menos. Esse Capitão, convém dizer, não mora em uma casa que dê ideia de sua riqueza

e de seus títulos” (D'ORBIGNY, 1976, p. 117).²⁹ Já um relato de Mawe, de 1809, diz: “as casas das classes abastadas em Vila Rica estão bem melhor arranjadas e mobiliadas do que as que vi no Rio de Janeiro e em São Paulo e, na sua maioria, conservam uma ordem perfeita” (MAWE, 1978, p. 141). Percebe-se que as condições de vida doméstica se diferenciavam não somente entre a classe pobre e a abastada, mas que também poderiam divergir dentro de uma mesma camada social. É não menos importante ressaltar que as moradias, em muitos casos, atendiam à demanda de uma sociedade na qual as questões públicas e privadas se entrecruzavam, pois essas esferas ainda não haviam se delineado com clareza entre os Setecentos e princípios dos Oitocentos na América portuguesa e algumas práticas deveriam atender à conveniência e ao bem comum.

²⁹ Outro destes exemplos também é narrado por Mawe: “nada ocorreu digno de menção, neste dia de jornada, que terminou em Bandeira Coelho, onde chegamos ao pôr-do-sol. Nunca víamos lugar mais sujo e miserável em tão bela situação. [...] A cozinha era mero buraco sujo, enegrecido pela fuligem e pela fumaça, que impregnavam o ambiente, com o chão lamacento; os utensílios de cozinha reduziam-se à panela de barro, colocada sobre três pedras e aquecida por um fogo de lenha verde. O proprietário fazia todos os esforços para servir-nos; convidava-nos cordialmente a não nos constrangermos. Era considerado um homem riquíssimo; juntara sua fortuna vendendo milho para os animais que, de costume, param neste lugar, e são geralmente mais bem tratados que os hóspedes” (MAWE, 1978, p. 118).

3 O mobiliário na moradia urbana mineira no século XVIII e início do XIX

3.1 Tipos de mobiliário, funções e sua localização na casa

Tem sido consenso na historiografia a noção de que nas antigas casas da América portuguesa predominavam os espaços vazios, os cômodos parcamente mobiliados, com peças de aspecto despretensioso ou mesmo tidas como de feitiço “tosco”. Alguns textos redigidos por viajantes estrangeiros em princípios do século XIX descrevem, com efeito, espaços domésticos de caráter simples e providos de poucos móveis. Entre aqueles que discorrem sobre o aspecto geral dos interiores das antigas moradias mineiras, cabe destacar um relato de Saint-Hilaire, datado de 1817, a respeito das principais residências de Tijuco: “elas pareceram-me de extrema limpeza. As paredes das peças onde fui recebido estavam caiadas, os lambris e os rodapés pintados à imitação de mármore”, com relação aos seus móveis, “eram sempre em pequeno número, sendo em geral tamboretas cobertos de couro cru, cadeiras de grande espaldar, bancos e mesas” (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 28). Sobre as casas desta mesma localidade, já em 1832, D'Orbigny (1976, p. 135) observou aposentos ainda “mobiliados com tamboretas de couro cru, cadeiras de encosto, bancos e mesas”. De acordo com Saint-Hilaire, esta “sobriedade” nos espaços residenciais teria sido característica herdada das moradias lusitanas, uma vez que, visitando o “palácio” do governador em Vila Rica, registrou, no ano de 1816:

O interior do palácio apresenta uma série de apartamentos elevados e muito espaçosos, mas tão escassamente mobiliados como o são em geral as antigas casas portuguesas. As paredes são aí inteiramente despidas; só as cornijas e lambris foram pintados e, ainda assim, grosseiramente. (SAINT-HILAIRE, 1975a, p. 72)

À mesma época, o autor observou em várias casas de Vila do Príncipe a aparência modesta dos espaços nos quais se recebiam as visitas, ressaltando a pequena variedade de seu mobiliário:

Obrigado a retribuir as numerosas visitas que recebi, tive oportunidade de ver os interiores das principais casas e achei-os longe de oferecerem a imagem da opulência. Às vezes os rodapés e forros são pintados à imitação do mármore; no mais as paredes, simplesmente caiadas, não apresentam mais ornamentos senão pequenos espelhos e algumas gravuras mal emolduradas. O mobiliário das peças em que se recebem as visitas consiste unicamente em cadeiras antigas de jacarandá, de espaldar muito alto e assento de madeira coberto de couro. Quando ao mais não se vêm, por parte alguma, nem secretárias,

nem armários, e a casa de meu hospedeiro podia, a esse respeito, ser citada como a única exceção. (SAINT-HILAIRE, 1975a, p. 146)

Contudo, entre os testemunhos de época também se apresentam descrições de situações nas quais, mesmo perante certa escassez de “comodidades”, notava-se a presença de determinados objetos ou móveis tidos como provas de “opulência” ou “riqueza”. É novamente Saint-Hilaire quem fornece um relato a este respeito, datado de 1817, sobre uma estada na casa de um rico capitão no povoado de Salgado, no qual o autor teceu descrições relativas ao mobiliário presente nas chamadas “salas” das antigas moradias, revelando que as refeições ocorreriam neste tipo de espaço.³⁰

Na principal peça, que constituía a sala, não se viam outros móveis além de bancos de pau, alguns tamboretos cobertos de couro, uma longa mesa imóvel na qual se tomavam as refeições, e uma grande talha cheia de água, onde cada qual, quando tinha sede, ia apanhar água com um coco de cobre munido de um longo cabo. Em toda essa região, onde o calor obriga a beber com frequência, a grande talha é de uso quase geral; mas tem-se tão pouca noção das comodidades da vida, que o coco de cobre pode ser considerado como prova de opulência; não é encontrado senão nas casas de gente bem situada; nas outras empregam simplesmente o próprio fruto do coqueiro. Viam-se ainda, é preciso confessá-lo, outras provas de riqueza no quarto que me fez deitar o Capitão Serrão: eram uma belíssima colcha de seda e algumas cadeiras de bambu, que podiam ser consideradas como grande luxo, pois que vieram provavelmente da Bahia; e, antes de chegar a Salgado, deveriam ter percorrido mais de 200 léguas. (SAINT-HILAIRE, 1975a, p. 347)

O referido “coco de cobre” aparece também em inventários de fins do século XVIII, citado nos sequestros de bens do Cônego Luís Vieira da Silva (AUTOS..., 1982, v. 6, p. 84) e do Alferes Joaquim José da Silva Xavier, que possuíam residências respectivamente na cidade de Mariana e em Vila Rica (AUTOS..., 1982, v. 6, p. 58). Já entre os bens pertencentes a José de Resende Costa constava “um coco de estanho de beber água” (AUTOS..., 1982, v. 6, p. 429).³¹

Além de bancos e mesas longas, tamboretos e cadeiras de espaldar alto com assentos de couro ainda figuram nos acervos de mobiliário dos atuais museus. Cabe lembrar que, distante das regiões litorâneas e em relativa situação

³⁰ O hábito de servir as refeições na chamada sala parece ter sido de uso corrente, tanto nas moradias urbanas quanto nas rurais, uma vez que em outro trecho, no qual discorre sobre as moradias dos fazendeiros da região de Minas Gerais o autor observa: “nas casas dos pobres, assim como nas dos ricos, existe sempre uma peça denominada sala, que dá para o exterior. É aí que se recebem os estranhos, e se fazem as refeições, sentados em bancos de madeira em torno de uma mesa comprida” (SAINT-HILAIRE, 1975a, p. 96).

³¹ Nos referidos sequestros constam “uma fazenda de cultura sita nos campos gerais da Laje” e “uma morada de casas sitas no Arraial de Laje” (AUTOS..., 1982, v. 6, pp. 428-429).

de isolamento, Minas Gerais se viu forçada a um certo grau de autossuficiência, o que contribuiu para que seus moradores preservassem durante um longo período muitos de seus móveis antigos. A este respeito, Rodrigues (1943, pp. 79-82) também ressalta o caráter tradicionalista do povo mineiro, cujos bens e usos continuaram a ser conservados e transmitidos de geração a geração.

Houve, portanto, na região mineira, ampla incidência de móveis de caráter Seiscentista, fossem estes fabricados no século XVII e trazidos à Minas Gerais no século XVIII, ou de feitiço posterior, porém mantendo características em comum com os móveis mais antigos (figuras 21 a 24). Estes permaneceriam em uso concomitantemente com os “novos modelos” de mobiliário. Assim como lembra o autor, “cadeiras de sola³², rústicas ou não, foram feitas durante todo o século XVIII, em razão de sua utilidade e num traçado tradicional” (RODRIGUES, 1968, p. 48).

Figura 21 – Cadeira (1,21 x 0,535 x 0,645m) em madeira e couro gravado. Século XVII. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG. Fonte: Inventário 2373, Museu da Inconfidência (2013).

³² “SOLA (lat. *solea*) – couro grosso, cru ou curtido que se emprega em espaldares, assentos e no revestimento de baús, arcas e canastras” (CANTI, 1980, p. 329).

Figura 22 – Cadeira (0,97 x 0,46 x 0,46m) em madeira, procedente de Mariana, MG. Século XVIII. Museu do Ouro, Sabará, MG.

Fonte: foto da autora (2015).³³

Figura 23 – Tamborete (0,43 x 0,45 x 0,45m) em madeira, couro curtido e latão. Século XVIII. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG.

Fonte: Inventário 599, Museu da Inconfidência (2015).

Figura 24 – Tamborete (0,43 x 0,34 x 0,34m) em madeira e couro. Século XIX. Museu do Oratório, Ouro Preto, MG.

Fonte: Acervo Museu do Oratório / Instituto Cultural Flávio Gutierrez.

³³ Segundo Tilde Canti (1980, p. 114), as características desta cadeira, como o “espaldar e aba do assento recortados, testeira recortada e vazada, pernas e amarrações lisas e retas, de corte quadrangular, e prumadas terminadas por carapetas de madeira, poderiam caracteriza-la como peça portuguesa do séc. [sic] XVII”.

Conquanto sejam recorrentes na literatura observações sobre a simplicidade dos ambientes residenciais nos povoados da América portuguesa e alguns textos Oitocentistas também citem a existência de moradias em condições precárias,³⁴ ao mesmo tempo despontam nos mesmos, assim como em inventários Setecentistas, indícios de um peculiar apreço por elementos capazes de assegurar maior comodidade e conferir certa dignidade às moradias, características passíveis de serem reconhecidas também nos acervos de mobiliário de alguns museus. O conjunto de tais testemunhos de época, embora não forneçam um quadro inteiramente isento de lacunas, permitem pôr em cheque uma visão frequentemente redutora e simplista acerca da conformação dos interiores residenciais e de seus usos no século XVIII e início do XIX.

Estudos recentes têm apontado a importância conferida a tais noções, desde a fundação das primeiras vilas mineiras, nas quais a constituição de um gradativo decoro “deveria se manifestar tanto no aspecto exterior (aparência) apresentado pelas edificações e estruturas urbanas, quanto na comodidade por elas mesmas oferecida” (BASTOS, 2014, p. 115). Neste contexto, além da necessária adequação das construções já existentes e da edificação de novas estruturas urbanas, a manutenção da “comodidade”, da “decência” e do “asseio” dos povoados seria inerente à sua “conservação” (BASTOS, 2014, p. 229).

Alguns dos textos redigidos em princípios do século XIX corroboram o esmero na edificação de certos povoados mineiros e o zelo dos habitantes em relação às suas moradias, em correspondência a tais preceitos. Em sua “Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais”, Saint-Hilaire relatou:

³⁴ Um destes exemplos é relatado por Luccock, ao discorrer, por volta do ano de 1817, sobre a Vila de Queluz: “para que mantenha opinião favorável de Queluz é melhor que o estrangeiro se satisfaça com sua aparência externa; não deverá entrar em suas casas nem tão-pouco travar relação nenhuma com qualquer de seus habitantes. O estado interno miserável das primeiras é tão revoltante quanto as maneiras dos segundos” (LUCCOCK, 1975, p. 323).

Catas Altas, Inficionado e grande número de outras povoações dos distritos auríferos da Província de Minas, foram edificadas com muito mais esmero do que a maioria das que se veem em França, e mesmo na Alemanha. (SAINT-HILAIRE, 1975a, p. 89)³⁵

E em seus relatos sobre Tijuco, no ano de 1818, observou que as casas eram ali "conservadas com cuidado" (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 33). Mawe (1978, p. 149), ao se hospedar em casa de um Capitão em um povoado a caminho de Vila do Príncipe, notou que esta "apresentava sinais de antiga opulência." E também Luccock (1975, p. 340), de passagem por Mariana em 1817, afirmou que as casas apresentavam "aspecto asseado, por motivo de serem regularmente caiadas".³⁶ Convém frisar que os cuidados com o aspecto exterior das casas também se refletia nos interiores, como revelam os escritos dos referidos viajantes. À mesma época, visitando Sabará, Saint-Hilaire escreveu: "o interior das casas em que entrei pareceu-me muito limpo. Os lambris, os tetos e os ângulos dos quartos são pintados, segundo a praxe" (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 75, grifo nosso).

Para além dos cuidados como a caiação das moradias e a pintura de lambris e rodapés, algumas residências mais abastadas ostentavam pinturas artísticas ou decorativas em seus forros e paredes. A exemplo disto, as casas do arrematante de rendas tributárias João Rodrigues de Macedo, localizada na atual cidade de Ouro Preto, e a do Reverendo Bento Cortês de Toledo, em Tiradentes, exibem ainda hoje remanescentes destas pinturas (figuras 25 a 27). Referindo-se às casas da povoação de Tapanhuacanga, no ano de 1817, Saint-Hilaire relatou:

³⁵ Na sequência, Saint-Hilaire traz uma reflexão acerca dos motivos que levaram tais povoações da região mineira à situação de decadência: "foram outrora ricas e prósperas, mas atualmente não apresentam, como toda a zona circunjacente, senão o espetáculo do abandono e da decadência. Podem atribuir-se diversas causas a essa mudança: darei a conhecer as quatro principais, a saber, o modo errôneo por que os mineradores sempre consideraram os frutos do seu trabalho, o defeituoso sistema de agricultura adotado, os créditos a longo prazo concedidos aos arrematantes de bens confiscados, e as perseguições que atraíu sobre os habitantes mais ilustres da província a pretensa conspiração conhecida sob o nome de Inconfidência de Minas" (SAINT-HILAIRE, 1975a, p. 89). O autor também observou acerca do povoado de Conceição: "a exceção de Itambé, de todas as povoações até então vistas, nenhuma apresentava como essa tantos sintomas de decadência e miséria. Essa povoação jamais esteve, certamente, na altura de Inficionado e Catas Altas; no entanto, o tipo das casas prova que seus primeiros ocupantes gozavam de abastança" (Ibid., p. 135).

³⁶ Em outro trecho escrito por Saint-Hilaire, a caiação das moradias de Vila de Nossa Senhora do Bom Sucesso havia sido feita em preparação às festividades públicas: "por ocasião de minha passagem, acabava-se de caiá-las em honra à coroação, de que se devia em breve celebrar a festa" (SAINT-HILAIRE, 1975a, p. 222).

Hoje, quase todas as casas caem em ruína, e mais da metade delas está sem habitantes. Mais ou menos no meio da povoação, há uma bastante bela; fora construída com cuidado; os tetos são pintados e em abóboda, e veem-se venezianas nas janelas muito bem acabadas; no entanto está deserta como tantas outras. (SAINT-HILAIRE, 1975a, p. 137)

Em outra passagem da obra, o autor afirma que seria costume nas casa ricas, de proprietários abastados, o tratamento de paredes e tetos “pintados” ou elevados em “abóbodas” (SAINT-HILAIRE, 1975a, p. 198).

Figura 25 – forro com pintura atribuída a Manuel da Costa Ataíde, em um dos espaços do piso superior da antiga residência de João Rodrigues de Macedo, atual Casa dos Contos de Ouro Preto, MG (FERRAZ, 1985, pp. 19-151).
Fonte: foto da autora (2014).

Figura 26 – detalhe de um fragmento de forro com pintura original, pertencente a um dos espaços térreos da antiga residência de João Rodrigues de Macedo, atual Casa dos Contos de Ouro Preto, MG (FERRAZ, 1985, pp. 19-149). Fonte: foto da autora (2014).

Figura 27 – janelas de prospecção que mostram pinturas decorativas que seriam datadas do final do século XVIII, na parede do piso térreo do sobrado que teria pertencido ao Reverendo Bento Cortês de Toledo (ligado à casa de seu irmão, o Vigário Carlos Correia de Toledo), localizado no atual Museu Casa Padre Toledo em Tiradentes, MG.³⁷ Fonte: foto da autora (2015).

Além dos cuidados com o asseio e o tratamento ornamental de superfícies, era conveniente que as casas fossem dotadas de certas comodidades proporcionadas pelo conjunto do mobiliário que, no século XVIII, já respondia a novas demandas. E, de fato, o exame das listagens de bens constantes nos Autos de Devassa da Inconfidência Mineira (1982, v.6) revela a existência de algumas casas adequadamente equipadas, evidenciando modos de vida mais estáveis. A análise de tais documentos provenientes dos Setecentos, aliada àquela dos acervos de diferentes museus e a relatos Oitocentistas, não deixa dúvidas sobre a variada gama de situações socioeconômicas dos habitantes da região mineira e das condições materiais diversas de suas moradias. O conjunto destes testemunhos demonstra a existência tanto de casas bastante simples, ou mesmo em condições de precariedade, quanto de residências abastadas e providas de significativas comodidades.

³⁷ Segundo a publicação referente à “memória da restauração artística e arquitetônica” realizada entre os anos de 2008 e 2012, no imóvel onde atualmente se encontra instalado o Museu Casa Padre Toledo, “a antiga pintura com temas florais e estampas”, encontrada em uma janela de prospecção na sala do primeiro pavimento do chamado “torreão” (provavelmente aberta em uma intervenção realizada no imóvel no ano de 1980) foi durante muito tempo “confundida, devido à repetição de seu padrão, com as pinturas executadas por moldes em paredes, típicas do ecletismo” (MUSEU..., 2012, p. 55). Porém durante a intervenção realizada no imóvel, mediante a análise realizada por um técnico do IPHAN, ficou constatado “que as pinturas existentes nas paredes do primeiro andar do torreão, ao contrário do que se pensava, eram oriundas do final do século XVIII, e faziam parte de uma tipologia raríssima de execução dentro do padrão de pintura da arte colonial em Minas Gerais” (Ibid., p. 57).

A relevante quantidade de móveis de assento e de utensílios de mesa (objetos de prataria, louças, guardanapos, entre outros) arrolados em alguns inventários constantes nos Autos de Devassa lança luz sobre os antigos hábitos de sociabilidade dos habitantes de Minas Gerais, como o costume de promover reuniões, chás e jantares, relatados nos textos de viajantes que estiveram na região mineira no século XIX³⁸. A este respeito, o inventário do Vigário Carlos Correia de Toledo, que residia na Vila de São José, elenca 43 cadeiras e um canapé (AUTOS..., 1982, v. 6, pp. 69-353). Nos sequestros relativos a Cláudio Manuel da Costa, que possuía residência em Vila Rica, constam 28 cadeiras mais 22 mochos³⁹, além de 4 bancos, um tamborete e uma poltrona, totalizando 56 móveis de assento⁴⁰ (AUTOS..., 1982, v. 6, pp. 97-113). E a listagem de bens do Tenente Coronel Francisco de Paula Freire de Andrada, residente na mesma localidade, arrola 23 móveis de assento, entre cadeiras e mochos (AUTOS..., 1982, v. 6, p. 224).⁴¹ Estes exemplos, ainda que não se possa alegar se tratarem de casos generalizados, denunciam a existência de algumas moradias cujos provimentos atestam um caráter nada precário ou transitório.

Os antigos móveis de assento, os quais Tilde Canti denomina “móveis de descanso”,⁴² além de desempenharem diferentes funções nas residências, variavam, até certa época em Portugal, conforme a “condição social e a hierarquia” de seus ocupantes (CANTI, 1980, p. 27). Assim como observa Bayeux (1997, p. 12): “a cadeira vista hoje como um objeto utilitário básico do nosso cotidiano, foi usada como símbolo hierárquico”. Canti esclarece que

Na corte portuguesa, até o séc. [sic] XVI, a cadeira era reservada ao rei, além do trono, utilizado para as grandes solenidades. As cadeiras rasas, bancos e escabelos eram reservados aos nobres, dependendo de sua posição na hierarquia nobiliárquica. Às damas e demais cortesãos correspondiam as almofadas sobre estrados forrados com alfombras. (CANTI, 1980, p. 27)

³⁸ A exemplo de Mawe (1978, pp. 143-178) que, conforme citado em capítulo anterior, em suas estadias em Barra, Vila do Príncipe, e também no Tijuco em 1810, relatou alguns hábitos de sociabilidade comuns em Minas Gerais.

³⁹ “MOCHO – Banco quadrado ou redondo, sem costas, para uma pessoa sentar-se” (SANTOS, 1944, t. III, v. 1, p. 79). Tilde Canti apresenta a seguinte definição para o mesmo termo: “assento individual de tampo quadrangular com quatro pernas travadas, sem encosto e sem braços. Forrado de couro, tecido ou palhinha, as pernas podendo ser torneadas ou em S. Existe também o mocho em forma de caixa quadrada com quatro pés.” (CANTI, 1980, p. 328).

⁴⁰ Também consta entre os bens listados um exemplar de rede de algodão (AUTOS..., 1982, v. 6, p. 101) que, caso considerada entre os móveis de assento, estes totalizarão o número de 57.

⁴¹ Procurou-se, para o presente trabalho, privilegiar sequestros de bens relativos às residências urbanas. Deste modo o número citado de móveis de assento exclui aqueles arrolados em imóveis correspondentes a sítios e fazendas constantes nos Autos de Devassa.

⁴² Classificação tipológica também adotada por Bayeux (1997) e Sandão (1973).

Já a partir daquela centúria as cadeiras encouradas de espaldar e braços lentamente deixaram de ser de uso exclusivo dos reis e passaram a ser utilizadas por chefes de famílias nobres em seus palácios. E, após meados do século, as cadeiras de braços gradativamente deixaram de ser privilégio da nobreza, tornando-se de uso mais difundido entre a classe abastada. Mas, se no contexto português no século XVIII ocorreria uma “democratização da cadeira”, em suas versões com ou sem braços, considerando ainda o seu uso pelas damas da corte já na centúria anterior⁴³ (CANTI, 1980, p. 180), ainda nos relatos Oitocentistas referentes à América portuguesa é possível perceber vestígios das antigas conotações hierárquicas associadas aos variados tipos de móvel de assento. Assim como observa Maria Helena Flexor (1978, p. 89), “a função social” de determinados móveis de assento “liga-se à antiga instituição portuguesa e que foi transferida para a Colônia”. A autora ressalta que isto se daria tanto nas “funções públicas”, onde “aos cargos ocupados ou à classe social ligava-se intimamente a qualidade e forma dos móveis de descanso”, quanto no contexto da vida doméstica, no qual “havia nítida separação na utilização desses móveis”.

Ao assistir a uma peça no teatro de Vila Rica, no ano de 1817, Luccock (1975, p. 333) teceu a seguinte observação: “via-se no palco, uma mulher sentada, não no chão e de pernas cruzadas como é costume aqui, mas numa cadeira europeia e costurando à maneira nossa”. Outros depoimentos coevos, embora não se refiram especificamente a moradias no contexto urbano da região de Minas Gerais, exemplificam casos que parecem indicar certa manutenção de uma representação hierárquica nas posições ocupadas pelos indivíduos à mesa e no uso dos móveis de assento. Um texto mais tardio de Gardner, de 1839, referente às refeições feitas na casa do Barão de Parnaíba em Oeiras, na região do Piauí relata:

Ele toma as refeições bem à velha maneira dos barões, em uma mesa muito longa que se estende de uma a outra extremidade de grande sala. Senta-se à cabeceira e os hóspedes em bancos compridos colocados aos lados, com os lugares mais baixos frequentemente ocupados pelos seus campeadores mais comuns. (GARDNER, 1975, p. 131)

⁴³ Em uma de suas notas a autora esclarece que “os tamboretes de espaldar baixo apareceram em Portugal a partir do segundo terço do séc. [sic] XVII, quando as senhoras já tinham direito a usar cadeiras na corte e, devido à influência francesa, passaram a vestir enormes saias (*vertugadins*). Daí, segundo alguns historiadores, o aparecimento das cadeiras sem braços para alojar a nova indumentária. [...] No Brasil, a designação de tamborete aparece nos inventários a partir de meados do séc. [sic] XVII até o séc. [sic] XIX” (CANTI, 1980, p. 111, *itálico da autora*).

Algumas imagens retratadas por Debret, Rugendas e Guillobel ilustram cenas cotidianas nas quais os personagens que se apresentam sentados nos “lugares mais baixos” (no chão ou sobre esteiras) são crianças, mulheres ou negros (figuras 28 a 31). Convém lembrar que os dois primeiros pintores “reproduziram alguns interiores, mas com o objetivo de fixar cenas que lhes pareciam de interesse sociológico” (ARAÚJO, 1989, p. 7). Deste modo, ainda que tais gravuras e pinturas não tenham por principal objetivo documentar os ambientes em seus “aspectos decorativos”, estas fornecem meios para se estabelecer uma reflexão acerca dos possíveis reatamentos do universo social da época no âmbito doméstico, e nas formas de utilização do mobiliário.

Ao discorrer sobre “Une dame brésilienne dans son intérieur” (figura 28) Debret esclarece:

[...] quando de nossa chegada ao Rio de Janeiro, a timidez, resultante da falta de educação, levava as mulheres a temerem as reuniões mais ou menos numerosas e, mais ainda, qualquer espécie de comunicação com estrangeiros.

Tentei, pois, mostrar essa solidão habitual desenhando uma senhora, mãe de família de pequenas posses, no seu lar. Vemo-la sentada, como de costume, na sua *marquesa* [...] que de dia serve de canapé muito fresco, e cômodo num país quente, para ficar longamente sentada de pernas cruzadas, à maneira asiática. [...] Um pequenino macaco preso pela corrente a um dos encostos do móvel serve de inocente distração para a dona de casa [...]. A criada de quarto, negra, trabalha sentada no chão aos pés da senhora [...]. A moça da casa, [...] mantém-se na mesma atitude de sua mãe, mas, colocada num assento infinitamente menos cômodo, esforça-se por soletrar as primeiras letras do alfabeto traçadas num pedaço de papel. À direita, outra escrava, cujos cabelos cortados muito rente revelam o nível inferior, sentada um pouco além de sua senhora, ocupa-se igualmente com trabalhos de agulha. Avança do mesmo lado um moleque, com um enorme copo de água [...]. Os dois negrinhos, apenas em idade de engatinhar e que gozam, no quarto da dona da casa, dos privilégios do pequeno macaco, experimentam suas forças na esteira da criada. [...] Na época em que desenhei esta cena, era ela mais ou menos comum na cidade [...]. (DEBRET, 1972, t. I, vol. 2, pp. 128-129, *itálico do autor*).

Figura 28 – “Une dame brésilienne dans son intérieur”, Jean Baptiste Debret, litografia de C. Etienne Pierre Motte, publicada em “Voyage pittoresque et historique au Brésil”, 1835.
Fonte: Moura (2012, p. 380).

Figura 29 – Aquarela sem título, Joaquim Candido Guillobel, ca. 1814. Segundo Eneida Sela (2001, pp. 65-67) esta pintura de Guillobel, cuja bibliografia a respeito é escassa, retrata o interior de uma casa no Rio de Janeiro.
Fonte: Fundação Casa de Rui Barbosa (2016).

Figura 30 – “Famille de planteurs”, Johann Moritz Rugendas, litografia de G. Engelmann, publicada em “Malerische Reise in Brasilien”, 1835.
Fonte: Moura (2012, p. 460).

Figura 31 – “Une visite à la campagne”, Jean Baptiste Debret, litografia de Thierry Frères, publicada em “Voyage pittoresque et historique au Brésil”, 1835.⁴⁴
Fonte: Moura (2012, p. 381).

⁴⁴ De acordo com o texto que explica a gravura, “a cena representa a dona da casa, sentada na sua marquesa [...]. Ao pé da marquesa, sentada numa esteira de Angola, uma de suas filhas, casada e mãe, aleita seu último filho; atrás, a criada de quarto, negra, está de joelhos; uma outra escrava apresenta o segundo filho da jovem ama, o qual se recusa às carícias de uma senhorinha estrangeira. Finalmente, no primeiro plano, o mais velho dos pequenos [...] enfia-se debaixo da marquesa [...]. Atrás da dona da casa, uma de suas jovens escravas, encarregada da aborrecida tarefa de espantar as m[os]cas e mosquitos [...]. No centro do grupo mais mimoso a vizinha, [...] se apresenta majestosamente cercada de suas duas mucamas [...]. Mais ou menos no meio da cena, uma de suas filhas [...] cumprimenta amistosamente a jovem ama. Atrás dela uma das escravas das moças [...]. Um pouco mais à esquerda, a terceira irmã e a mais jovem das moças da casa abraçam-se [...]. Na extrema direita do fundo do quadro, o dono da casa, [...] com a caixa de rapé na mão, oferece cordialmente uma pitada ao vizinho. [...] Atrás dele veem-se alguns negros de sua comitiva. Terminaremos a descrição do último plano do quadro por uma negrinha, escrava da casa, [...] que, imóvel, olhar fixo e de braços cruzados, aguarda pacientemente, para dar qualquer sinal de vida, a primeira ordem de sua senhora. O primeiro plano da cena está ocupado pelas outras escravas, que trabalham sentadas em suas esteiras e em semicírculo sob o olhar da dona de casa [...]” (DEBRET, 1972, t. I, v. 2, pp. 147-148).

Também em Saint-Hilaire, nos comentários acerca de um casamento em casa de um fazendeiro nos arredores de Penha de França, em Minas Gerais, no ano de 1817, se encontra a relação entre os móveis de assento e a posição hierárquica dos membros do grupo social, neste caso junto à mesa:

Na véspera da minha chegada a Itanguá, tinha-se celebrado o casamento de uma das filhas do dono da casa. Amigos e vários vizinhos, na maior parte bem postos, e muito bem vestidos, estavam ainda reunidos. No momento em que se devia ir para a mesa, as senhoras se apresentaram. Eram em número de quinze ou dezesseis [...]. Os jovens recém-casados sentaram-se numa das extremidades da mesa. O resto dos convivas se separou em dois grupos, e os homens sentaram-se de um lado enquanto as damas tomavam lugar do outro. Já era muito que estas se mostrassem assim livremente. (SAINT-HILAIRE, 1975a, pp. 198-199)⁴⁵

Enquanto os Autos de Devassa são documentos importantes para a identificação do tipo e da quantidade de móveis existentes em moradias mineiras de fins do século XVIII, por outro lado não trazem informações acerca do número ou da “distribuição” dos espaços em tais casas e, de modo geral, não fornecem esclarecimentos sobre os arranjos de tal mobiliário em seus interiores (DIAS, 1939, p.169). Nesta perspectiva, os já referidos relatos antigos de viajantes, considerados referências bibliográficas exíguas por Hércia Dias (1939, p. 164), podem ser tomados, na verdade, como fontes documentais relevantes à elucidação de algumas questões acerca dos variados usos e funções dos móveis e de alguns hábitos da vida doméstica conformemente às práticas e tradições comuns à região mineira.

É Saint-Hilaire, por exemplo, que relata a utilização dos bancos enquanto mobiliário de vestíbulo, num trecho que narra sua passagem pela cidade de Ayuruoca:

Aqui chegando fui ter à casa do vigário para o qual o de S. João me dera uma carta. Fui recebido por vários padres num grande vestíbulo rodeado de bancos. Estes senhores informaram-me de que o cura fazia a sesta. Assim não lhe poderia falar. Puz-me a passear de um lado para outro, um pouco magoado com a recepção muito fria que me faziam pois nem me convidaram para entrar. (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 101)

Este tipo de uso também figura em uma litografia apresentada por Debret, que ilustra um banco posicionado em um vestíbulo de uma casa rica, móvel

⁴⁵ Conforme registrado pelo próprio autor, tal separação entre os sexos feminino e masculino à mesa, remete aos cuidados tidos pelas famílias em relação ao “resguardo” das mulheres, e da condição feminina em uma sociedade na qual os grupos de indivíduos possuíam papéis nitidamente definidos.

aparentemente utilizado pelos visitantes durante sua espera, até serem recebidos pelo proprietário da residência (figura 32). A gravura evidencia o papel deste tipo de espaço nas moradias, enquanto ambiente de possível balizamento de relações pessoais, ou profissionais, entre os indivíduos.

Figura 32 – “Le dessous de la porte cochère d'un personnage de la cour”, Jean Baptiste Debret, litografia de Thierry Frères, publicada em “Voyage pittoresque et historique au Bresil”, 1839.⁴⁶ Fonte: Debret (1972, t. II, vol. 3, paginação irregular).

Com relação aos bancos, Canti (1980, p. 235) afirma que na primeira metade do século XVIII, na América portuguesa, eles seriam usados com frequência, “sobretudo nos conventos, sacristias e alpendres ou varandas das casas-grandes”. Já os arca-bancos ou bancos com caixa seriam típicos “do mobiliário setecentista mineiro-goiano”, sendo “usados igualmente nas entradas, alpendres e patamares das casas brasileiras, nos sécs. [sic] XVIII e XIX, sobretudo em Minas Gerais e Goiás” (CANTI, 1980, p. 110).

Convém lembrar, no entanto, que as antigas moradias urbanas mineiras são geralmente tidas como desprovidas de alpendres frontais quando

⁴⁶ Um trecho do texto relativo a tal gravura, que exemplifica uma cena passada no rés-do-chão, na entrada de uma moradia no Rio de Janeiro, explica: “o uso de cordões de campainha ainda desconhecido faz com que subsista o antigo costume asiático de bater palmas para anunciar a presença; a esse sinal desce o criado negro a quem cabe introduzir o visitante ou despachá-lo quando necessário. [...] A pessoa introduzida aqui pelo criado é um homem de posição, enquanto que a outra parece um astuto fornecedor habituado aos epítetos humilhantes que, não raro, recebe juntamente com suas faturas [...]” (DEBRET, 1972, t. II, v. 3, pp. 172-173).

localizadas no centro dos povoados. Deste modo, o uso mais conhecido dos bancos é junto às mesas de refeições (figuras 33 e 34).

Figura 33 – Bancos (0,40 x 2,20 x 0,45m) em Jacarandá. Mesa (0,81 x 2,60 x 1,20m) em Jacarandá e pés em Canela. Museu Casa dos Inconfidentes, Ouro Preto, MG.
Fonte: foto da autora (2014).

Figura 34 – Banco (pertencente a um par). Museu Regional de São João del-Rei, MG.
Fonte: foto da autora (2015).

Nos Autos de Devassa, a menção a tal tipo de móvel ocorre na avaliação de bens do Cônego Luís Vieira da Silva, que registra “um banco de madeira branca liso e tosco” (AUTOS..., 1982, v. 6, p. 306). E entre os bens do Coronel José de Resende Costa, consta “um banco grande de encosto” e “um dito também grande e sem encosto” (AUTOS..., 1982, v. 6, p. 429). Já os sequestros referentes a Cláudio Manuel da Costa, além de apresentarem exemplares que

parecem tratar-se de arca-bancos, apontam o uso dessa espécie de móvel em outro tipo de espaço: “três bancos grandes, de dobradiças e outro que se acha no escritório” (AUTOS..., 1982, v. 6, p. 101).

Segundo Canti (1980, p. 228), “os bancos são os móveis geralmente usados como assento coletivo, na primeira metade do séc. [sic] XVIII, no Brasil”, quando não era comum o uso dos canapés. Mas já em fins dos Setecentos, os sequestros relativos aos bens do Vigário Carlos Correia de Toledo, datados do ano de 1789, listam um canapé de cabiúna “forrado de damasco carmesim, com sua almofada do mesmo” (AUTOS..., 1982, v. 6, p. 70). Bayeux (1997, p. 41) ressalta que a difusão da utilização do canapé ocorreu em um período no qual “os móveis passaram a obedecer um sentido de conjunto em relação aos ambientes em que eram colocados”, diferentemente de épocas anteriores nas quais era comum se “pensar isoladamente cada peça, em função do uso a que era destinada”, deste modo, este tipo de mobiliário “geralmente formava conjunto com poltronas ou cadeiras” (figura 35). De acordo com Sandão (1973, p. 133, *itálico do autor*), na Metrópole “os *conjuntos* formavam parte integrante dos melhores aposentos durante o século XVIII, oferecendo-lhes gala cerimoniosa, propagada como moda ao longo da centúria seguinte”. A partir de princípios do século XIX, segundo Rodrigues (1968, p. 92), além do canapé, o “sofá-cama”, designação provavelmente dada pelo autor ao móvel chamado marquesa (figuras 36 a 38), e o sofá (figuras 39, 40a, e 40b) se tornariam “móveis vulgares no Brasil”.

Figura 35 – Canapé (0,80 x 1,87 x 0,56m) e cadeiras (0,84 x 0,44 x 0,39m) em Jacarandá e Junco trançado. Primeiro quarto do século XIX. Casa dos Contos, Ouro Preto, MG. Fonte: foto da autora (2015).

Figura 36 – Marquesa (0,81 x 2,18 x 0,635m) em Jacarandá e Junco trançado. Primeira metade do século XIX. Casa do Patrimônio de Ouro Preto/Iphan, MG.
Fonte: Inventário 3611, Museu da Inconfidência (2015).

Figura 37 – Marquesa (0,835 x 2,5 x 0,635m) em Jacarandá, Madrepérola e palhinha trançada. Segundo quarto do século XIX. Museu do Ouro, Sabará, MG.
Fonte: foto da autora (2015).

Figura 38 – Marquesa (0,84 x 2,13 x 0,655m) em Jacarandá e Junco trançado, procedente de Ouro Preto, MG. Primeira metade do século XIX. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG.
Fonte: Inventário 3574, Museu da Inconfidência (2015).

Figura 39 – Sofá (1,125 x 2,43 x 0,59m) em Jacarandá e Junco trançado. Primeira metade do século XIX. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG. Fonte: O museu da Inconfidência (1995, p. 230).

Figuras 40a e 40b – Par de sofás⁴⁷ (1,04 x 2,41 x 0,57m; 1,03 x 2,38 x 0,57m) em Jacarandá e palhinha trançada, procedentes de Sabará, MG. Segundo quarto do século XIX. Museu do Ouro, Sabará, MG. Fonte: foto da autora (2015).

⁴⁷ Canti (1989, p. 84) denomina estes exemplares por canapés. A autora considera como “sofás”, os móveis deste mesmo modelo, porém estofados.

Entre os móveis de assento e mesas listados nos Autos de Devassa, cabe destacar aqueles constantes nos sequestros de bens do Vigário Carlos Correia de Toledo e do Padre José da Silva e Oliveira Rolim, cujos conjuntos permitem supor diferentes possibilidades de arranjo. Os sequestros do primeiro incluem:

doze cadeiras de cabiúna, com assento de tripé carmesim; uma mesa grande de cabiúna; [...] uma mesa de cabiúna pequena; duas mesas de cabiúna de dobradiças, e engonços; uma mesa redonda de um pé; doze cadeiras de cabina [sic] com assento de damasco carmesim, usadas; quatro cadeiras novas de braços de cabiúna, com assento e encosto de damasco carmesim; um canapé da mesma madeira, forrado de damasco carmesim, com sua almofada do mesmo; [...] uma banca com assento de damasco amarelo; dez cadeiras de pau lisas; [...] uma mesa grande redonda, de madeira branca; outra mesa comprida, também de madeira branca [...]. (AUTOS..., 1982, v. 6, p. 70)

Acrescentando ainda: “duas cadeiras de caviúna com assentos de damasco carmesim já usados; uma cadeira de braços de caviúna, com assento e encosto de damasco carmesim; e duas cadeiras de pau lisas” (AUTOS..., 1982, v. 6, p. 352). E, pertencentes ao Padre Rolim:

uma mesa com gaveta de jacarandá, em bom uso – uma dúzia de cadeiras de jacarandá de campanha, com assentos de sola lavrada, em bom uso – uma poltrona pintada de encarnado com filetes dourados, com bastante uso – uma dita pintada de azul com filetes amarelos, com bastante uso – [...] uma mesa de jacarandá redonda de duas abas, com uma perna já quebrada – uma dita quadrada, em bom uso – [...] uma mesa pequena tosca com gaveta, coberta de carneira, com guarnição de durante carmesim, tudo usado [...]. (AUTOS..., 1982, v. 6, p. 118)

É interessante notar que, no inventário do Padre José da Silva Rolim e de outros Inconfidentes⁴⁸, como o do Cônego Luís Vieira da Silva, que inclui

doze cadeiras de campanha com assentos de sola lavrada, de jacarandá vermelho – Uma poltrona de jacarandá preto, com pés de burro, e assento de sola – Doze tamboretos torneados coberto de couro cru – [...] quatro mesas, duas lisas, e duas torneadas, [...] (AUTOS..., 1982, v. 6, pp. 83-84)

as poltronas são listadas como peças isoladas, ou em número máximo de duas entre os móveis de assento, aparentemente lhes conotando um tipo de uso mais reservado, ou talvez exclusivo ao proprietário da casa.

⁴⁸ Os móveis de assento e mesas nos sequestros de bens de Cláudio Manuel da Costa constituem: “[...] três bancos grandes, de dobradiças e outro que se acha no escritório, [...] uma dúzia de cadeiras, mais quatro ditas com encosto de pau, uma poltrona, dez mochos de couro, e um forrado de carneira com enchimento por dentro, [...] doze cadeiras com essentos [sic] de damasco, duas mesas cobertas de chita sem gavetas, uma mesa grande com suas gavetas, [...] uma mesa redonda, [...] nove mochos, [...] uma rede branca de algodão anilada, [...] dois mochos de madeira branca cobertos de couro, [...] uma mesa sem gaveta de pau branco, [...] uma mesinha de pau pequenina já velha e um tamborete roto [...]” (AUTOS..., 1982, v. 6, pp. 101-105).

Além dos tamboretes ou mochos, das cadeiras com ou sem braços e daquelas “de campanha” (figuras 41 a 47), os acervos de museus também apresentam outros curiosos tipos de móveis de assento individual, como as chamadas “cadeiras de costas de bacalhau” (figura 48), e aquelas tidas como “cadeiras de canto” (figura 49a e 49b)⁴⁹. Com relação a estas últimas, Tilde Canti supõe que aquelas “que se encontram atualmente no Brasil são, provavelmente, em sua grande maioria, de origem portuguesa”, visto que não são encontrados relatos de feitura desses móveis em “documentos brasileiros” do século XVIII, estes poderiam também se tratar de peças “tardias” tendo sido executadas posteriormente, já no século XIX (CANTI, 1980, p. 254).

Figura 41 – Cadeira de braços (1,22 x 0,62 x 0,67m) em madeira. Proveniente de Ouro Preto, MG. Primeira metade do século XVIII. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG. Fonte: Inventário 664, Museu da Inconfidência (2014).

Figura 42 – Cadeira (0,85 x 0,42 x 0,41m) em Jacarandá e Junco trançado. Apresenta técnica de filetado. Primeira metade do século XIX. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG. Fonte: Inventário 3607, Museu da Inconfidência (2013).

⁴⁹ É necessário salientar que ambas as denominações, de “cadeiras de costas de bacalhau” e “cadeiras de canto” não são encontradas nos Autos de Devassa (1982, v.6) ou nos relatos de viajantes consultados para o presente trabalho. Não se excluindo, porém, a possibilidade de serem termos encontrados em outros tipos de documentos coevos, pois se tratam de designações utilizadas tanto nas obras que se dedicam à historiografia do mobiliário quanto nos trabalhos de museologia.

Figura 43 – Cadeira (1,05 x 0,485 x 0,50m) em Jacarandá e couro gravado. Segunda metade do século XVIII. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG.
Fonte: Inventário 707, Museu da Inconfidência (2013).

Figura 44 – Cadeira de campanha (alt. 1,07m) em madeira e couro curtido. Segunda metade do século XVIII. Casa dos Contos, Ouro Preto, MG.
Fonte: foto da autora (2015).

Figura 45 – Cadeira de campanha (0,98 x 0,43 x 0,47m) em madeira, couro e latão. Segunda metade do século XVIII. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG.
Fonte: Inventário 691, Museu da Inconfidência (2013).

Figura 46 – Tamborete (pertencente a um par; 0,48 x 0,345 x 0,34m) em madeira e tecido. Provavelmente do século XVIII. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG.
Fonte: Inventário 1236, Museu da Inconfidência (2015).

Figura 47– Tamborete (0,44 x 0,38 x 0,38m) em madeira e couro curtido. Segunda metade do século XVIII. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG.
Fonte: Inventário 709, Museu da Inconfidência (2015).

Figura 48 – Cadeira de costas de bacalhau (0,83 x 0,43 x 0,475m) em madeira pintada. Segunda metade do século XVIII. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG.
Fonte: Inventário 724, Museu da Inconfidência (2014).

Figuras 49a e 49b – Cadeira de canto (0,89 x 0,82 x 0,77m) em madeira e tecido adamascado, proveniente de Ouro Branco, MG. Segunda metade do século XVIII. Apresentava resquícios de pintura. Museu Casa Padre Toledo, Tiradentes, MG.
Fonte: fotos da autora (2007, 2015).

Embora os móveis de assento sejam geralmente classificados por estudiosos como “mobiliário de descanso”, existem também entre os exemplares remanescentes, aqueles que não se reservavam precipuamente à esta função, a exemplo de duas peças pertencentes ao acervo do Museu do Ouro, na cidade de Sabará. A primeira se trata de um “tamborete sanitário”, semelhante a um tamborete comum, cujo assento apresenta recorte sob o qual se posicionava o urinol (figura 50). Um tipo de recurso à higiene que, assim como assinala Vasconcellos (2011, p. 165) em seus estudos sobre as residências em Vila Rica, valia-se, a este tempo, de peças móveis,⁵⁰ uma vez que as moradias antigas não contavam ainda com instalações sanitárias fixas. A segunda das referidas peças é identificada como um “banco de fiar”, que possui menor altura que os assentos comuns e apresenta uma intenção “ergonômica” no entalhe de seu assento (figura 51).

A produção têxtil, uma das atividades entre aquelas da indústria doméstica, foi relatada em testemunhos coevos, como um dos apontamentos de Luccock, a respeito dos moradores da região de Vila Rica: “fiam e tecem lã e algodão; suas manufaturas são, porém, puramente de ordem doméstica; seu instrumental e maneiras de usá-lo, o que há de mais antigo e atrasado” (LUCCOCK, 1975, p. 337). Um outro exemplar identificado como uma “cadeira

⁵⁰ Outros tipos de “peças móveis” destinadas à higiene constam nos Autos de Devassa, a exemplo de “um jarro e bacia de água para as mãos, de estanho”; “uma bacia de arame de pé de catre”; “uma bacia de barba de charão”, citados no inventário do Cônego Luís Vieira da Silva (AUTOS..., 1982, v. 6, p. 84).

de costura” pertencente ao Museu do Oratório, na cidade de Ouro Preto, também poderia se enquadrar entre os móveis utilizados para o trabalho (figura 52). Canti (1980, p. 253) afirma que as “cadeiras costureiras”, que se caracterizam por serem mais baixas, teriam seu uso vulgarizado na América portuguesa em fins do século XVIII.

Figura 50 – Tamborete sanitário (0,48 x 0,36 x 0,36m) em madeira e couro. Século XVIII. Museu do Ouro, Sabará, MG. Fonte: foto da autora (2015).

Figura 51 – Banco de fiar, em Cedro. Apresenta caixa com compartimento para gaveta. Procedente de Ouro Preto, MG. Século XVIII. Museu do Ouro, Sabará, MG. Fonte: foto da autora (2015).

Figura 52 – Cadeira de Costura (0,95 x 0,57 x 0,49m) em madeira e tecido estofado. Século XVIII. Museu do Oratório, Ouro Preto, MG. Fonte: Acervo Museu do Oratório / Instituto Cultural Flávio Gutierrez.

No que concerne aos tipos de mesas e seus respectivos usos, além de sua localização na chamada “sala”, onde eram recebidas as visitas e se realizavam as refeições, algumas obras da historiografia as classificam, junto aos bufetes, enquanto “móveis de utilidade”,⁵¹ ressaltando as diversas funções que estas peças desempenhavam no contexto da vida doméstica. Isto se atesta na variedade de seus tamanhos e formas, observada tanto nas peças dos atuais acervos de museus, quanto nas descrições presentes em inventários Setecentistas. Tilde Canti (1980, p. 37) explica que, até o século XVIII, alguns dos móveis entre aqueles atualmente designados como mesas eram conhecidos em Portugal sob a denominação de bufetes: “as mesas, de diversos tipos, seriam móveis destinados geralmente para refeições”.

No contexto da América portuguesa, de acordo com documentos paulistas Seiscentistas, os bufetes se distinguiriam por serem utilizados “como mesa de servir, como suporte de oratório, de ‘escritório de meio-corpo’ e de contador e, ainda, como mesa de cozinha” servindo de apoio aos serviços, porém sendo raramente empregados para refeições (CANTI, 1980, p. 137). O antigo dicionário de Bluteau define por mesa:

movel de casa [...] em que se poem os pratos com o comer. [...] Com este mesmo nome Latino se chamão os bofetes, em que se escreve, ou se joga, ou que servem de ornato à casa, porque de ordinario tem o mesmo feitio. (BLUTEAU, 1728, v. 5, p. 446)

Cabe ressaltar que nos Autos de Devassa da Inconfidência Mineira (1982, v.6) e nos relatos Oitocentistas consultados para o presente trabalho não são encontradas menções ao termo “bufete”, de modo a se concluir que, no contexto destes testemunhos, o uso do nome “mesa” englobaria ambos os tipos de móveis.

Entre os diversos modelos de mesas antigas, tanto Bayeux (1997, p. 37) quanto Canti (1980, p. 139) identificam aquelas ditas “de aba e cancela” como destinadas especificamente para as refeições. As peças atualmente designadas por este nome possuem abas de abrir e fechar que permitem alterar o tamanho de seu tampo, geralmente redondo ou oval. Para tal, contam com quatro pernas fixas e outras duas ou quatro giratórias, em cancela (figuras 53a, 53b, e 54). Canti (1980, p. 139) observa que “na região de Minas Gerais, São Paulo e Goiás,

⁵¹ Glória Bayeux (1997), Tilde Canti (1980) e Arthur de Sandão (1973) utilizam tal classificação tipológica.

aparecem alguns exemplares desse tipo [...] datando, em geral, da segunda metade do séc. [sic] XVIII”. A este respeito, cabe destacar as “duas mesas de cabiúna de dobradiças, e engonços” de propriedade do Vigário Carlos Correia de Toledo (AUTOS..., 1982, v. 6, p. 70), e “uma mesa de jacarandá redonda de duas abas” pertencente ao Padre José da Silva Rolim (AUTOS..., 1982, v. 6, p. 118), mencionadas nos Autos de Devassa. Estes ainda incluem, na avaliação dos bens sequestrados ao primeiro, “uma mesa grande redonda de madeira branca, com dobradiças nas voltas” (AUTOS..., 1982, v. 6, p. 346).

Figuras 53a e 53b – Mesa de aba e cancela. Século XVIII. Museu Regional de São João del-Rei, MG. Fonte: foto da autora (2015).

Figura 54 – Mesa de aba e cancela (0,87 x 1,96m) em Vinhático. Século XVIII. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG.
Fonte: Inventário 402, Museu da Inconfidência (2015).

Tanto Saint-Hilaire quanto D'Orbigny teceram algumas observações acerca dos antigos usos e costumes durante as refeições e certas particularidades referentes aos habitantes de Minas Gerais. Em um de seus relatos de 1817, o primeiro observou a usual presença de talheres de prata nas mesas dos moradores da zona de mineração:

Os indivíduos das classes mais baixas, tais como os vaqueiros e muladeiros, são os únicos que amassam e comem com os dedos a farinha e o feijão preto. É necessário, aliás, que um homem com casa própria seja muito pobre para não possuir alguns talheres de prata; mas esses talheres são, geralmente, de extrema pequenez. Usa-se por toda a parte toalha, mas não se oferecem guardanapos aos convivas. (SAINT-HILAIRE, 1975a, p. 97)

Inventários Setecentistas atestam não somente a utilização de objetos de prataria nas antigas casas mineiras, mas também a existência de artigos importados de louça em algumas delas⁵². Afeito às reuniões, aos jantares e banquetes, o povo mineiro não teve somente suas guarnições de mesa como objeto de atenção de Saint-Hilaire (1975a, p. 238), que no mesmo ano observou que os habitantes de Minas comiam "assustadoramente", acrescentando: "seria para desejar [...] que esse povo mostrasse em seus trabalhos tanta atividade como desenvolve em comer". D'Orbigny, referindo-se aos costumes da população, observou a quantidade de pratos servidos em tais banquetes, além de certas formalidades nos costumes à mesa:

Nos dias comuns, as refeições são feitas com uma presteza de que não é possível se fazer ideia, mas, nas festas, como batizados e casamentos, fica-se muito tempo à mesa, comendo e bebendo. Esses banquetes consistem em grande quantidade de pratos, regados

⁵² Com relação aos objetos de prataria e guarnições de mesa, entre os bens de Tomás Antônio Gonzaga, residente em Vila Rica, listam-se: "seis garfos e seis colheres de prata novas; [...] item um jarro e bacia de prata; item duas salvas de prata, uma maior e outra mais pequena; item uma cafeteira de prata com cabo preto; item um bule de prata com cabo preto; item uma leiteira de prata; item dois castiçais de casquinha de prata já usados; item um açucareiro de prata com sua tampa; item quatro colherinhas com sua escumadeira de chá, tudo de prata e tudo fazem cinco peças; item oito colheres maiores de prata; item uma colher grande de sopa também de prata; item dez facas e oito garfos de ferro, com cabos de casquinha; [...] item uma toalha de mesa adamascada usada; item uma dita de algodão nova, grande, com barras azuis; item uma dúzia de guardanapos da mesma; item mais quatro guardanapos da mesma; item mais outra toalha também grande, adamascada; item outra dita, grande, adamascada, quase nova; item mais outra grande de algodão, fina, lavrada com listas encarnadas; item onze guardanapos pertencentes à dita; item oito guardanapos adamaseados [sic] de vários feitios; item quatro ditos de Guimarães; [...] item três guardanapos de Guimarães [...]" (AUTOS..., 1982, v. 6, pp. 45-48). E entre os sequestros Feitos ao Cônego Luís Vieira da Silva: "[...] duas tigelas de louça da Índia — uma terrina de louça grossa do Porto — quatro tigelas de louça de Macaú — treze pratos de louça da Índia de guardanapo finos — dois pratos grandes de louça grossa do Porto, e dois ditos de contas de guardanapos — um bule de louça da Índia com sete xícaras finas — três tigelas de louça grossa pequenas — um talher com quatro vidros — seis pires de louça da Índia — oito pratos de guardanapo de louça do Porto [...]" (Ibid., v. 6, pp. 84-85).

unicamente a vinho. As mulheres, do mesmo modo que os homens, bebem vinho puro. O uso exige que, cada vez que se toma um gole, faça-se a saúde de um dos convivas, que, por sua vez, responde aos brindes; começa-se pelo dono da casa, passando-se às pessoas mais importantes. Muitas vezes, um único copo de vinho serve para vários brindes, e se anunciam, então, sucessivamente, os nomes das pessoas que se quer homenagear. (D'ORBIGNY, 1976, p. 147)

Tal hábito de saudar os convivas ao beber o vinho durante as refeições também foi observado por Saint-Hilaire na já referida visita a uma fazenda nos arredores de Penha de França.⁵³

Meneses (2012, p. 31) ressalta que, nos documentos referentes às Minas Setecentistas, os objetos de mesa de estanho, latão e prata arrolados “levam a crer que seu uso era cotidiano e, de acordo com a ocasião, variava-se de peças ordinárias a peças mais requintadas”. Assim como notava D'Orbigny, o autor percebe uma adequação nos modos à mesa em relação às circunstâncias:

Louças da Índia e do Porto, chocolateiras, terrinas, sopeiras e outros utensílios de mesa, inclusive os guardanapos, descritos em Inventários de pessoas de origem europeia e de negras e negros forros, nos dão a medida de que, em ocasiões especiais, deixava-se a rusticidade cotidiana para se fazer do ato de comer uma atitude cerimonial. (MENESES, 2012, p. 31)

Além das mesas “longas”, dos exemplares “de abas” ou demais tipos que possam ter se destinado às refeições, e dos ditos “bufetes” com suas funções variadas (figuras 55 a 63), os estudiosos apontam a existência das chamadas “mesas de encostar” (figuras 64 e 65).⁵⁴ Estas podem apresentar tampos com

⁵³ O autor relatou em 1817: “havia no jantar muita variedade de carnes, mas poucos legumes, e comeu-se como em todos os outros lugares, com uma rapidez desesperadora. Não se via água na mesa. Tanto as senhoras como os homens bebiam vinho puro, mas todos em pequena quantidade e não se deixou de observar um costume que se pratica sempre que se serve o vinho. Cada vez que se toma do copo, faz-se um brinde à saúde de um assistente, que responde por uma saudação. Começam-se sempre esses brindes pelo dono da casa, e passa-se em seguida às pessoas de maior consideração. Frequentemente um só copo de vinho serve a várias saúdes, e então nomeiam-se sucessivamente as pessoas a quem se quer brindar. Esse uso, que foi originariamente inspirado pela afabilidade, é extremamente incomodo. É preciso estar sempre atento para saber se alguém nos nomeou; é necessário ter cuidado em não infringir a ordem na qual se devem fazer as saudações; é preciso, finalmente, aproveitar o momento em que a pessoa que se quer honrar não está conversando com o vizinho, e também não muito ocupada em comer, para poder ouvir o brinde. Mais de uma vez, confesso-o, preferia beber um pouco menos e não me submeter a tanto constrangimento.

Quando seus convivas se fartaram de comer carne, meus hospedeiros de Itanguá nos fizeram deixar a mesa e passamos para outra peça. Ali estava servida uma de sobremesa que consistia principalmente em doces e confeitaria” (SAINT-HILAIRE, 1975a, p. 199).

⁵⁴ Assim como o termo “bufete”, a denominação “mesa de encostar” não é encontrada nos documentos e relatos coevos consultados para o presente trabalho. No entanto, Tilde Canti (1980, p. 237, *itálico da autora*) afirma que “em Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, os móveis de encostar, com função de aparador ou suporte de outras peças, continuaram a ser designados por *bofetes*”.

formatos que tendem a um trapézio com lado maior na parte posterior que na frente e laterais levemente sinuosas, bem como a ausência de elementos decorativos em sua parte de trás, o que as tornaria ideais para serem posicionadas junto à parede. Teriam a função de aparador e, segundo Canti (1980, p. 255), este tipo seria de uso mais comum na América portuguesa na segunda metade do século XVIII.

Figura 55 – Mesa (0,86 x 2,11 x 1,12m) em Jacarandá. Segunda metade do século XVIII. Procedente da residência de João Rodrigues de Macedo, atual Casa dos Contos de Ouro Preto. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG. Fonte: Inventário 250, Museu da Inconfidência (2015).

Figura 56 – Mesa (0,84 x 3,00 x 1,69m) em Jacarandá. Segunda metade do século XVIII. Procedente da residência de João Rodrigues de Macedo, atual Casa dos Contos de Ouro Preto. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG. Fonte: Inventário 258, Museu da Inconfidência (2015).

Figura 57 – Mesa (0,83 x 1,69 x 0,94m) em madeira e ferro. Século XVIII. Procedente do Serro, MG. Museu do Ouro, Sabará, MG.

Fonte: foto da autora (2015).

Figura 58 – Mesa (0,80 x 1,64 x 0,735m) em madeira. Século XVIII. Procedente de Sabará, MG. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG.

Fonte: Inventário 118, Museu da Inconfidência (2015).

Figura 59 – Mesa (0,89 x 1,59 x 0,98m) em madeira. Século XVII. Originária de Portugal. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG.

Fonte: Inventário 1270, Museu da Inconfidência (2015).

Figura 60 – Mesa (0,84 x 1,85 x 0,85m) em madeira e ferro. Século XVIII. Procedente de Santa Bárbara, MG. Museu do Ouro, Sabará, MG.

Fonte: foto da autora (2015).

Figura 61 – Mesa (0,785 x 1,15 x 0,60m) em Vinhático e Jacarandá. Século XVIII. Procedente do Serro, MG. Museu do Ouro, Sabará, MG.
Fonte: foto da autora (2015).

Figura 62 – Mesa (0,79 x 0,87 x 0,64m) em Jacarandá e ferro. Século XVIII. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG.
Fonte: Inventário 596, Museu da Inconfidência (2015).

Figura 63 – Mesa (0,90 x 1,00 x 0,60m) em Peroba. Século XVIII/XIX. Museu Casa dos Inconfidentes, Ouro Preto, MG.
Fonte: foto da autora (2014).

Figura 64 – Mesa de encostar (0,76 x 1,205 x 0,625m) em Jacarandá e marfim. Segunda metade do século XVIII. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG.
Fonte: Inventário 713, Museu da Inconfidência (2015).

Figura 65 – Mesa de encostar (0,79 x 1,18 x 0,625m) em Jacarandá, latão e ferro. Segunda metade do século XVIII. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG.
Fonte: Inventário 3534, Museu da Inconfidência (2015).

Na mesma época “entraram em uso as mesas de menores dimensões para jogos ou outras utilidades” (BAYEUX, 1997, p. 57). Tanto a dança quanto os jogos tomavam parte nas habituais reuniões noturnas que ocorriam nas moradias mineiras, conforme observou Saint-Hilaire (1975a, p. 347) a respeito dos moradores de Salgado: “reúnem-se aí à noite para jogar cartas ou gamão.” A exemplo disto, uma mesa de jogos com tampo dobrável figura entre o mobiliário do acervo do Museu da Inconfidência (figura 66). E peças de jogos também constam nos sequestros de bens feitos aos Inconfidentes. Os confiscos relativos ao Padre Toledo relacionam um “tabuleiro” e “tábulas e dados de jogar” (AUTOS..., 1982, v.6, p. 70).

Figura 66 – Mesa de jogos (0,79 x 0,83 x 0,82m) em Jacarandá e tecido. Primeira metade do século XIX. Procedente de Ouro Preto, MG. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG.
Fonte: Inventário 3569, Museu da Inconfidência (2015).

Para além dos hábitos mineiros de sociabilidade, o universo do trabalho no contexto doméstico também se vê registrado na presença de peças cujas características lhes conotam usos mais específicos. Um destes exemplos se vê em um “móvel de utilidade” pertencente ao acervo do Museu da Inconfidência. Trata-se de uma “mesa queijeira”, cujas canaletas escavadas em seu tampo serviam ao escoamento e reaproveitamento do soro durante o processo de fabricação de queijos (figura 67). Este tipo de móvel, provavelmente utilizado em dependências destinadas ao trabalho, como os telheiros geralmente localizados nos quintais, é ainda encontrado em algumas residências mineiras. A produção de queijos, atividade também inclusa entre aquelas da indústria caseira, foi observada por Mawe em sua estadia na residência de um capitão no pequeno povoado de Borda do Campo, que ressaltou a falta de higiene e limpeza no espaço e nos utensílios utilizados:

Manifestei, depois o desejo de visitar a queijeira e o bondoso hospedeiro imediatamente acedeu. Em vez de um compartimento, tal como esperava encontrar, aparelhado e conservado especialmente para [sic] este fim, conduziu-me a uma espécie de reduto sujo, cujo cheiro era insuportável. Disse-me que não era época de fazer queijo, porque as vacas só davam leite na estação das chuvas. Pedi para ver os utensílios empregados na fabricação e, ao examiná-los verifiquei, com grande espanto, não terem sido lavados desde a última vez em que foram utilizados, achando-se o vasilhame onde depositavam o leite em idêntico estado. (MAWE, 1978, p. 116)

Figura 67 – Mesa queijeira (0,785 x 1,385 x 0,59m) em madeira. Provavelmente do século XVIII. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG.
Fonte: Inventário 3371, Museu da Inconfidência (2015).

Outros exemplares de mesas também possuem características peculiares, que sugerem funções específicas, porém não muito claras. No acervo de mobiliário do Museu do Ouro, na cidade de Sabará, figura uma peça que exhibe, entre o tampo e sua gaveta, um segundo tampo retrátil (figura 68)⁵⁵.

A respeito dos diferentes usos aos quais se destinaram as mesas ou bufetes, é interessante notar algumas definições presentes no dicionário de Bluteau, que apresenta o seguinte significado para o termo “bufete”: “bofete, em que se escreve, ou em que se conta dinheiro” (BLUTEAU, 1728, v. 2, p. 141). E para o termo “banca”: “bufete, sobre o qual o Letrado tem os livros, em que estuda” (BLUTEAU, 1728, v. 2, p. 27). O inventário de bens do Padre Toledo lista “uma banca com assento de damasco amarelo” (AUTOS..., 1982, v. 6, p. 70), que segundo a definição posta por Bluteau poderia se tratar de uma espécie de móvel de apoio à leitura.⁵⁶ Cabe lembrar que, assim como assinala Bastos (2014, p. 95), em Minas Gerais, o local de trabalho e o lugar de habitação eram coincidentes. Contudo, além da presença de “lojas” em várias residências (fossem estas dedicadas ao comércio ou à prestação de serviços), também existiram em casas mais abastadas espaços específicos destinados a bibliotecas.

Figura 68 – Mesa com tampo retrátil (0,83 x 1,205 x 0,97m) em Vinhático e metal (latão). Século XVIII. Museu do Ouro, Sabará, MG. Fonte: foto da autora (2015).

⁵⁵ O Inventário de Nº 168, pertencente ao Museu do Ouro (2007) identifica esta peça como uma “mesa de ourives”, embora esclareça que não haja dados históricos específicos sobre o objeto.

⁵⁶ Flexor (1978, pp. 101-102), em seu estudo acerca do mobiliário baiano, afirma que o termo “banca” seria utilizado para nomear “uma ‘mesa’ de dimensões pequenas, em geral decorada somente em três lados”, correspondendo ao que os estudiosos chamam atualmente de “mesa de encostar” (designação que segundo a autora surgiria somente após meados do século XIX, para os móveis que anteriormente eram chamados de “bancas de esbarra”). Ou poderia também corresponder a outro tipo, totalmente decorado, utilizado no centro da sala. No entanto, a citação da “banca” acompanhada de “assento” entre os bens pertencentes ao Padre Toledo parece indicar um tipo de uso correspondente à definição posta por Bluteau.

Com relação a estas últimas, os Autos de Devasa (1982, v.6), além de listarem relevantes coleções de livros pertencentes a alguns Inconfidentes⁵⁷, atestando o nível de instrução de alguns dos moradores de Minas Gerais, também arrolam exemplares de estantes, ainda que estas não sejam um tipo de móvel geralmente encontrado em acervos de museus mineiros. O inventário do Tenente Coronel Francisco de Paula Freire de Andrada descreve “uma estante de livros pintada” e “uma dita mais usada” (AUTOS..., 1982, v. 6, p. 224), e de Cláudio Manuel da Costa: “duas estantes, uma maior, outra mais pequena” (AUTOS..., 1982, v. 6, p. 101). E a avaliação dos bens do Cônego Luís Vieira da Silva descreve “duas estantes de pau com cimalthas” (AUTOS..., 1982, v. 6, 306). A residência pertencente ao Padre Toledo também contava com “uma estante pintada; cento e cinco volumes de vários autores [...]” (AUTOS..., 1982, v. 6, p. 70). Segundo Canti (1980, p. 190), este tipo de peça se tornaria corrente entre os móveis portugueses na segunda metade do século XVIII.

Enquanto nos sequestros de bens pertencentes aos Inconfidentes se percebe a utilização deste tipo de móvel para o abrigo de livros⁵⁸, no contexto do mobiliário baiano no século XVIII, Maria Helena Flexor (1978, p. 61) cita o uso de estantes “para louças e prataria”, porém “raramente para livros”. Arthur de Sandão (1973, pp. 112-113) destaca que entre os móveis portugueses, estas seriam destinadas “para livros ou farmácia” e teriam proporções variáveis, sendo “dimensionadas segundo a utilidade”.

Os chamados “móveis de guarda”⁵⁹ comparecem nos Autos em número relativamente menor se comparados ao montante dos móveis de assento. No

⁵⁷ Conforme mencionado em capítulo anterior, destacam-se aquelas pertencentes ao Cônego Luís Vieira da Silva, a Inácio José de Alvarenga Peixoto, a Cláudio Manuel da Costa e ao Capitão José de Resende Costa (GARCIA, 1982, p. 16).

⁵⁸ Isto ocorre no inventário do Coronel Francisco de Paula Freire de Andrada, e o trecho que se refere a sequestros de livros pertencentes a Cláudio Manuel da Costa explicita que estes estavam localizados em uma estante: “na quarta coluna da estante da parte direita, quarenta tomos; na quinta da mesma, querenta [sic] e quatro tomos de livros; quarta coluna da estante da parte esquerda, quarenta e nove livros, na mesma estante da quinta coluna, quarenta e seis [...]” (AUTOS..., 1982, v. 6, p. 99). Note-se também que na relação de bens referentes ao Padre Toledo a menção a livros pertencentes ao Vigário ocorre conjuntamente à citação a este tipo de móvel.

⁵⁹ Classificação tipológica entre aquelas adotadas por Glória Bayeux (1997), Tilde Canti (1980) e Arthur de Sandão (1973).

entanto estes documentos amostram, além de baús, canastras, caixas e caixões, exemplares de palestras, cômodas e um armário⁶⁰.

Alguns “caixões” comparecem nos Autos enquanto móveis destinados à guarda de víveres. Canti (1980, p. 96) afirma que estes móveis seriam “geralmente de madeira branca ou de vinhático, simples, sem gavetas” e serviriam “para depósito de gêneros alimentícios, especialmente a farinha”. Os inventários relativos ao Padre Toledo e a Cláudio Manuel da Costa listam, respectivamente: “dois caixões grandes de guardar mantimentos” (AUTOS..., 1982, v. 6, p. 71) e “três caixões de botar mantimento, dois sem tampa e um deles pequenino” (AUTOS..., 1982, v. 6, p. 102). Contudo, entre os bens de Inácio José de Alvarenga Peixoto também se vê um exemplar reservado a outro tipo de função: “um caixão de madeira com forros de veludo, que serve de cofre” (AUTOS..., 1982, v. 6, p. 169), o qual, segundo o registro, servia à guarda objetos de prata.⁶¹ Caixas grandes, cujos usos não foram especificados também constam entre os bens do Padre Toledo e do Tenente Coronel Francisco de Paula Freire de Andrada. Pertencentes ao primeiro: “uma caixa grande de cedro; outra caixa também grande, da mesma madeira” (AUTOS..., 1982, v. 6, p. 70); e, ao Tenente Coronel: “uma caixa grande” (AUTOS..., 1982, v. 6, p. 224).

As caixas guardariam “de um tudo”, desde as roupas de uso, até mantimentos ou valores e dinheiro” (CANTI, 1980, p. 95). Para a guarda destes

⁶⁰ Não se veem, nos Autos, citações do termo “arca”. E as ocorrências das palavras “caixa”, “caixão”, “baú” e “cofre” parecem indicar um uso mais generalizado destas designações no contexto de tais documentos, sem que houvesse nestes o mesmo grau de especificidade utilizado em algumas obras de historiografia do mobiliário. E tais obras, embora definam características diferentes para cada um destes móveis, também apresentam divergências entre si. A exemplo disto, enquanto Tilde Canti define a arca como “caixa grande com tampa plana, de madeira ou revestida de couro [...]” (CANTI, 1980, p. 325), e o “baú” como uma “caixa de tampo abaulado” (Ibid., p. 96), Maria Helena Flexor (1978, p. 66), em seu estudo acerca do mobiliário baiano afirma que “as arcas tem o tampo ligeiramente abaulado que se encaixa e completa em altura a parte inferior.” Mediante tais divergências, procurou-se, para as legendas das figuras apresentadas no presente trabalho, adotar nomenclatura semelhante àquela adotada por Canti, uma vez que as pesquisas realizadas pela autora valeram-se de documentos que abrangem um contexto temporal e geográfico mais amplo para o estudo do mobiliário antigo no Brasil.

⁶¹ O trecho dos referidos sequestros que relacionam este móvel citam: “[...] dúzia e meia de facas, outras tantas colheres, e outros tantos garfos, duas colheres grandes de tirar sopa, doze colheres pequenas de aparelhos de chá, uma tenaz, uma escumadeira, tudo de prata, e pesa tudo com os ferros das facas, trinta e sete libras, um relógio de algibeira com cadeia de prata, com pedras brancas muito miúdas, e um topázio amarelo, e outra pedra branca de cinto de mulher, uma boceta de prata com um retrato, com círculo de pedras brancas muito miúdas, que serve de tabaco, um caixão de madeira com forros de veludo, que serve de cofre da dita prata acima declarada” (AUTOS..., 1982, v.6, p. 169).

últimos, poderiam apresentar “divisões ou escaninhos” internos (Figuras 69a e 69b), podendo também possuir externamente, fechaduras com chaves ou cadeados. Canti (1980, p. 227) lembra que “alguns móveis no estilo seiscentista português [...] continuam sendo feitos no Brasil até o séc. [sic] XIX”. Entre estes, as caixas e as arcas seriam utilizadas no contexto doméstico até aquele período. As arcas, ainda executadas em seus modelos primevos, continuaram a ser usadas por algum tempo mesmo após o aparecimento das cômodas (BAYEUX, 1997, p. 28). Além delas, outras “peças de época anterior” que se mantiveram em uso no contexto luso-brasileiro até o final do século XVIII foram “os armários, as mesas de torneados, os contadores, as camas de galeria, as arcas e as cadeiras de sola” (RODRIGUES, 1968, p. 26).

Figuras 69a e 69b – Caixa com escaninho interno (0,61 x 1,13 x 0,48m) em Murici e Sucupira. Século XVIII/XIX. Museu Casa dos Inconfidentes, Ouro Preto, MG. Fonte: foto da autora (2015).

Com relação aos baús, as menções àqueles pertencentes aos Inconfidentes proprietários de residências urbanas, de modo geral, não se estendem sobre as suas funções.⁶² No entanto, o inventário de Inácio José de Alvarenga Peixoto indica que dois destes móveis poderiam ter sido utilizados como cofres. Além do já mencionado caixão com forros de veludo, o seguinte mobiliário de guarda consta entre os seus bens:

⁶² Os autos arrolam: “um baú de couro cru usado, de quatro palmos de comprimento” pertencente ao Padre Toledo (AUTOS..., 1982, v. 6, p. 70), “um baú de moscóvia com suas fechaduras” de Luís Vieira da Silva (Ibid., v. 6, p. 84), “um baú”, de Cláudio Manuel da Costa (Ibid., v. 6, p. 101) e “dois baús de moscóvia” de Francisco de Paula Freire de Andrada (Ibid., v. 6, p. 224).

uma cômoda de pau liso, com sete gavetas, com sua ferragem, [...] dois baús cobertos de couro cru, e um mais coberto de moscóvia, duas canastras de viagem cobertas de couro [...], dois cofres ou baús acharoados⁶³ (AUTOS..., 1982, v. 6, p. 170).

Flexor (1978, p. 68) afirma que os baús cobertos de couro cru ou moscóvia também teriam sido usados para a guarda de roupas. Já as canastras, segundo Bayeux (1997, p. 30), embora se tratassem de pequenas caixas utilizadas para o transporte de materiais em lombo dos animais, quando utilizadas nas residências se apoiavam sobre suportes de madeira. Estes, em forma de pequenos bancos, seriam também usados como apoio para arcas e caixas, preservando-as assim da umidade e de possíveis ataques de animais.

Entre as caixas, arcas e baús presentes em acervos de diversos museus (figuras 70 a 79b), incluem-se aquelas que, devido às características de seus elementos decorativos, são identificadas como “arcas de noiva”. Este tipo de exemplar seria provavelmente destinado à guarda de enxovais, tratando-se, portanto, de móveis de caráter mais personalizado (figuras 79a e 79b).

Figura 70 – Caixa (0,45 x 0,765 x 0,33m) em Cedro e ferro. Século XVIII. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG.
Fonte: Inventário 689, Museu da Inconfidência (2015).

Figura 71 – Caixa (0,61 x 1,20 x 0,575m) em madeira e ferro. Século XVIII. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG.
Fonte: Inventário 3388, Museu da Inconfidência (2015).

⁶³ A menção à técnica “acharoadada” leva a crer que tais baús não se tratavam dos típicos cofres antigos reforçados por cintas de ferro batido, cujo uso é geralmente relacionado, na historiografia, a espaços de repartições públicas e religiosas.

Figura 72 – Caixa (0,63 x 1,33 x 0,51m) em Vinhático, Jacarandá e ferro batido. Século XVIII. Museu Regional de São João del-Rei, MG. Fonte: foto da autora (2015).

Figura 73 – Arca (0,54 x 0,93 x 0,44m) em Cedro. Século XVIII/XIX, Museu Casa dos Inconfidentes, Ouro Preto, MG. Fonte: foto da autora (2015).

Figura 74 – Arca (0,57 x 1,22 x 0,55m) em Cedro, Jacarandá e ferro. Século XVIII. Procedente de Piranga, MG. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG. Fonte: Inventário 1229, Museu da Inconfidência (2015).

Figura 75 – Arca (0,685 x 1,44 x 0,675m) em Vinhático, ferro e latão. Segunda metade do século XVIII. Museu da Inconfidência, MG.
Fonte: Inventário 706, Museu da Inconfidência (2015).

Figura 76 – Arca (0,74 x 1,305 x 0,58m) em Vinhático, Jacarandá e ferro. Século XVIII. Procedente de Mariana, MG. Museu do Ouro, Sabará, MG.
Fonte: foto da autora (2015).

Figura 77 – Baú (miniatura; 0,19 x 0,38 x 0,25m) em madeira, couro e metal. Primeira metade do século XVIII. Procedente do Serro, MG. Museu da Inconfidência, MG.
Fonte: Inventário 1451, Museu da Inconfidência (2015).

Figura 78 – Baú (0,565 x 1,10 x 0,53m) em madeira e ferro. Século XVIII. Museu da Inconfidência, MG.
Fonte: Inventário 401, Museu da Inconfidência (2015).

Figuras 79a e 79b – Arca de noiva (0,55 x 1,31 x 0,57m) em Jacarandá e ferro. Segunda metade do século XVIII. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG.
Fonte: O Museu da Inconfidência (1995, pp. 204-205).

Bayeux (1997, p. 31) acredita que a adoção do uso dos armários “esteja relacionada ao gradativo desaparecimento dos hábitos voltados para uma vida mais nômade”. As proporções avantajadas de algumas peças e as consequentes dificuldades para o seu transporte, remetem, de fato, a um tipo de vida mais assentada. De acordo com Canti (1980, p. 98), no contexto da América portuguesa, estes móveis teriam sido utilizados para a guarda de louça e outros objetos de uso caseiro. Já a partir da primeira metade do século XVIII “foram feitos armários especiais para guardar papéis, mais estreitos e menores que os comuns” (CANTI, 1980, p. 227). Segundo Maria Helena Flexor (1978, p. 68), os armários, raros nas casas baianas do século XVIII, teriam a função de guardar roupas, louças, mantimentos e papéis. Em meio aos diversos exemplares que figuram atualmente em museus mineiros (figuras 80 a 84) se encontram algumas peças de menores dimensões provavelmente destinadas a esta última finalidade, a exemplo de um móvel pertencente ao Museu do Ouro, em Sabará, cuja profundidade é de apenas 36 centímetros (figura 84).

Figura 80 – Armário (2,155 x 1,25 x 0,60m) em madeira e ferro. Provavelmente do século XVIII. Procedente de Sabará, MG. Museu Casa Padre Toledo, Tiradentes, MG. Fonte: foto da autora (2015).

Figura 81 – Armário (2,16 x 2,22 x 0,55m) em Jacarandá. Século XVIII/XIX. Museu Casa dos Inconfidentes, Ouro Preto, MG. Fonte: foto da autora (2015).

Figura 82 – Armário (2,62 x 1,34 x 0,54m) em Jacarandá, ferro e metal. Primeira metade do século XIX. Procedente de Catas Altas, MG. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG.
Fonte: Inventário 718, Museu da Inconfidência (2015).

Figura 83 – Armário (2,09 x 1,09 x 0,62m) em madeira e latão. Século XIX. Procedente de Berilo, MG. Apresenta policromia. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG.
Fonte: Inventário 1267, Museu da Inconfidência (2015).

Figura 84 – Armário (1,495 x 0,695 x 0,36m) em Vinhático, Jacarandá e ferro. Segunda metade do século XVIII. Procedente do Serro, MG. Museu do Ouro, Sabará, MG. Fonte: foto da autora (2015).

Outra peça, que figura no acervo do mesmo museu, apresenta uma cimalha falsa (figuras 85a e 85b). A curiosa presença de compartimentos secretos é observada em outros tipos de móveis antigos, podendo também ocorrer em cômodas-papeleiras, ou mesmo sob a forma de gavetas menores, ocultas atrás das gavetas visíveis de exemplares de mesas. Tais compartimentos se tratariam de recursos à privacidade e à segurança, no espaço muitas vezes exíguo das moradias, nas quais poderiam conviver grupos complexos de pessoas, podendo estes congregar famílias ou pessoas sem laços de sangue, agregados ou escravos. Também houveram, tanto em Portugal quanto em Minas Gerais, armários cujas divisões apresentavam um nicho central (figuras 86a e 86b), geralmente utilizado com a função de oratório. Este tipo de compartimento também ocorria em exemplares de estantes portuguesas, que segundo Sandão (1973, p. 113) compreendiam “quase sempre, [...] na parte central cimeira um nicho com cuidado acabamento interior, estofado, para a imagem preferida.” Flexor (1978, p. 68) afirma que os armários portadores de oratórios possuiriam a função de altar.

Figuras 85a e 85b – Armário com cimbalha falsa (2,20 x 1,28 x 0,47m) em Vinhático e metal.
Século XVIII. Procedente de Sabará, MG. Museu do Ouro, Sabará, MG.
Fonte: foto da autora (2015).

Figuras 86a e 86b – Armário com nicho central (2,92 x 2,05 x 0,81m) em Cedro e ferro.
Segunda metade do século XVIII. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG.
Fonte: Museu da Inconfidência (2016).

Nos sequestros de bens referentes a moradias urbanas relacionados nos Autos de Devassa, apenas um armário, pertencente ao Padre Toledo, se encontra descrito, tratando-se de uma peça incorporada ao imóvel: “um armário de guardar louça com suas portas, fechaduras e chave, que por estar embutido na parede, vai incluído o seu valor no das casas” (AUTOS..., 1982, v. 6, p. 347). Armários embutidos foram um costume trazido pelos portugueses à Colônia (SMITH, 1968, p. 286). Rodrigues aponta que o armário antigo em Minas Gerais, assim como em toda a América portuguesa e na Metrópole, tratava-se de

um móvel encaixado na parede da sala de jantar; às vezes nos cantos. Acompanhava o estilo da casa e era pintado a óleo em todas as reformas que esta sofria; só não lhe pintavam os montantes ou molduras quando estes eram de jacarandá. [...] Além do armário embutido na parede, sempre houve outros, móveis soltos, pelos corredores, quartos e cozinha [...]. (RODRIGUES, 1943, p. 95)

Um móvel pertencente ao Museu Casa dos Inconfidentes, na cidade de Ouro Preto, apresenta um tipo de moldura que parece indicar que este tenha se tratado de uma peça embutida (figura 87). Outro exemplar, que figura no acervo do Museu da Inconfidência, possui formato semelhante ao de uma porta, o que leva a indagar se este também se trataria de um móvel encaixado na parede (figura 88).

Figura 87 – Armário (1,25 x 0,95 x 0,34m) em Murici e Canela Parda. Século XVIII/XIX. Museu Casa dos Inconfidentes, Ouro Preto, MG.
Fonte: foto da autora (2014).

Figura 88 – Armário (1,855 x 0,71 x 0,45m) em madeira e ferro. Provavelmente do século XVIII. Casa do Patrimônio de Ouro Preto/Iphan, MG.
Fonte: Inventário 3604, Museu da Inconfidência (2015).

Ainda no que concerne ao universo dos chamados “móveis de guarda”, de acordo com Lima (2016, pp. 1-2), móveis “dotados de gavetas para guardar roupas e outros objetos, as cômodas surgem na Europa no século XVII”. Neste mesmo período entrariam em uso “outros móveis fechados, destinados a guardar papéis e servir como mesas para escrever, chamados genericamente de secretárias ou papelerias”. A autora ressalta que a adoção de “móveis de uso pessoal para escrita denota a transformação da própria percepção desta prática”, passando esta, ao longo dos Setecentos, a ser entendida “também como uma atividade privativa e íntima, para além de sua função no ambiente de trabalho ou acadêmico” (LIMA, 2016, p. 2). Cabe ressaltar que entre relatos de viajantes escritos em princípios dos Oitocentos, despontam observações acerca do nível de instrução dos habitantes da região de Minas Gerais e de seu gosto pelo aprendizado. A exemplo disto, Saint-Hilaire, no ano de 1818, escreveu:

Em toda a Província de Minas encontrei homens de costumes delicados, cheios de afabilidade e hospitaleiros; os habitantes de Tijuco não possuem tais qualidades em menor grau, e, nas primeiras classes da sociedade elas são ainda acrescidas por um polidez sem afetação e pelas qualidades de sociabilidade. Encontrei nesta localidade mais instrução que em todo o resto do Brasil, mais gosto pela literatura e um desejo mais vivo de se instruir. Vários moços (1818), cheios de nobre entusiasmo, aprenderam o francês, sem terem mestres; conhecem nossos melhores autores e alguns mesmo, praticando muito entre si, chegaram a falar nossa língua de modo inteligível com o auxílio único de uma gramática muito mal escrita. [...] Tanto quanto pude julgar eles não são menos hábeis na arte musical que os outros habitantes da Província [...]. (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 33)

Com relação aos inventários Setecentistas, somadas às estantes de livros arroladas nos sequestros de bens dos Inconfidentes, também constam nestes

documentos alguns exemplares de cômodas e papeteiras. Além da já mencionada cômoda pertencente a Inácio José de Alvarenga Peixoto, o inventário de Cláudio Manuel da Costa lista “uma papeteira” e “duas cômodas que estão na casa de baixo com suas gavetas” (AUTOS..., 1982, v. 6, p. 101). A localização destas últimas “na casa de baixo”, provável espaço térreo da residência, parece indicar que as peças serviriam a algum ambiente de trabalho, visto que o rés-do-chão nos sobrados urbanos geralmente não se destinava à moradia de seus proprietários. Também pertenciam ao Padre Rolim e ao Tenente Coronel Francisco de Paula Freire de Andrada, respectivamente: “uma papeteira de jacarandá grande, com ferragem dourada, em bom uso” (AUTOS..., 1982, v. 6, p. 118) e “uma cômoda de jacarandá, com ferragem dourada” (AUTOS..., 1982, v. 6, p. 224).

Convém lembrar que, no contexto da América portuguesa, as cômodas passariam a ser utilizadas no decorrer do século XVIII. Segundo Canti (1980, p. 250), a chamada “meia-cômoda” (figuras 89 e 90) entraria em uso em meados dos Setecentos, “seguida da cômoda três-quartos e finalmente da cômoda inteira”⁶⁴ (figuras 91 e 92), que se tornaria móvel mais conhecido somente no último terço daquela centúria, sendo citado a partir desta época em documentos mineiros, baianos, pernambucanos e do Rio de Janeiro.

Figura 89 – Meia-cômoda/Mesa-cômoda (1,08 x 1,58 x 0,81m) em Cedro e Jacarandá. Século XIX. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG.

Fonte: Inventário 107, Museu da Inconfidência (2014).

⁶⁴ De acordo com a autora, a chamada meia-cômoda apresentaria até duas ordens de gavetas, enquanto a cômoda três-quartos possuiria três ordens. Já a cômoda inteira exibiria quatro ordens. “Dentro da confusa nomenclatura dos mobiliários português e brasileiro, um mesmo móvel pode receber várias designações. É o caso da meia-cômoda, que aparece sob as denominações cômoda-mesa e mesa-cômoda. Essa última denominação pode ser aplicada ao móvel que tem apenas um gavetão grande e largo ou duas gavetas altas. O mesmo tipo de móvel, porém, com avental desenvolvido, deixaria naturalmente de ser uma mesa-cômoda para transformar-se numa meia-cômoda, embora a meia-cômoda seja móvel cuja caixa apresenta duas gavetas e um gavetão. [...] Consideramos cômoda três-quartos a que apresenta duas gavetas e dois gavetões ou apenas três gavetões. [...] As cômodas inteiras se caracterizam pela presença de duas ou mais gavetas e três gavetões ou simplesmente quatro gavetões, geralmente de altura decrescente” (CANTI, 1980, p. 250).

Figura 90 – Meia-cômoda (0,83 x 1,195 x 0,725m) em madeira e osso. Primeira metade do século XIX. Casa do Patrimônio de Ouro Preto/Iphan, MG.
Fonte: Inventário 3652, Museu da Inconfidência (2015).

Figura 91 – Cômoda três-quartos (1,09 x 1,74 x 0,725m) em Jacarandá e marfim. Segunda metade do século XVIII. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG.
Fonte: Inventário 712, Museu da Inconfidência (2015).

Figura 92 – Cômoda (1,25 x 1,25 x 0,58m) em Jacarandá e latão. Meados do século XVIII. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG.
Fonte: Inventário 692, Museu da Inconfidência (2013).

Os escritórios também se tornariam de uso mais comum no território da América portuguesa apenas na segunda metade dos Setecentos.

Nesse século, os poucos escritórios, que aparecem também sob a denominação de papaleira, em alguns inventários paulistas, são constituídos de um pequeno móvel de tampa inclinada, de arriar ou levantar, que cobre a papaleira propriamente dita, isto é, o local de escrever, com escaninhos e pequenas gavetas. Eram peças utilizadas, em geral, sobre bufetes ou suportes apropriados de pés altos. (CANTI, 1980, p. 251)

Nesta mesma época, as chamadas cômodas-papaleiras, se tornariam de uso corrente em Portugal (CANTI, 1980, p. 191). Estas se caracterizariam como móveis híbridos apresentando “a parte inferior representada por uma cômoda, [...] e a superior constituída de um escritório ou papaleira, com tampa de arriar servindo de mesa para escrever”, com seus “escaninhos e gavetinhas para a guarda de documentos, papéis e valores diversos, além dos apetrechos necessários para escrever” (CANTI, 1980, p. 251). Lima (2016, p. 2) esclarece que estes móveis seriam “concebidos para a vida privada, geralmente para uso individual”, sendo seus gavetões, localizados na parte inferior, destinados à guarda de roupas. A autora aponta que

um aspecto importante sobre a produção e uso deste tipo de móvel é sua complexidade de construção e o que isto oferecia em termos de possibilidades de organização das posses de um indivíduo e, principalmente, como tais móveis ajudam a consolidar práticas sociais ligadas [a] noções de intimidade, privacidade e a própria individualidade dentro do ambiente doméstico. (LIMA, 2016, p. 2)

O grau de personalização no uso deste tipo de peça demandaria a adoção de determinados cuidados, não somente com relação ao resguardo dos objetos abrigados pelas cômodas-papaleiras, mas também quanto à possibilidade de violação da privacidade de seus proprietários.

A papaleira servia quase como uma materialização da personalidade do indivíduo, gerando assim uma preocupação especial acerca da segurança dos pertences ali guardados. Botões, molas, roldanas, engrenagens, mecanismos escondidos, gavetas secretas, cofres, fundos falsos e até armadilhas contra possíveis intrusos eram comuns a este tipo de móvel [...]. Neste sentido, a profusão de tais móveis no ambiente doméstico demarca também novas tensões entre os gêneros e novos comportamentos familiares, uma vez que as papaleiras podiam ser usadas tanto por homens quanto por mulheres, representando para estas últimas a possibilidade de alguma autonomia, de um certo desafio à autoridade, mas ao mesmo tempo representando novos riscos de invasão e violação do móvel e, por extensão, de sua privacidade. (LIMA, 2016, pp. 2-3)

Exemplares de cômodas-papeleiras figuram nos atuais acervos de alguns museus mineiros (figuras 93 a 95). Tratando-se de móveis engenhosos e complexos cujas funções reuniam o “guardar” e o “escrever”, as cômodas-papeleiras poderiam ainda ser acrescidas de um oratório, posicionado geralmente acima desta.

Figura 93 – Cômoda-papeleira (1,20 x 1,145 x 0,63m) em Jacarandá e latão. Segunda metade do século XVIII. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG.
Fonte: Inventário 1234, Museu da Inconfidência (2015).

Figura 94 – Cômoda-papeleira (1,52 x 1,14 x 0,72m) em madeira e metal. Primeira metade do século XIX. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG.
Fonte: Inventário 708, Museu da Inconfidência (2015).

Figura 95 – Cômoda-papeleira (1,25 x 1,25 x 0,60m) em madeira e bronze. Século XVIII. Procedente de Santa Bárbara, MG. Museu do Ouro, Sabará.
Fonte: foto da autora (2015).

Contudo, convém destacar, tais móveis não eram encontrados em todas as localidades das Minas nas primeiras décadas do século XIX. Ao contrário, sua ausência em algumas delas foi observada pelos viajantes, como D'Orbigny, que em 1832 escreveu o seguinte comentário sobre as moradias de Vila do Príncipe:

O mobiliário das casas não corresponde ao seu aspecto exterior. Vêem-se apenas algumas cadeiras antigas de jacarandá, de encosto alto e com assento de couro. Não se vêem secretárias, nem cômodas, nem armários. (D'ORBIGNY, 1976, p. 143)

Sain-Hilaire (1975a, p. 146) já havia notado a ausência de secretárias e armários neste mesmo povoado.

Se, segundo tais testemunhos de época, as cômodas e papeleiras não tinham seu uso tão disseminado nas casas urbanas mineiras, o mesmo não se pode dizer sobre os oratórios, que subsistiram em grande número e compõem os acervos de museus de tal modo a não deixar dúvidas quanto à sua ampla difusão no contexto da vida doméstica. Maria Helena Flexor (1978, p. 118) designa tais peças como “móveis de devoção”. Pode-se dizer que estes tenham sido objetos bastante significativos na vida cotidiana dos antigos habitantes de Minas Gerais, dada a importância do universo religioso naquela região no período em tela. Um antigo relato de Saint-Hilaire, referente à sua estadia em

uma fazenda, atesta a presença de oratórios de menores dimensões em muitas residências⁶⁵:

No cômodo em que dormi, havia um pequeno oratório, como já vira em grande número de outras casas. Esses oratórios não são mais que pequenos nichos de cerca de dois ou três pés, que se abrem na parede, e fecham-se com batentes à maneira de nossos armários. O nicho encerra uma pequena imagem da Virgem, que se orna da melhor maneira possível, rodeia-se de flores, e diante da qual se reza. Nas forjas de Bom Fim, o oratório era na sala de visitas, o nicho era fechado por uma cortina de damasco, e de ambos os lados havia vasos em que se punham ramalhetes de flores. (SAINT-HILAIRE, 1975a, p. 357)

Fixados nas paredes ou apoiados sobre móveis, os oratórios “eram encontrados nos diversos cômodos da residência”. Podiam refletir “o estilo da casa, o modo de vida, o poder econômico e a espiritualidade dos proprietários e moradores” (SANTOS, 2013, p. 20). Podendo ser utilizados como complemento das chamadas “salas”, variavam em acabamento e dimensões, segundo as posses de seus proprietários (VERÍSSIMO, 1999, p. 59). Geralmente classificados de acordo com o seu feitio, os oratórios tem as suas características e imagens religiosas⁶⁶ associadas aos tipos de ambientes aos quais se destinariam e ao tipo de uso ao qual poderiam servir. Segundo Santos (2013, p. 20), aqueles cujo aspecto “erudito” ostentava formas refinadas e elegantes “destinavam-se aos espaços nobres das residências urbanas e rurais” (figuras 96 e 97). “Nos salões das classes abastadas, os oratórios eram ricamente ornamentados” e alguns destes teriam sido elaborados por conhecidos artistas (MUSEU..., 2013, p. 116). A exemplo disto, uma peça pertencente ao acervo do Museu do Oratório, localizado na cidade de Ouro Preto, é atribuída a Francisco Vieira Servas⁶⁷

⁶⁵ No contexto dos depoimentos coevos consultados para o presente trabalho, as menções a oratórios se referem, na maioria dos casos, àqueles localizados em moradias rurais, geralmente de grandes proporções, e que serviam muitas vezes à realização de missas. Russo (2010, pp. 52-53) identifica duas categorias de oratórios domésticos: os “móveis ou portáteis” e os “quartos do oratório ou espaços do oratório”. Os primeiros “podiam ser transportados para qualquer cômodo da moradia”.

⁶⁶ A este respeito, Santos esclarece que: “oratórios no quarto do casal acolhiam a Sagrada Família. Sant’Ana Mestra e a Virgem Maria destinavam-se ao aposento da donzela, onde Santo Antônio era indispensável, por ser popularmente celebrado como o ‘santo casamenteiro’. Santa Bárbara é padroeira dos que trabalham em mina. Santa Rita de Cássia resolve os casos impossíveis. Santa Luzia protege os olhos; São José, os carpinteiros e operários” (SANTOS, 2013, p. 20).

⁶⁷ Francisco Vieira Servas foi um “entalhador ativo em Minas Gerais na segunda metade do século XVIII e princípios do século XIX. Trabalhou na ornamentação de vários templos mineiros, sendo um dos principais representantes da talha de gosto rococó” (ÁVILA, 2013, p. 154).

(figura 98). E outro oratório constante no mesmo museu apresenta pintura atribuída a Manuel da Costa Athaide⁶⁸ (figura 99).

Figura 96 – Oratório de Salão (1,16 x 0,65 x 0,32m) em madeira. Século XVIII. Apresenta policromia e douramento. Iconografia: Nossa Senhora do Rosário. Museu do Oratório, Ouro Preto, MG.

Fonte: Acervo Museu do Oratório / Instituto Cultural Flávio Gutierrez.

Figura 97 – Oratório de Salão (0,38 x 0,20 x 0,07m) em madeira e vidro. Século XVIII. Apresenta policromia e douramento. Iconografia: Crucifixo com pintura de figuras do calvário. Museu do Oratório, Ouro Preto, MG.

Fonte: Acervo Museu do Oratório / Instituto Cultural Flávio Gutierrez.

⁶⁸ Nascido em Mariana, MG, Manuel da Costa Athaide possuía atestado público de “professor das artes de pintura e arquitetura”. Sua obra mais conhecida trata-se da pintura em perspectiva na Igreja de São Francisco de Assis, em Ouro Preto (ÁVILA, 2013, pp. 156-157).

Figura 98 – Oratório Bala (0,45 x 0,26 x 0,26m) em madeira. Século XVIII. Apresenta policromia e douramento. Atribuído a Francisco Vieira Servas. Museu do Oratório, Ouro Preto, MG. Fonte: Acervo Museu do Oratório / Instituto Cultural Flávio Gutierrez.

Figura 99 – Oratório de Salão (0,55 x 0,35 x 0,10m) em madeira e vidro. Século XVIII. Apresenta policromia e douramento. Sua pintura é atribuída a Manuel da Costa Ataíde. Iconografia: Calvário, Santo Antônio e Nossa Senhora do Carmo. Museu do Oratório, Ouro Preto, MG. Fonte: Acervo Museu do Oratório / Instituto Cultural Flávio Gutierrez.

No entanto, também houveram oratórios de feitio mais simples utilizados tanto em espaços privados das moradias quanto nas ditas salas, tivessem estes o formato de um simples armário ou se tratassem de invólucros com ornamentação mais singela (figuras 100 e 101).

Alguns ficavam sobre as mesas, nos salões, para uso particular ou de toda a família durante as novenas ou preces coletivas. Os mantidos em quartos ou alcovas tinham uso mais restrito. Na intimidade desse ambiente de silêncio, propício ao estabelecimento de pactos com o divino, homens e mulheres meditavam e rezavam, agradecendo a graça alcançada ou buscando alento para a doença, o desengano amoroso, o fracasso no mundo do trabalho e dos negócios. (MUSEU..., 2013, p. 72)

Entre os exemplares remanescentes, existem aqueles identificados como “oratórios de alcova” (figuras 102 a 104), sendo alguns de menores proporções. Entre estes, cabe destacar uma peça também pertencente ao Museu do Oratório, cujas imagens religiosas se encontram inseridas em um ovo de ema (figura 105), exemplo do grau de inventividade alcançado por alguns oratórios.

Figura 100 – Oratório (0,69 x 0,405 x 0,23m) em madeira e ferro. Século XVIII. Apresenta policromia. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG.
Fonte: Inventário 1809, Museu da Inconfidência (2015).

Figura 101 – Oratório de Salão (0,84 x 0,40 x 0,30m) em madeira. Século XIX. Apresenta policromia. Iconografia: Nossa Senhora Mãe dos Homens, Nossa Senhora das Mercês, Nossa Senhora do Carmo, Santa Luzia. Museu do Oratório, Ouro Preto, MG.
Fonte: Acervo Museu do Oratório / Instituto Cultural Flávio Gutierrez.

Figura 102 – Oratório de Alcova (0,25 x 0,265 x 0,95m) em madeira. Final do século XVIII / Início do XIX. Apresenta policromia. Iconografia: Figuras do presépio. Procedente de Diamantina, MG. Museu do Oratório, Ouro Preto, MG.
Fonte: Acervo Museu do Oratório / Instituto Cultural Flávio Gutierrez.

Figura 103 – Oratório de Alcova (0,32 x 0,23 x 0,05m) em madeira. Final do século XVIII / Início do XIX. Apresenta policromia. Iconografia: Nossa Senhora da Conceição. Museu do Oratório, Ouro Preto, MG.
Fonte: Acervo Museu do Oratório / Instituto Cultural Flávio Gutierrez.

Figura 104 – Oratório de Alcova (0,535 x 0,27 x 0,115m) em madeira, folha de flandres e vidro. Século XIX. Apresenta policromia e douramento. Iconografia: Nossa Senhora da Conceição. Museu do Oratório, Ouro Preto, MG.
Fonte: Acervo Museu do Oratório / Instituto Cultural Flávio Gutierrez.

Figura 105 – Oratório de Alcova (0,23 x 0,09 x 0,09m) em madeira, ovo de ema, calcita e vidro. Século XVIII. Apresenta policromia e douramento. Iconografia: Figuras do Calvário. Museu do Oratório, Ouro Preto, MG.
Fonte: Acervo Museu do Oratório / Instituto Cultural Flávio Gutierrez.

Dentre as variadas peças presentes em acervos de museus mineiros (figuras 106 a 110), também se encontram os chamados oratórios “bala”, assim designados por sua peculiar forma de projétil (figuras 98 e 109), e aqueles classificados como “oratórios de Lapinha” (figura 110). Estes últimos, segundo Santos (2013, p. 21), “são típicos do final do século XVIII em Minas Gerais, ligados à devoção ao Senhor Bom Jesus de Matosinhos.” Se caracterizam por sua composição quase sempre em dois nichos, “no superior, monta-se a cena do Calvário, [...] no inferior, invariavelmente um presépio, com a cena da natividade de Jesus” (SANTOS, 2013, p. 22). Contudo, entre os remanescentes

de oratórios antigos, talvez as peças de feitio mais diverso, sejam aquelas classificadas como “oratórios afro-brasileiros” (Figuras 111 a 113),⁶⁹ confeccionados pela mão escrava,

[...] esses oratórios chamam atenção pela abundância de elementos simbólicos. Nos oratórios que esculpiam, os artistas punham todo tipo de imagens que se faziam acompanhar de inúmeros elementos de fetiche, como [...] terços, ex-votos, [...] gravuras, flores, contas de colares de candomblé. Os motivos geométricos, cosmológicos ou ligados à natureza eram os mais explorados. [...] Os oratórios afro-brasileiros eram quase sempre pequenos armários de entalhe simples, caracterizando-se pela presença marcante de elementos místicos em detrimento de elementos decorativos. Às vezes eram apenas escavados num toco de madeira. Qualquer espaço, por mais artesanal que fosse, compunha o invólucro para a divindade. (MUSEU..., 2013, p. 100)

Tratando-se de objetos representativos do sincretismo religioso, fruto da convivência e mistura étnica, estas peças confeccionadas por escravos, atestam a difusão dos oratórios entre os diversos grupos que compunham a sociedade mineira e demonstram a sua localização, no âmbito doméstico, tanto nos espaços sociais e íntimos das moradias urbanas, quanto naqueles que desempenhavam a função de senzalas.

Figura 106 – Oratório de salão, em Imbuia. Século XVIII. Apresenta policromia e douramento. Museu Regional de São João del-Rei, MG.
Fonte: foto da autora (2015).

⁶⁹ Designação utilizada no catálogo do Museu do Oratório de Ouro Preto, Minas Gerais. A mesma obra esclarece que “do ponto de vista iconográfico, os objetos de devoção mais usados pelos negros eram o Divino Espírito Santo, a Virgem do Rosário, São Cosme e São Damião, São Jorge, São Benedito, Santa Ifigênia, Santo Antônio e São Sebastião” (MUSEU..., 2013, p. 100).

Figura 107 – Oratório (0,25 x 0,25 x 0,105m) em madeira. Século XVIII/XIX. Apresenta policromia e douramento. Iconografia: Menino Jesus. Museu do Oratório, Ouro Preto, MG.
Fonte: Acervo Museu do Oratório / Instituto Cultural Flávio Gutierrez.

Figura 108 – Oratório, em Cedro. Século XVIII. Procedente de Santa Bárbara, MG. Apresenta policromia e douramento. Iconografia: Menino Jesus e Divino Espírito Santo. Museu do Ouro, Sabará, MG. Fonte: foto da autora (2015).

Figura 109 – Oratório Bala (0,45 x 0,26 x 0,26m) em madeira. Século XVIII. Apresenta policromia e douramento. Iconografia: Nossa Senhora da Conceição, Sant'Ana e São José. Museu do Oratório, Ouro Preto, MG. Fonte: Acervo Museu do Oratório / Instituto Cultural Flávio Gutierrez.

Figura 110 – Oratório de Lapinha (0,78 x 0,38 x 0,12m) em madeira e Talcita. Segunda metade do século XVIII. Apresenta policromia. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG. Fonte: Inventário 573, Museu da Inconfidência (2015).

Figura 111 – Oratório “afro-brasileiro” (0,75 x 0,35 x 0,05m) em madeira. Primeira metade do século XIX. Apresenta policromia. Procedente de Diamantina, MG. Iconografia: São Cosme e Damião, Divino Espírito Santo, objetos de devoção popular. Museu do Oratório, Ouro Preto, MG. Fonte: Acervo Museu do Oratório / Instituto Cultural Flávio Gutierrez.

Figura 112 – Oratório “afro-brasileiro” (0,66 x 0,27 x 0,33m) em madeira. Século XIX. Museu do Oratório, Ouro Preto, MG. Fonte: Acervo Museu do Oratório / Instituto Cultural Flávio Gutierrez.

Figura 113 – Oratório “afro-brasileiro” (0,83 x 0,54 x 0,29m) em madeira. Século XIX. Apresenta policromia. Museu do Oratório, Ouro Preto, MG. Fonte: Acervo Museu do Oratório / Instituto Cultural Flávio Gutierrez.

No espaço mais privado das moradias, também se encontrariam os chamados “móveis de repouso”⁷⁰ noturno, catres e leitos⁷¹, que passariam a ser mais utilizados na América portuguesa no decorrer do século XVIII. De acordo com Canti (1980, p. 129), antes deste período o uso de redes teria contribuído para a pouca difusão destes móveis. Sandão (1973, p. 143) sublinha que os leitos portugueses eram fabricados em três tamanhos: “individual, ‘pessoa e meia’ (para mulher e criança) e casal ou duas pessoas.”

Tanto nos Autos de Devassa (1982, v.6) quanto nos atuais acervos de museus mineiros, figuram leitos e catres com ou sem dossel. A residência do Padre Toledo contava com “um catre com cabeceira dourado, e pintado, com armação ou sobrecéu de damasco de lã carmesim” (AUTOS..., 1982, v. 6, p. 70) e aqueles pertencentes a Cláudio Manuel da Costa são descritos “um leito com armação branca de algodão, com cercadura de chita, [...] um leito de pau branco, com uma colcha de algodão de São Paulo”, além de um catre, e mais um leito (AUTOS..., 1982, v. 6, pp. 100-101). Entre os bens de Luís Vieira da Silva e Francisco de Paula Freire de Andrada constam, respectivamente, “um leito” (AUTOS..., 1982, v. 6, p. 84) e “um catre com seu cortinado de damasco amarelo” (AUTOS..., 1982, v. 6, p. 224). Pertencente ao Padre Rolim, “um leito de jacarandá com cabeceira lavrada, em bom uso” (AUTOS..., 1982, v. 6, p. 118) e de Inácio José de Alvarenga Peixoto, “um catre de pau torneado, pintado de azul e dourado” (AUTOS..., 1982, v. 6, p. 170). Além de tais espécie de móveis de repouso, o inventário do Alferes Joaquim José da Silva Xavier também lista: “uma cama de vento com sua esteira” (AUTOS..., 1982, v. 6, pp. 58-59). Nascimento (1950, p. 86) esclarece que, no contexto dos móveis portugueses, as camas de vento se tratavam de “colchões de couro cheios de ar”. No entanto, Maria Helena Flexor (1978, p. 86) acredita que sua forma não se diferenciava muita das “camas de campanha”. Segundo a autora, ambos os modelos possuíam “pernas em tesoura”, que as tornavam dobradiças e de fácil transporte.

⁷⁰ Classificação tipológica entre aquelas adotadas por Glória Bayeux (1997), Tilde Canti (1980), Nascimento (1950) e Arthur de Sandão (1973).

⁷¹ Canti supõe que “a expressão leito se referia apenas às camas largas, de casal; o catre, que poderia ou não ter dossel, devia ser a cama de galeria estreita, de solteiro” (CANTI, 1980, p. 254). Os documentos e relatos coevos consultados para o presente trabalho citam os termos “leito” e “catre”, sem que suas descrições forneçam evidências de uma diferenciação efetiva quanto ao seu feitio.

É interessante notar que a utilização de dosséis em catres e leitos poderia não apenas proporcionar maior privacidade aos indivíduos e possibilitar a demarcação de um espaço particular, como também parece lhes conotar um símbolo de autoridade. No contexto mineiro, os documentos e relatos coevos parecem indicar que as guarnições dos leitos (como as colchas, lençóis, almofadas, entre outros) assumiram tanta importância em moradias mais ricas quanto aqueles utensílios utilizados à mesa, adquirindo estes elementos um sentido de complementariedade aos móveis. Nascimento (1950, p. 105) ressalta que em Portugal “os tecidos e bordados contribuíram sempre para a riqueza do leito, suprimindo algumas vezes a pobreza do trabalho de marcenaria”. A respeito de tais guarnições, cabe citar um relato de Mawe, escrito no ano de 1809, acerca das casas das classes abastadas de Vila Rica⁷²:

Os leitos pareceram-me tão elegantes que os considerei dignos de descrição mais detalhada. As cabeceiras são de madeira fina, com caneluras ou esculpidas de maneiras diversas; os lados lisos, os pés de madeira ou de couro. O colchão era de algodão e os lençóis de linho muito fino, com barra de renda feita em casa, tendo no mínimo nove polegadas de largura. O rolo estava coberto de musselina, com as extremidades também enfeitadas com renda. Os travesseiros arredondados nas pontas e forrados com tafetá coberto de fina musselina, ornada com renda, que engomada e delicadamente feita, dava aparência de luxo. A colcha, de damasco amarelo, ornada, assim como os lençóis e as fronhas, de renda larga. As colgaduras eram dos mesmos materiais, em forma de docel, sem cortinas. Executando as últimas novidades nesta peça da mobília, nunca vi leitos tão magníficos quanto os dos opulentos desta capitania. (MAWE, 1978, p. 141)

Em contraste com tais ricos leitos, também houveram, na diversidade de situações socioeconômicas encontrada entre os moradores da região mineira, moradias nas quais os chamados móveis de repouso se tratariam de rústicos jiraus. Saint-Hilaire, percorrendo sobre este uso em casas de indivíduos pobres observou:

Esses jiraus, [...] que claramente atestam extrema indigência, substituem geralmente os leitos nas casas dos pobres. Eis como se constroem esses pobres catres: ficam-se na terra, perto das paredes, quatro estacas que se dispõem à maneira das quatro colunas de um leito, e, a cada par de esteios mais aproximados, fixa-se, com um corte

⁷² Um outro trecho de texto de Saint-Hilaire, datado de 1817, referindo-se às casas de fazendeiros ricos, mineradores, reforça a questão da importância adquirida no cuidado com os leitos, em especial porque o autor ressalta a falta de comodidades em tais moradias: “não se conhecem nas casas de fazendeiros nenhum desses móveis que acumulamos em nossos aposentos, guardam-se as roupas nas malas, ou, antes, dependuram-se em cordas, a fim de preservá-las da umidade e dos insetos. As cadeiras são raras, e as pessoas se sentam em bancos, tamboretes de madeira e escabelos. Nas casas dos ricos, os leitos são os móveis que merecem maiores cuidados; as cortinas e as colchas são muitas vezes de damasco, e os lençóis de um tecido de algodão muito fino, tem guarnições de renda” (SAINT-HILAIRE, 1975a, p. 96).

flexível e resistente, um pedaço de madeira transversal. Sobre esses dois travessões que se defrontam, estendem-se varais que se cobrem com uma esteira ou couro cru e é nessas armações que se dorme, encostado à parede, e envolto em uma coberta ou capote. (SAINT-HILAIRE, 1975a, p. 169)

Os catres e leitos antigos em exposição nos atuais acervos de museus mineiros amostram variados feitios, havendo exemplares mais simples ou mais sofisticados. Estes atestam a heterogeneidade do mobiliário e da composição dos interiores das antigas moradias mineiras (figuras 114 a 122). É interessante perceber que alguns destes móveis ostentam cruzes (figuras 114 e 116), monograma e elementos figurativos (120a, 120b e 121), demonstrando um certo grau de personalização e de um caráter simbólico do móvel. Nascimento (1950, p. 68) observa que enquanto nos leitos portugueses característicos do século XVII compareciam “as legendas de sabor religioso, as lâminas sacras e a cruz”, naqueles fabricados nas últimas décadas do século XVIII passou-se a adotar elementos decorativos que aludiam ao amor profano, tais como “o carcaz e o arco, dois corações atravessados por uma seta, duas setas enlaçadas ou um casal amoroso de pombos, símbolo de fidelidade no amor”. O leito da figura 121 apresenta um desenho com pássaros ao centro do espaldar.

Figura 114 – Catre (1,35 x 1,90m) em Jacarandá. Museu Casa dos Inconfidentes, Ouro Preto, MG. Fonte: foto da autora (2014).

Figura 115 – Catre (1,20 x 1,90m) em Murici e Sucupira. Museu Casa dos Inconfidentes, Ouro Preto, MG. Fonte: foto da autora (2014).

Figura 116 – Fragmento de leito (0,28 x 1,15m). Segunda metade do século XVIII. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG.
Fonte: Inventário 1800, Museu da Inconfidência (2015).

Figura 117 – Leito infantil (1,025 x 0,875 x 1,84m) em Jacarandá. Primeira metade do século XIX. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG.
Fonte: Inventário 1798, Museu da Inconfidência (2015).

Figura 118 – Catre (1,14 x 1,00 x 1,93m) em madeira e couro. Século XIX. Museu do Oratório, Ouro Preto, MG.

Fonte: Acervo Museu do Oratório / Instituto Cultural Flávio Gutierrez.

Figura 119 – Leito (1,93 x 1,15 x 1,995m) em Jacarandá. Meados do século XVIII. Pertenceu ao Frei José de Santa Rita Durão, MG. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG.

Fonte: Inventário 710, Museu da Inconfidência (2014).

Figuras 120a e 120b – Leito, em Jacarandá claro e Pau-cetim. Primeiro quarto do século XIX. Apresenta técnica de embutidos. Ao centro do espaldar se veem duas figuras segurando um medalhão com um monograma. Museu Regional de São João del-Rei, MG.
Fonte: foto da autora (2015).

Figura 121 – Leito (2,99 x 1,24 x 2,12m) em Jacarandá, madeira clara e metal. Primeiro quarto do século XIX. Apresenta técnica de embutidos. Ao centro do espaldar se vê um desenho com pássaros e galhos com folhas. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG.
Fonte: Inventário 1228, Museu da Inconfidência (2014).

Figura 122 – Leito (2,30 x 1,18 x 2,01m) em Jacarandá e Pau-cetim. Museu Regional de São João del-Rei, MG.

Fonte: foto da autora (2015).

O repouso no interior das residências também se daria nas camilhas e preguiceiros (ou espreguiceiros), utilizados como camas de uso diurno “para dormir a sesta ou descansar” (NASCIMENTO, 1950, p. 23), sendo substituídos no século XIX pelas marquesas (CANTI, 1980, p. 255). Estas últimas, assim como as redes, acumulariam ambas as funções, de móvel de assento e de repouso. Convém ressaltar que, embora alguns exemplares de redes sejam encontrados entre os inventários Setecentistas⁷³ – e estas sejam geralmente tidas na historiografia como muito utilizadas no território da América portuguesa enquanto mobiliário de assento ou de repouso diurno e noturno –, assim como afirma Vasconcellos (2011, p. 122), estas não teriam sido peças de uso muito difundido na região de Minas Gerais. A este respeito, Saint-Hilaire relata:

⁷³ Os sequestros de bens ao Alferes Joaquim José da Silva Xavier contam com “uma rede branca de algodão” (AUTOS..., 1982, v. 6, p. 58) e o inventário de Cláudio Manuel da Costa lista “uma rede branca de algodão anilada” (Ibid., v. 6, p. 101).

O uso da rede, quasi desconhecido na capitania de Minas, é muito espalhado na de S. Paulo a exemplo dos hábitos dos índios, outrora numerosos nesta região. Já tive muitas vezes a ocasião de notar, que por toda parte onde existiram índios, os europeus, destruindo-os, adoptaram vários de seus costumes e lhes tomaram muitas palavras da língua. Se os mineiros têm grande superioridade sobre o resto dos brasileiros, isto provém, certamente, de que pouco se misturaram com os índios. (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 136)

As camilhas e os preguiceiros⁷⁴, móveis cujo estrado poderia ser coberto de “couro em pelo”, sola ou palhinha (figura 123), contariam com uma inclinação em seu encosto, que poderia ser “fixo ou graduado através de correntes”, sendo raramente sem espaldar (CANTI, 1980, p. 255). Com relação à sua localização nas casas, Bayeux esclarece:

Devido ao hábito da sesta, além de leitos e catres, os espreguiceiros e as camilhas, estas mais raras, foram usados com bastante frequência no Brasil [...]. Destinados aos chefes de família, o espreguiceiro era colocado nas salas nobres, tendo as mesmas funções que teria mais tarde a peça que o substituí [sic] – a marquesa. (BAYEUX, 1997, p. 51)

Maria Helena Flexor (1978, p. 84) também cita o uso dos preguiceiros com a função de “complementação dos móveis de assento” nas salas nobres, e neste sentido também inclui entre as peças que mais tarde o substituíram além das marquesas, os canapés e os sofás.

A prática da sesta pelos habitantes de Minas Gerais, observada por Luccock em seu relato sobre sua passagem por São João del-Rei no ano de 1818⁷⁵, também foi relatada por Saint-Hilaire em seus escritos acerca dos costumes dos moradores do povoado de Coração de Jesus⁷⁶:

Ali, como em vários outros lugares, não se vê ninguém, não se ouve o menor ruído enquanto é dia. Mal, porém, o sol se põe, tudo se anima; sai-se do torpor em que se ficou mergulhado durante o dia; conversa-se, passeia-se, toca-se violão, canta-se, dança-se batuques. Até uma hora da manhã, ou mesmo mais tarde, quem deseja dormir é perturbado por essas intermináveis conversações que se fazem na rua ou à soleira das portas, pelas palmas dos dançadores, e pelos sons do violão, ao qual se obriga a repetir, durante horas a fio, três ou quatro notas, eternamente as mesmas. Ao nascer do sol, todos estão de pé, e trabalham; mas quando o calor chega cai-se em torpor, deita-se, e cochila-se. (SAINT-HILAIRE, 1975a, p. 360)

⁷⁴ Quanto a diferenciações entre estes móveis, Canti esclarece que “em sua maioria, os preguiceiros tinham oito pernas e, menos frequentemente, seis ou quatro e não apresentavam resguardo para os pés. As camilhas eram, em geral, de quatro pés” (CANTI, 1980, p. 255).

⁷⁵ Conforme mencionado em capítulo anterior, o autor observou em seus relatos acerca da rotina das famílias: “ao meio-dia, geralmente, serve-se o almoço e, logo a seguir, o calor torna uma sesta agradável até cerca das quatro da tarde” (LUCCOCK, 1975, p. 312).

⁷⁶ Uma nota escrita pelo autor relata que “todos os habitantes de Coração de Jesus eram mulatos” acrescentando: “aí só vi um único branco” (SAINT-HILAIRE, 1975a, p. 360), evidenciando que o hábito da sesta não seria adotado somente pelos indivíduos ditos brancos, que geralmente se poupavam dos trabalhos “braçais”.

Figura 123 – Camilha (1,69 x 0,87 x 1,95m) em Jacarandá, Peroba-do-campo, palhinha e ferro. Segunda metade do século XVIII. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG.
Fonte: Inventário 690, Museu da Inconfidência (2014).

Entre os móveis listados nos Autos de Devassa constam “um preguiceiro” nos sequestros relativos ao Cônego Luís Vieira da Silva (AUTOS..., 1982, v. 6, p. 84), mais “um preguiceiro” entre os bens de Cláudio Manuel da Costa (AUTOS..., 1982, v. 6, p. 101), e “dois preguiceiros lisos cobertos de couro” de Inácio José de Alvarenga Peixoto (AUTOS..., 1982, v. 6, p. 170). Já o inventário do Vigário Carlos Correia de Toledo arrola a relevante quantia de “seis preguiceiros de madeira branca cobertos de couro cru” (AUTOS..., 1982, v. 6, p. 70). Hércia Dias (1939, p. 170) supõe que estes móveis poderiam ter sido utilizados “no dormitório dos escravos” pertencentes ao padre. A pequena quantidade de catres e leitos, que constam geralmente em número de um em cada um dos sequestros citados (com a exceção do caso de Cláudio Manuel da Costa a quem pertenciam 4 destes móveis), parece indicar que seria mais frequente a utilização de esteiras ou peças de couros enquanto móveis de repouso noturno destinados à escravaria. Mawe, entre os anos de 1809 e 1810, referindo-se à habitação de classe média da zona de mineração (sem contudo especificar se estas se tratavam de moradias rurais ou urbanas), observou este uso:

Os leitos são guarnecidos de grossas enxergas de algodão, cheias de palha seca ou de folhas. Raramente há mais de duas em uma casa, porque os criados dormem no chão, sobre esteiras ou couros secos. (MAWE, 1978, p. 240)

Tanto no que concerne ao conjunto dos chamados móveis de repouso quanto às outras tipologias de mobiliário antigo, os objetos e “testemunhos” remanescentes dos Setecentos e princípios dos Oitocentos relativos ao universo doméstico em Minas Gerais, possibilitam a composição de alguns quadros, que embora incompletos e ainda carentes de aprofundamentos, permitem apreender algumas importantes questões que interessam ao estudo do mobiliário e dos interiores residenciais brasileiros.

Percebe-se que o processo de povoamento efetivo da região mineira no século XVIII, e sua consolidação no XIX, foram coincidentes com um período de importantes mudanças concernentes à vida privada no contexto da América portuguesa. Os relatos de viajantes permitem observar a permanência de certos usos e costumes no âmbito da vida doméstica ainda em princípios do século XIX. Isso ocorre tanto no que diz respeito à sua materialidade, através da ainda escassa presença de equipamentos e da utilização de móveis característicos de “épocas anteriores” em muitos lares, quanto à manutenção de práticas sociais e dinâmicas de utilização dos espaços residenciais cristalizados em tempos anteriores. Em outra via, os inventários Setecentistas, embora precedentes aos referidos relatos, demonstram exemplos da adoção de novas visões e hábitos através da incorporação na América portuguesa, naquele período, de outras formas e tipologias de mobiliário que propiciaram não somente um maior conforto, mas também novos comportamentos e direcionamentos em relação à noção de intimidade e individualidade no âmbito da vida cotidiana. Como ressalta Brandão (2010, pp. 42-43), no século XVIII “a tipologia dos móveis ampliou-se quantitativamente, adaptados aos mais diversos usos, num processo de enriquecimento dos hábitos domésticos”, havendo naquele período tendência a uma grande diversificação das funções do mobiliário e certa afirmação das noções de privacidade e conforto. Os móveis de assento passariam a se adaptar melhor ao corpo através da adoção de novas formas e os estofamentos ganhariam importância.

O sentimento de conforto, como uma atitude consciente em relação ao corpo e à permissão para relaxar em ocasiões íntimas, como, aliás, a própria noção de intimidade, em detrimento da postura educada, parecem acentuar-se ao longo do Setecentos. (BRANDÃO, 2010, p. 43)

O ambiente urbano decorrente do peculiar processo de formação dos povoados mineiros também parece ter sido questão fundamental no que se refere às transformações ocorridas nos interiores das moradias naquele período, se consideradas as possibilidades de geração de hábitos de sociabilidade na dinâmica vida dos arraiais, vilas e cidades.

4 O mobiliário mineiro: recorrências e especificidades

Na América portuguesa, ao longo de todo o século XVIII, além de móveis importados diretamente da Metrópole também estiveram em uso peças fabricadas no território da Colônia que obedeciam fielmente aos moldes portugueses, das quais algumas conservavam características do móvel português Seiscentista e que foram aqui executadas até princípios do século XIX. No entanto, também foram produzidos neste período, sobretudo na segunda metade dos Setecentos, “móveis que seriam a interpretação brasileira dos estilos portugueses da época e que receberam a denominação de luso-brasileiros”, além daqueles considerados “tipicamente brasileiros, que apresentam, geralmente, características regionais [...], com elementos inteiramente diversos dos de outras regiões do Brasil e Portugal” (CANTI, 1980, p. 225). A este respeito, Cardoso Pinto classifica o mobiliário dos séculos XVII e XVIII existente no Brasil de acordo com os seguintes grupos:

- a) mobiliário trazido da Metrópole e que, portanto, é genuinamente português;
- b) mobiliário feito no Brasil por artistas vindos de Portugal ou já aqui nascidos, mas formados nas oficinas dos primeiros, segundo os modelos, ou pelos moldes tirados fielmente desses modelos, vindos da Metrópole; e isto é ainda mobiliário português;
- c) mobiliário em que, por falta de modelos, necessidade de variação, natureza das encomendas ou outras razões, se introduziram alterações nas formas e na decoração; e este é já mobiliário luso-brasileiro;
- d) mobiliário em que intervieram influências estranhas ou se introduziram modificações estruturais, umas e outras não verificadas em Portugal, inclusive as espécies que, embora no estilo português, não têm congêneres em Portugal; e este é já mobiliário brasileiro ou pelo menos luso-brasileiro;
- e) mobiliário de caráter semi-rústico, feito nas missões ou em locais afastados dos centros populacionais, por artífices improvisados ou de fraca aptidão, para suprir as necessidades de instalação, em que, por falta de modelos e da gramática ornamental de que dispõem os profissionais, houve que resolver empiricamente os problemas de construção e criar motivos decorativos, tirando-os diretamente da fauna e da flora; este é mobiliário lidimamente brasileiro. (PINTO, [19-] apud CANTI, 1980, p. 93)

Assim como o autor, Canti (1980) considera como móvel português tanto os exemplares executados em Portugal, quanto aqueles que, embora aqui fabricados, reproduziram as características do mobiliário lusitano com exatidão, sendo, com efeito, difícil a distinção entre estes dois primeiros grupos. Quanto às outras classificações propostas pelo autor, outros estudiosos, de modo geral,

também não ignoram a existência de um mobiliário que, seguindo as características gerais do móvel português, aqui as tenha aclimatado em maior ou menor grau (com modificações ou acréscimos de novas formas e ornatos), embora existam divergências entre os autores a respeito de denominações apropriadas, em especial para o grupo correspondente ao item “d”.⁷⁷ Com relação ao último grupo, no que concerne às peças “de caráter mais popular e com características próprias” aqui executadas, Bayeux observa sobre o período que transcorreu dos séculos XVI ao XX:

Na verdade, durante esse período foi produzido um mobiliário mais singelo e de feitura mais rústica, cujas determinantes eram acima de tudo a utilidade e as possibilidades de execução e não os preceitos estilísticos de época, e que, pode ser classificado como **mobiliário brasileiro**. (BAYEUX, 1997, p. 13, negrito da autora)

O mobiliário presente em Minas Gerais entre princípios dos Setecentos e as primeiras décadas dos Oitocentos se compunha por um conjunto de peças importadas ou tidas por portuguesas (originárias da Metrópole ou aqui fabricadas) e por móveis “luso-brasileiros” e “brasileiros” provenientes de outras regiões da América Portuguesa ou fabricadas em Minas Gerais.

Entre o conjunto de móveis antigos presentes em acervos de museus brasileiros e ilustrados na literatura especializada, percebe-se uma riqueza de filiações artísticas e, como assinala Tilde Canti (1980), certas características de cunho regionalista em determinadas peças tidas como de fabricação mineira.

Estudos vem sendo desenvolvidos no sentido de investigar as origens dos elementos formais e estilísticos observados nas obras artísticas e móveis mineiros. Com relação a esta questão, pesquisas que visam aprofundar os conhecimentos relativos ao estudo dos ofícios na América portuguesa também tem sido desenvolvidas. As investigações neste sentido têm se valido em grande medida do “Dicionário de artistas e artífices dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais”, organizado por Judith Martins (1974) e publicado pelo IPHAN a partir de levantamentos feitos por diversos pesquisadores. Partindo de tais bases, Cybele Fernandes (2007) procura, em seu estudo, não apenas reunir dados sobre a procedência e a formação dos profissionais, mas investigar as regiões de

⁷⁷ É de se imaginar que a classificação enquanto mobiliário “luso-brasileiro” ou “brasileiro”, para os móveis enquadrados em tal grupo, dependeria do seu grau de aproximação ou afastamento com relação às características consideradas “originalmente” portuguesas.

Portugal que exerceram maior influência na produção dos artistas e artífices mineiros e

estabelecer relação comparativa entre a formação e produção dos artistas e artífices de origem portuguesa e brasileira, a fim de compreender melhor as questões de produção e as tendências estilísticas que permeiam o acervo dessa região (FERNANDES, 2007, p. 112).

A existência de uma relação entre a origem dos profissionais portugueses e as características formais observadas em suas produções artísticas em Minas Gerais também é considerada por Myriam de Oliveira (2007, p. 429) que, ao analisar retábulos presentes em edifícios religiosos, identifica uma clara diferenciação estilística entre as peças produzidas por entalhadores de origem bracarense e aqueles lisboetas. Em seu entendimento, existiria uma constante predominância de aspectos ornamentais nas obras dos primeiros, enquanto que naquelas produzidas pelos segundos prevaleceriam os aspectos escultóricos, com ênfase na representação das figuras humanas.

Com o objetivo de fornecer subsídios à investigação da existência de características regionais nas peças de mobiliário que, entre aquelas presentes em Minas Gerais nos séculos XVIII e início do XIX, são tidas como de origem mineira, considera-se oportuno associar contribuições de diferentes autores, com o intuito de melhor compreender as condições de sua produção e os agentes e fatores determinantes que atuaram no seu feitio. Para tal, faz-se necessário aprofundar os conhecimentos acerca da mão-de-obra envolvida em sua fabricação e sobre como se organizavam os ofícios na região mineira naquele período.

4.1 As condições de produção do mobiliário mineiro no século XVIII e início do XIX

A princípios do século XVIII, com o advento da mineração, diversos oficiais e artesãos paulistas se transferiram das vilas vicentinas para a região das Minas em busca de novas oportunidades de trabalho e uma maior proximidade com novos clientes. Entre estes se encontravam ferreiros, alfaiates, sapateiros, oleiros, padeiros, marceneiros, cantoneiros e outros (ZEMELLA, 1990, p. 59). Mas, junto às sucessivas levas de paulistas, também baianos partiram para povoar Minas e “esse novo ciclo econômico, surgido justamente no início da decadência da agroindústria açucareira, veio a ter importantes repercussões na prática de ofícios manufatureiros” (CUNHA, 2000, p. 35).

Embora de início tenham se estabelecido nas zonas mineradoras uma grande quantidade de “paulistas” e indivíduos “brancos e mestiços, reinóis e nortistas” vindos da Bahia, a corrente de maior vulto que se dirigiu às Minas Gerais se constituiu de emigrados de Portugal e de outras regiões europeias nas quais predominavam cristãos novos ou judeus vindos da Holanda. Mas, assim como aqueles primeiros grupos, nem todos se dedicavam ao trabalho da mineração; havia, além dos mercadores fixos ou ambulantes, uma grande quantidade de artífices, além de pedreiros, carpinteiros, entalhadores e ourives, entre outros que se estabeleceram nos novos povoados (LIMA JÚNIOR, 1978, p. 75). Na primeira metade do século XVIII, cerca de 800.000 pessoas partiram de Portugal para as Minas; quase a metade da população do reino. Estes, de caráter menos inquieto, assim como o dos demais brasileiros chegados mais tarde a Minas Gerais, promoveram o posterior desenvolvimento da região (VASCONCELLOS, 2011, pp. 16-20).

A peculiar conformação dos povoados em Minas e a distância dos mesmos em relação ao litoral promovia uma situação de dependência dos mineradores em relação à presença de artífices, artesãos e comerciantes instalados na região, de forma que os preços cobrados por tais profissionais frequentemente se tornavam sobrevalorizados.

O isolamento em relação ao litoral povoado e o exclusivismo das atividades humanas proporcionam também a valorização do trabalho livre, sendo de tal modo caro o concernente às construções que causa espécie ao autor do *Diário da Jornada que fez o Exmo. Sr. D. Pedro desde o Rio de Janeiro até a cidade de S. Paulo e desta até a Minas* –

ano de 1717. Referindo-se à casa mandada construir para receber o Governador, em Vila Rica, espanta-se “que a muito valor em Lisboa poderiam custar seis para sete mil cruzados” ao passo que, a Henrique Lopes, seu proprietário, “estiveram em quarenta e cinco”. (VASCONCELLOS, 2011, p. 56, itálico do autor)

Num aprofundado estudo sobre a estrutura populacional segundo ofícios e atividades produtivas no início do século XIX em Vila Rica, Costa e Luna (1982, pp. 65-77) elucidam que 53,61% da população se dedicava a atividades do setor secundário – na condição de armeiros, funileiros, carpinteiros, fundidores, ferradores (sendo essas atividades exclusivamente masculinas), costureiras, doceiras, fiandeiras, rendeiras, tecedeiras (profissões de predominância feminina), entre outras. Esta porcentagem nos permite vislumbrar a grande parcela da população constituída por artífices, mesmo após a virada do século.

Ao analisar uma crônica elaborada em 1790 pelo capitão Joaquim José da Silva sobre a situação das artes em Minas Gerais, com ênfase na arquitetura e na escultura, Myriam de Oliveira (2007) reitera uma significativa presença de profissionais portugueses na região mineira. A autora afirma que, entre vários nomes de arquitetos e artistas mencionados no documento do Vereador de Mariana, é provável que Antônio Francisco Lisboa seja o único efetivamente nascido no Brasil. Os demais seriam, em sua maioria, de origem portuguesa. Os construtores e mestres-de-obras são procedentes, ao menos aqueles cuja origem se pode estabelecer, sobretudo do arcebispado de Braga, de Lisboa e do Porto, já no que se refere aos entalhadores e escultores, “todos são bracarenses ou lisboetas entre as procedências conhecidas” (OLIVEIRA, 2007, p. 423).

Segundo André Dangelo (2006, pp. 272-289), a maioria dos artífices e mestres-de-ofícios portugueses que trabalharam em Minas Gerais no século XVIII era oriunda do Norte de Portugal. Isto se deve, em parte, às dificuldades enfrentadas nos quadros social e econômico desde o início dos Setecentos naquela região. O autor acrescenta ainda que um dos fatores que propiciavam a emigração portuguesa se encontrava em meio às “regras de divisão dos bens de raiz da família pobre, a terra e a propriedade rural, quando existentes, só seriam dadas a um descendente [...], que mais conveniente fosse aos pais” (DANGELO, 2006, pp. 274-275). Deste modo, um grande número de indivíduos destituídos da herança da terra buscava outras possibilidades de atividades, “como o artesanato, o comércio, o aprendizado nos ofícios mecânicos ou, mais

raramente, para os mais bem dotados, a vida eclesiástica ou burocrática” (DANGELO, 2006, p. 275). A formação tradicional dos jovens aprendizes se dava em oficinas nas quais estes eram treinados e frequentemente, mediante contrato, recebiam alojamento, vestuário e alimentação.

Terminado o tempo de aprendizado, ainda exigia-se do aprendiz, segundo os estatutos dos ofícios em Portugal, que o mesmo permanecesse na oficina do mestre como oficial durante seis anos, para enfim poder ser examinado por dois juízes do ofício que verificavam a sua competência, o que possibilitaria enfim abrir sua própria oficina e trabalhar para si mesmo. Esses longos anos como oficial vinculado à oficina do mestre têm sido apontados como um dos motivos da migração dos jovens oficiais para o Brasil, onde as regras e as oficinas, principalmente na nova região das Minas, carente destes profissionais, tinham normas menos rígidas quanto ao tempo de aprendizado e aos vínculos com o mestre, possibilitando, assim, maior rapidez para obtenção da Carta de Ofício. (DANGELO, 2006, p. 277)

Na Capitania de Minas Gerais no século XVIII, observa Jeaneth de Araújo (2005, p. 206), o ensino das artes e ofícios se dava no próprio canteiro de obras, local comum da atuação em parceria de artistas e artífices que, muitas vezes, levava à constituição de vínculos de parentesco.

A pouca idade com a qual os artistas imigravam para Minas Gerais – a maioria entre os seus 20 e 25 anos – explicaria, em parte, segundo Dangelo (2006, p. 277), a dificuldade de se encontrar evidências de suas obras em Portugal. Até o ano de 1720, os emigrados portugueses e europeus eram quase exclusivamente homens solteiros. Estes se uniam a escravas africanas ou mulatas, promovendo um significativo aumento da população de pardos na região mineira. Mas ainda que estes filhos de europeus com africanas nascessem “europeus” na língua, nos costumes, na religião e mentalidade, reconhece-se em suas obras como artesãos, “mesmo no anonimato em que quase todas jazem”, os “traços negróides” nas figuras dos santos pintados nos painéis, ainda que as características gerais de tais obras possam ser consideradas absolutamente europeias (LIMA JÚNIOR, 1978, pp. 75-76).

A partir dos levantamentos do referido “Dicionário” de Judith Martins, Cybele Fernandes (2007, p. 113) nota tanto a existência de algumas oficinas de famílias, como aquela de “João G. Rosa, Manuel Antônio G. Rosa e Manuel José da Rosa, carpinteiros, ativos em Congonhas do Campo”, como a tradição da continuidade do trabalho de um mestre pelos seus escravos. Em sua análise, a transferência de portugueses para a região das Minas, onde puderam contribuir

com seu trabalho, repercute também, mesmo que de forma incipiente, na formação de artesãos e artistas locais.

No que concerne à regulamentação do trabalho dos oficiais na região mineira, o exame dos primeiros 130 livros do “Arquivo Colonial de Ouro Preto” empreendido por Salomão de Vasconcelos, com datas de 1711 a 1830, permite demarcar três tipos de processos de exercício dos ofícios mecânicos em Vila Rica:

o do trabalho livre, no começo da vida municipal, até mais ou menos 1725; o das licenças com fiador, por tempo que variava entre seis meses a um ano; e o das licenças mediante exame prévio dos candidatos e expedição das respectivas cartas de habilitação, estas, porém, em pequeno número [...]. (VASCONCELOS, 1940, p. 331)

O autor afirma que, embora fossem frequentes os editais convidando os profissionais a se submeterem aos exames, as licenças com fiador eram mais utilizadas, sendo que os exames eram mais frequentados por sapateiros, alfaiates e ferreiros. Situação semelhante ocorreria em outras regiões da América portuguesa nos Setecentos, pois, conforme elucida Maria Helena Flexor, em Salvador, entre os profissionais “naturais da terra” ou portugueses que haviam ali iniciado sua atividade mecânica, poucos teriam se submetido aos exames. “Grande parte dos marceneiros pedia simplesmente sua licença, pagando fiança para ter tenda aberta ou loja para vender móveis ou trastes usados” (FLEXOR, 2009, p. 52).

Meneses (2003, p. 254) menciona a questão do “trabalho livre” em Vila Rica até o ano de 1725 como uma interpretação de Vasconcelos, considerando a probabilidade de que o exercício “mais livre de regimentações internas ao próprio grupo de atividades congêneres, sem formalizações escritas, tenha sido uma rotineira forma de inserção na economia artesanal”, ressaltando porém que “o trabalho mecânico, mesmo assim, não pôde ser taxado de livre das exigências restritivas típicas da regulamentação corporativa do mundo reinol”, e neste sentido, as Câmaras teriam atuado na busca de uma ordem interna dos trabalhos.⁷⁸

⁷⁸ Jeaneth de Araújo (2005, p. 204) também ressalta a necessidade de aprofundamentos sobre textos como o de Vasconcelos, que, embora fundamentais para a abordagem das artes e ofícios nas Minas, devem ser tomados como trabalhos datados, “produto da mentalidade da época em que foram escritos”, e ainda passíveis de revisões, destacando que embora o autor intencione mencionar apenas os oficiais ativos na construção e ornamentação de templos, os nomes de muitos profissionais que deveriam constar no recorte proposto são faltosos em tais estudos.

Naquele contexto da Minas setecentista, o acúmulo de tarefas por parte dos profissionais e sua especialização em mais de uma atividade era bastante comum. Embora os regimentos portugueses dos ofícios mecânicos procurassem determinar que cada profissional se ativesse somente à sua área de atuação, “no que dizia respeito aos limites e atribuições de cada ofício, tanto em Portugal quanto na Capitania de Minas Gerais, não existiu uma rígida observância desses limites” (ARAÚJO, 2005, p. 205). Novamente, este não parece ter sido um traço exclusivo da região mineira, já que também na Bahia, segundo Flexor (1978, p. 41), “a divisão das obras entre os marceneiros, carpinteiros, torneiros e entalhadores sempre foi muito mais teórica que realmente prática”, tendo sempre havido intromissões de uns nas tarefas dos outros. Em Minas, a variedade de funções nas quais os profissionais se empregavam é exemplificada também pelos registros ligados a oficiais renomados, como Manuel Francisco Lisboa que, em 1724, obteve licença da Câmara para exercer o ofício de carpinteiro em Vila Rica e algum tempo depois já não era mencionado nos registros dentre os carpinteiros contribuintes, “provavelmente por já ter passado a desempenhar ofícios ‘liberais’ como o de arquiteto e escultor” (CUNHA, 2000, p. 37).

Os profissionais eram divididos de acordo com o material que utilizavam – fosse metal, pedra ou madeira –, e de acordo com cada material se subdividiam em categorias: serralheiros, ferreiros ou ourives, para aqueles que atuavam com o metal; canteiros ou pedreiros, para os trabalhos em pedra; carpinteiros, carapinas, marceneiros ou entalhadores, para os que trabalhavam a madeira (BRANDÃO, 2009, p. 52). Em seu estudo acerca do mobiliário baiano, Maria Helena Flexor lembra que

Vários oficiais mecânicos interferiam na confecção dos móveis, como os marceneiros ou carpinteiros de obras brancas e pretas, torneiros, entalhadores, carpinteiros de móveis e samblagem, correeiros lavradores de couro, picadores de sola ou couro, ferreiros ou serralheiros. A confecção de cadeiras, por exemplo, podia reunir marceneiros e correeiros. O marceneiro podia acumular a função de torneiro, mas não a de entalhador. O profissional dessa especialidade intervinha no móvel separadamente. (FLEXOR, 2009, p. 39)

Com relação às “obras brancas” ou “pretas”, as primeiras se referiam à “carpintaria de edifícios”, enquanto que as segundas, à confecção de móveis (FLEXOR, 1978, p. 40).

Para melhor compreender a definição geral dos ofícios relacionados à madeira, convém recorrer ao “Vocabulário português e latino” de Raphael

Bluteau, organizado entre os anos de 1712 e 1728. No escrito, carpinteiro é definido como aquele que executa obras lisas de madeira (BLUTEAU, 1728, v.2, p. 158); ensamblador ou samblador, como o oficial “que obra, & junta madeyra liza, & a corta a meya esquadria” (BLUTEAU, 1728, v.7, p. 464); entalhador é o “official de obra de talha com flores de madeira, & folhagens, com cabeças de Anjos [...], brutescos, & outras figuras de meyo relevo [...]” (BLUTEAU, 1728, v.3, p. 138); escultor o que executa figuras de madeira ou de pedra (BLUTEAU, 1728, v.3, p. 234); e, por fim, marceneiro se refere ao profissional “que lavra madeira com mais primor que [o] Carpinteiro” (BLUTEAU, 1728, v. 5, p. 324).

No entanto, o próprio conjunto de tarefas requeridas para o exame de qualificação dos oficiais demonstra o quanto os trabalhos artesanais possuíam fronteiras pouco delimitadas e dialogavam entre si. Segundo Brandão (2013), nos exames para pedreiro e carpinteiro, por exemplo, entre as habilidades exigidas para cada um, duas se correspondiam, pois ambos teriam que fazer uma escada e uma porta, embora trabalhassem com materiais diferentes. Essa similaridade de atividades também ocorria para o exame de ensambladores e entalhadores. Os primeiros “fariam um painel, com sua moldura, decorado com colunas dóricas, e, sobre as colunas, deveriam fazer um friso, com seus tríglifos, sua arquitrave e frontispício com proporções adequadas”, enquanto que os segundos teriam que “realizar um friso com ornamentos romanos, muito bem ordenados” com a escultura de um serafim ao centro e mais um capitel coríntio (BRANDÃO, 2013, p. 398). A autora afirma que são raros documentos com registros de escultores e pintores, no conjunto da documentação levantada para o “Dicionário” de Judith Martins, por estes não se submeterem ao mesmo tipo de “controle” a que estavam sujeitos os demais ofícios mecânicos.

A aprendizagem dos ofícios de escultor e pintor, os mais característicos do artesanato na economia mineira, não obedeciam aos regulamentos que se tentou impor aos ofícios mecânicos de Vila Rica (pedreiros, carpinteiros, ferreiros, alfaiates, ourives) e que tiveram vigência nos principais centros urbanos da Colônia. Não havia contratos escritos, número mínimo de aprendizes por mestre, nem outras restrições, estando as relações entre mestres e aprendizes muito mais livres, ou então, muito mais presas a outras relações. (CUNHA, 2000, p. 37)

Brandão considera ainda que as Belas Artes e as artes mecânicas também se entrelaçavam, uma vez que os profissionais atuavam de acordo com as demandas apresentadas. Pedreiros, carpinteiros, ferreiros, entalhadores e pintores se ocupavam igualmente tanto nas encomendas para a construção de

obras públicas, como chafarizes, pontes e edifícios diversos, como naquelas vinculadas à Igreja, na ereção e decoração de templos (CUNHA, 2000, p. 37).

A sobreposição de funções se expressava inclusive nas indicações dos serviços a serem realizados. “Tal diversidade os levava, muitas vezes, de grandes empreitadas a pequenos e delicados serviços de marcenaria, [...] das madeiras lisas às torneadas e entalhadas, das pontes aos anjos e castiçais” (BRANDÃO, 2013, p. 412). Os registros de atividades de um mesmo profissional em diferentes funções, indistintamente, indicam ser este um traço característico da época, quando os exercícios nos mais diversos serviços acabavam por contribuir para a destreza e capacitação dos oficiais para distintas funções em áreas afins (FERNANDES, 2007, p. 112). Para Angela Brandão (2009, p. 63), no âmbito da produção artesanal no contexto mineiro do século XVIII, é possível entrever uma “complementaridade entre a grande ideia de totalidade artística, de diálogo entre distintas manifestações e as circunstâncias em que se exerceram os trabalhos artesanais”.

Na documentação constante no “Dicionário” de Judith Martins, que contempla cópias de originais de arquivos públicos de várias cidades mineiras e permite traçar um panorama da atuação de profissionais entre as décadas de 1720 a 1820, encontram-se termos usados à época para dar nome às funções que podem parecer ambíguos. A análise dos verbetes desta obra, realizada por Angela Brandão (2013, pp. 403-405) destaca a referência a “375 carpinteiros, 65 entalhadores, mas a apenas 32 marceneiros” observando ainda “que grande maioria destes era nascida em Portugal e não havia passado por exame de ofício nas Câmaras de Minas Gerais”. Ainda segundo a autora, é possível inferir “um sistema de equivalência em termos de atuação” a partir da observância do predomínio do ofício de carpinteiro. Além disto, em documentação associada a artífices da carpintaria se encontram registros de serviços de marcenaria.

Por exemplo, Pedro Machado Toledo, considerado carpinteiro, tem como único documento em seu nome um recibo pelo “feito de 50 castiçais torneados”, em 1794 [...]. Como esse, inúmeros exemplos remetem artífices da carpintaria a serviços de marcenaria, em lugar de construções maiores, de pontes e de outras grandes estruturas de madeira. (BRANDÃO, 2009, pp. 55-56)

Em mesma linha, ela cita o caso de Antônio José da Fonseca, mencionado como carpinteiro mas que executou, em 1760, balaústres para a Sé de Mariana e duas cadeiras de braços para a Casa de Fundação e Intendência dez anos mais tarde.

Também se adverte uma imbricação entre os campos de atuação de entalhadores e marceneiros, assim como a ocorrência de conflitos decorrentes dela. Nos autos de execução do “Litígio entre marceneiros e entalhadores no Rio de Janeiro (1759 – 1761) no Senado da Câmara do Rio de Janeiro”, o entalhador Francisco Felix da Cruz foi acusado de atuar como marceneiro sem ter se submetido aos devidos exame e licença. A acusação se baseava numa regulamentação de Portugal, datada de 1748, que proibia a prática de distintos ofícios pelos profissionais. Entretanto, segundo outra regulamentação de 1741, “no caso particular do *pintor* e do *escultor* (e aí se inclui o *entalhador*) esses profissionais, por serem considerados liberais, não eram obrigados a tirarem as ditas licenças” (FERNANDES, 2007, p. 114, *itálico da autora*). Sobre a imbricação dos campos de atuação dos diferentes ofícios, é interessante destacar o depoimento de Manuel de Araújo por ocasião do Litígio, citado por Cybele Fernandes:

Segundo esclareceu, por depoimento, Manuel de Araújo, *entalhador* português, anteriormente ativo em Lisboa e então com loja no Rio de Janeiro, essa obrigação era comum em Lisboa, mas com o fim exclusivo do acesso do *entalhador* à bandeira da irmandade dos *marceneiros*. A favor do *entalhador*, Manuel de Araújo esclareceu ainda que, no Brasil, inversamente, conhecia vários *marceneiros* que trabalhavam também como *entalhadores*. Observa-se ainda, nesse episódio, que sendo chamados a depor quinze profissionais, entre portugueses e brasileiros, os depoentes não deixaram dúvida sobre a posição elevada do ofício do *entalhador* perante os demais que trabalhavam com a madeira. À oficina do *entalhador* comumente recorriam *merceneiros* [sic], *pedreiros*, *ourives*, outros oficiais que precisassem de um risco ou modelo para suas obras, com a certeza de que seriam realizadas com correta base técnica e gosto decorativo. (FERNANDES, 2007, p. 114, *itálico da autora*)

A partir de 1755, entretanto, com as consequências do terremoto havido em Lisboa, a grande demanda por oficiais para a reconstrução da cidade proporcionou algumas modificações na regulamentação das profissões. Em 1767, o novo “Regimento do Offício de Carpinteiros de Móveis e Sembrage” promoveu a reunião dos ofícios de carpinteiros e marceneiros (carpinteiros de móveis) em uma única profissão, colocando fim aos frequentes embates e respondendo à diversidade dos trabalhos então executados pelos oficiais que trabalhavam a madeira (BRANDÃO, 2013, pp. 410-411). E já na primeira metade do século XIX, no contexto da América portuguesa, aumenta significativamente o número de carpinteiros de móveis e samblagem, de entalhadores e de

marceneiros, sobretudo entre os artífices brasileiros, resultando, conseqüentemente, na diminuição do número de mestres portugueses.

Nesse século aparecem também alguns marceneiros de outras nacionalidades, alemães, franceses e ingleses, estes mais comerciantes de móveis que propriamente artífices. Alguns escravos e outros forros também aparecem como marceneiros ou carpinteiros de móveis. [...] Nas cidades os mestres estrangeiros e brasileiros tomam escravos como ajudantes que, aprendendo o ofício e tornando-se hábeis marceneiros, tornam-se rivais de seus mestres [...]. (CANTI, 1989, p.181)

Mesmo antes deste período, ainda ao final dos Setecentos, a prática do ensino do ofício da carpintaria aos escravos se evidenciaria nos Autos de Devassa da Inconfidência Mineira (1982, v.6). A exemplo disto, no inventário de bens do Coronel José Aires Gomes realizado no ano de 1791, entre seus escravos foram registrados

[...] um mulato chamado Miguel, que tem alguma luz do ofício de carpinteiro, de idade de cinqüenta e cinco anos, pouco mais ou menos — um crioulo chamado Antônio, também com princípio de carpinteiro, de idade de quarenta e cinco anos, pouco mais ou menos — um mulato chamado Tomás, também com princípio do ofício de carpinteiro, de idade de trinta anos, pouco mais ou menos [...]. (AUTOS..., 1982, v. 6, p. 410)

Outros destes exemplos também se veem entre os sequestros de bens de Inácio José de Alvarenga Peixoto, nos quais constam os cativos “Francisco Cabundá”⁷⁹, listado como “oficial de carpinteiro”, “Jacinto de Nação Rebolo, Oficial de carpinteiro, de idade de sessenta anos, pouco mais ou menos” (AUTOS..., 1982, v. 6, p. 172), “Domingos Banguela de quarenta anos, oficial de carpinteiro, Luiz Banguela, de sessenta anos, oficial de carpinteiro” (AUTOS..., 1982, v. 6, p. 177).

Percebe-se, portanto, que no período de pouco mais de uma centúria estiveram ativos em Minas Gerais profissionais procedentes tanto de outras regiões da América portuguesa quanto aqueles emigrados da Europa. Entre estes se destacaram indivíduos vindos de São Paulo, da Bahia e de Portugal. Estes últimos, em sua maioria jovens, contribuíram para a miscigenação e para a formação de artesãos e artistas locais, que incluíam escravos. O ambiente resultante do processo de ocupação e povoamento na região mineira proporcionou uma dependência dos indivíduos ali residentes em relação à

⁷⁹ “Por cabundá se designavam os escravos fujões, dados à prática [sic] de furtos” (AUTOS..., 1982, v. 6, p. 175)

presença de artífices, artesãos e comerciantes, acarretando formas de aprendizado, execução e organização do trabalho que se adequassem a tal demanda. Deste modo, é oportuno procurar investigar possíveis rebatimentos de tais circunstâncias de trabalho na produção de mobiliário na região de Minas Gerais.

4.2 Considerações acerca da identificação de “regionalismos”

Em Minas Gerais, por diferentes motivos, desenvolveu-se um ambiente de produção artística peculiar, distinto daquele conformado em Portugal. Na interpretação de Dangelo (2014, p. 10), uma das principais diferenças entre tais “culturas artísticas” foi sobretudo o “espírito inquieto” da vida mineira, que impulsionou seus artistas em direção à experimentação. Já Bazin (1963, p. 77) sublinhava como a inventividade no trabalho artístico mineiro contribuiu para o rompimento com determinados modelos até então correntes no ambiente da Colônia: “é em Minas que começa a produzir-se a ruptura com esse espírito medieval, que tinha até então subsistido na colônia e que os monges alimentavam”. Em seu entendimento, seria a região mineira, pela primeira vez, o palco de “puras especulações estéticas geradoras de formas criadas ‘para a arte’”.

Outro fator tido como relevante para a liberdade na produção artística é a ausência de ordens religiosas regulares – as ordens primeiras –, em Minas Gerais, determinada pela administração real através do edito de 1711, renovado em 1715 e em 1721, que proibiu estritamente a fundação de qualquer convento e a presença de qualquer religioso regular naquela região em vista de um controle mais efetivo da coroa sobre as atividades mineradoras (BAZIN, 1963, p. 75). À inquietude e à independência em relação aos programas artísticos das ordens religiosas regulares cabe acrescentar a assimilação de outros modos e motivos que favoreceram a constituição da peculiaridade do ambiente artístico mineiro.

Com relação à produção de móveis, objetos que, assim como destaca Marise Malta (2013, p. 5), encontram-se na confluência entre o “artístico” e o “utilitário”, são recorrentes na historiografia do mobiliário no contexto luso-brasileiro nos séculos XVIII e XIX as menções às suas características híbridas. A presença deste hibridismo se refere tanto à sobreposição de elementos de períodos históricos distintos, quanto à associação de modelos e matrizes provenientes de diferentes regiões. Robert Smith (1968, p. 285) considera este um traço característico do mobiliário português no século XVIII. Em seu entendimento, embora tenha perdido muito de sua originalidade naquele período com a assimilação de “modismos” advindos de Paris e Londres, o móvel

português não se ateve à simples imitação de motivos estrangeiros, mas os combinou entre si, muitas vezes sem compromissos cronológicos. Do mesmo modo, no mobiliário em uso na América portuguesa nos Setecentos e princípio dos Oitocentos, além da persistência de peças características dos Seiscentos e da mescla de elementos de diferentes épocas, ocorre ainda a combinação das características da produção artística e moveleira da Inglaterra, França, Holanda e do Oriente. Notadamente, são essas as mesmas regiões citadas por Zemella (1990, p. 79) como originárias dos produtos importados presentes no comércio que alcançava a região de Minas Gerais.

Bayeux (1997, p. 47) ressalta a relevância do comércio marítimo português para o contato com as criações artísticas da França e em especial da Inglaterra, que repercute na suntuária lusitana no início do século XVIII. Com relação à Holanda, Robert Smith (1968, p. 286) afirma que muitas das técnicas e motivos incorporados ao mobiliário português da segunda metade do século XVII se deveriam à influência daquela região que teria possivelmente exportado móveis finos para Portugal, juntamente com azulejos azuis e brancos. Rodrigues também destaca a importância da circulação de modelos orientais:

As preciosidades da China e das Índias, os tecidos e os móveis orientais afluem a Portugal. O intercâmbio de artífices entre a metrópole e as colônias orientais estimula o interesse geral pela manufatura de origem exótica. (RODRIGUES, 1968, p. 54).

Para o autor, as características inglesas no mobiliário português ao início dos Setecentos se deveriam “à tradicional amizade política entre as duas nações, desde a aliança Lancaster, ou ao simples intercâmbio comercial” e perdurariam por todo o século (RODRIGUES, 1968, p. 54). Diferentes autores⁸⁰ desenvolveram estudos que buscam identificar dentro da produção moveleira no contexto luso-brasileiro, além das características tipicamente portuguesas, o uso de técnicas e os elementos formais, estruturais e decorativos advindos de regiões estrangeiras específicas. Tratam-se de estudos cuja minúcia excede o âmbito do presente trabalho, mas aos quais se recorre apenas na medida em que sejam necessários ao aprofundamento do estudo dos móveis tidos como mais característicos da região mineira.

⁸⁰ Entre os quais se destacam Bayeux (1997), Canti (1980) e Rodrigues (1968).

Com relação a Minas Gerais e arredores (regiões de Goiás e São Paulo), alguns estudiosos identificam certos tipos de móveis que ali se tornaram de uso exclusivo ou mais corrente que em outras regiões da América portuguesa e em alguns destes casos percebem-se características que configuram “regionalismos”. A exemplo disto, Tilde Canti (1980, p. 97) ao se referir à canastra – pequena caixa de couro utilizada tanto para viagens pelo sertão quanto nas moradias –, como uma peça provavelmente regional, explica que este tipo de móvel não seria comum em Portugal, sendo supostamente utilizado apenas “na região dos bandeirantes (Minas Gerais e São Paulo)”. Já José Wasth Rodrigues, em seu artigo intitulado “Móveis antigos de Minas Gerais”, identificava a existência de certos tipos de móveis “constantes e característicos” na região mineira, “acentuadamente regionais, se assim podemos dizer” (RODRIGUES, 1943, p. 89).

Entre algumas peças de mobiliário tidas como “regionais” se destacam características oriundas da produção moveleira do Norte de Portugal, em particular a partir de meados do século XVIII. Nos leitos mineiros fabricados neste período, Tilde Canti (1980, pp. 129-136) identifica elementos comuns àqueles portugueses do século anterior e que, portanto, serão nomeados “móveis tardios”. Mas além destes, adverte,

há também os que apresentam as balaustradas e colunas que sustentam o dossel recortadas na grossura da madeira, sem torneados, de mais fácil execução pelos que não possuíam o torno, e que classificamos como móveis rústicos. (CANTI, 1980, p. 129)

A autora associa a permanência até meados do século XVIII no Norte de Portugal da conformação dos leitos Seiscentistas, de colunas e balaustradas torneadas e frontão de barra entalhada, à origem dos “leitos e catres tardios executados no interior do Brasil, sobretudo em Minas Gerais”. Isto se daria “devido ao grande número de mestres marceneiros e outros oficiais do Norte de Portugal [...] que se localizaram naquela região.” Tais leitos mineiros, atualmente denominados “camas de galeria” (galeria de torneados), poderiam também apresentar bilros e continuaram em uso até princípios do século XIX. “São peças inteiramente desmontáveis e, em sua grande maioria, regionais, pois apresentam elementos decorativos não encontrados nos móveis portugueses” (CANTI, 1980, p. 130).

Entre os exemplares remanescentes, um leito pertencente ao acervo do Museu do Ouro, na cidade de Sabará, é tido como uma peça “regional” mineira do século XVIII (figuras 124a e 124b). A título de comparação, as Figuras de número 125 e 126 apresentam leitos com elementos torneados, bilros e barras vazadas, que se encontram respectivamente no Palácio Nacional da Pena e no Museu dos Biscainhos, ambos localizados em Portugal. Segundo Nascimento (1950, p. 43), alguns dos leitos portugueses de torneados alternados com travessões, fabricados nos Seiscentos, podem apresentar em sua talha “influência recebida dos leitos indianos ou indo-portugueses”. Rodrigues também admite a absorção de elementos orientais neste tipo de móvel:

Camas de torneados e de bilros do século XVII, posto que na origem pertençam também a um estilo oriental que se tornou peninsular – pois, nessa época, não se diferenciam das similares espanholas – tomam com o tempo um caráter regional alcançando grande efeito e elevado grau de bom gosto em suas fantasias. (RODRIGUES, 1968, p. 40)

A exemplo disto, a figura 125 mostra um móvel datado do século XVII, mas que poderia ser de fabricação indiana ou portuguesa.

Em Minas Gerais também estiveram em uso peças que, apresentando torneados ou bilros, possuem aspecto mais simplificado, com barras recortadas lisas ou de entalhe menos profundo (figuras 127 a 130b). Entre estas, alguns exemplares que figuram nos acervos do Museu da Inconfidência em Ouro Preto e no Museu Regional de São João del-Rei (figuras 129, 130a e 130b) correspondem a um dos tipos de “camas mineiras” descritas por Rodrigues (1943, pp. 89-90) como de frontão ornamentado em “desenho primário, folhagem rudimentar, ornatos geométricos, linhas curvas terminando em espiral”, comumente apresentando cruz sobreposta ou entalhada. Segundo o autor, esses tipos de camas teriam sido executadas “por mãos bisonhas”, fugindo ao estilo erudito. No entanto, uma observação de Canti, a respeito da presença de peças “tardias” e “regionais” tanto na América portuguesa quanto na Metrópole, aponta uma interpretação mais apropriada para estes casos:

No séc. [sic] XVIII, em algumas aldeias portuguesas, sobretudo no Norte de Portugal e, no Brasil, em São Paulo, Minas Gerais e Goiás, são executados móveis de características seiscentistas, rústicos ou semi-rústicos, isto é, de fatura rústica, com linhas de móveis eruditos. (CANTI, 1980, p. 206)

Entre os desenhos apresentados por Rodrigues (1943, p. 92) se identifica um exemplar semelhante ao das figuras 130a e 130b, porém acrescido de bilros

e encimado por uma cruz (figura 131). Já da transição para o século XIX, encontra-se também no Museu da Inconfidência uma peça que Canti (1980, p. 130) acredita ter sido um tipo comum de catre utilizado nas cidade mineiras ao final do século XVIII (figura 132).

Figuras 124a e 124b – Leito (2,40 x 1,64 x 2,27m) em Jacarandá e ferro. Último quartel do século XVIII. Procedente de Catas Altas, MG. Museu do Ouro, Sabará, MG.
Fonte: foto da autora (2015).

Figura 125 – Leito (2,04 x 1,72 x 2,01m) em Pau-Santo, Vinhático e metal. Século XVII. Originário de Portugal ou Goa. Palácio Nacional da Pena, Sintra, Portugal.

Fonte: Governo de Portugal (2016a)

Figura 126 – Leito (2,00 x 1,63 x 2,04m) em Pau-santo e metal. Museu dos Biscainhos, Braga, Portugal.

Fonte: Governo de Portugal (2016b)

Figura 127 – Leito (1,37 x 1,09 x 1,94m) em Jacarandá. Século XVIII. Procedente de Mariana, MG. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG. Fonte: Inventário 1791, Museu da Inconfidência (2013).

Figura 128 – Leito (1,205 x 1,30 x 1,805m) em Jacarandá. Primeira metade do Século XVIII. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG. Fonte: Inventário 1797, Museu da Inconfidência (2015).

Figura 129 – Leito (1,305 x 1,19 x 1,94m) em Jacarandá. Século XVIII. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG. Fonte: Inventário 1792, Museu da Inconfidência (2013).

Figuras 130a e 130b – Leito (1,14 x 1,32 x 2,06m) em Jacarandá. Provavelmente do século XIX. Museu Regional de São João del-Rei, MG. Fonte: foto da autora (2015).

Figura 131 – Ilustrações de José Wasth Rodrigues de exemplares de “camas de Minas”.
Fonte: Rodrigues (1943, p. 92).

Figura 132 – Leito (1,45 x 1,15 x 1,95m). Transição entre os séculos XVIII e XIX. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG. Fonte: Inventário 1801, Museu da Inconfidência (2015).

Nessa mesma época se notaria a presença de móveis pintados na América portuguesa. Estes seriam encontrados sobretudo em Minas Gerais, “alguns entalhados e com dourados, ou torneados e pintados, ou apenas com frisos dourados” (CANTI, 1980, p. 295). Em fins dos Setecentos se observariam decorações com motivos florais, guirlandas e laços de fitas, e entrariam em uso as camas acharoadas ou pintadas, estas utilizadas também predominantemente na região mineira. Entre o mobiliário sequestrado aos Inconfidentes se encontram catres que apresentavam pintura e douramento. Cabe citar o “catre com cabeceira dourado, e pintado, com armação ou sobrecéu de damasco de lã carmesim” (AUTOS..., 1982, v. 6, p. 70) pertencente ao Vigário Carlos Correia de Toledo, constante nos Autos de Devassa da Inconfidência Mineira, que também arrolam “um catre de pau torneado, pintado de azul e dourado” entre os bens de Inácio José de Alvarenga Peixoto (AUTOS..., 1982, v. 6, p. 170). Remanescentes de leitos pintados também figuram nos atuais acervos de museus. Um catre constante no acervo do Museu do Ouro (figuras 133a e 133b) possui pintura figurativa ao centro do frontão e outra peça pertencente ao Museu da Inconfidência, do último terço dos Setecentos, apresenta madeira pintada na cor azul com flores vermelhas e tabelas vazadas e recortadas em curvas (figura 134). Ambos os exemplares, que apresentam recortes no frontão em formas de “C” e “S”, se assemelham a àqueles tipos de camas mineiras ilustradas por Rodrigues (1943, p. 93) que associam o uso de galeria a elementos do “Barroco” ou do “Rococó”, numa sobreposição de características de tempos distintos

(figura 135). É interessante notar que o móvel da figura 134 parece se tratar de uma espécie de versão “estilizada” de tais modelos.

Figuras 133a e 133b – Catre em Jacarandá e couro cru. Século XVIII. Procedente de Santa Quitéria, MG. Museu do Ouro, Sabará, MG. Fonte: foto da autora (2015).

Figura 134 – Leito (1,825 x 1,40 x 2,02m). Último terço do século XVIII. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG. Fonte: Inventário 721, Museu da Inconfidência (2014).

Figura 135 – Ilustrações de José Wasth Rodrigues de exemplares de “camas de Minas”.
Fonte: Rodrigues (1943, p. 93).

Sobre os móveis portugueses, Arthur de Sandão (1973, p. 146) observa que, enquanto no Seiscentos a cama era destituída de pintura e se enriquecia através do uso de torneados, no século XVIII foi parcialmente retomado o uso de cores, “propícias à manufactura em madeiras nacionais”. A este respeito esclarece que

A pintura era exercida no móvel construído de madeira da terra, vulgarmente castanho; de carvalho ou nogueira também, sendo notada accidental aplicação nos de pinho.

Às madeiras exóticas, de cerne fechado, somente se dava o toque de dourados, brunidos, nas talhas do relevo e frisos de molduras em mobiliário eclesiástico da segunda metade de seiscentos e no profano da primeira metade do século XVIII. (SANDÃO, 1973, p. 136)

Nascimento (1950, p. 57) também nota que na Metrópole, para o feitiço dos “leitos ricos” do século XVIII, era preferido o uso de diversas variedades de Jacarandá. Já para aqueles “pintados e dourados ou ainda para os mais modestos empregavam-se as madeiras nacionais”.

É interessante uma observação feita por Arthur de Sandão em seu estudo acerca do móvel pintado em Portugal: “a pintura decorativa dos interiores – a dos tectos particularmente – manifesta acentuada correlação com a de alguns dos nossos móveis dos séculos XVII e XVIII” (SANDÃO, 1973, p. 25). Tal afirmação se correlaciona àquela interpretação de Angela Brandão (2009, p. 63) de que na Minas Gerais Setecentista se observaria um diálogo entre as distintas manifestações nas produções artísticas, isto associado às circunstâncias em que se exerceram os afazeres artesanais, nas quais os profissionais, atendendo a demandas diversificadas, se empenhavam na execução de variados tipos de trabalhos. Quanto à ausência de uma observância rígida dos limites e atribuições de cada ofício tanto na Metrópole quanto em Minas Gerais, Jeaneth de Araújo esclarece que o termo

“pintor” podia abranger desde o simples artífice que encarnava e estofava imagens, pintava bandeiras, ou outros objetos, como também podia nomear os *peritos na arte da pintura*, especializados em policromar os forros das naves e capelas-mores das igrejas ou capelas. (ARAÚJO, 2005, pp. 205-206, *itálico da autora*)

A autora acrescenta ainda que, na região mineira, o trabalho de douramento (através da aplicação de folhas de ouro) era exercido pelos pintores, exemplificando que mesmo um profissional reconhecido como Manoel da Costa Ataíde teria exercido tal função.

Mais comum ainda era o fato de que mesmo um importante pintor como o reconhecido *mestre*, autor da pintura do forro da nave da Capela de São Francisco da Penitência de Ouro Preto, pintasse ou dourasse objetos menos grandiosos que não forros ou retábulos de igrejas e capelas.

Ataíde também pintou ou fez douramentos em cadeiras, esquifes e nadores [sic] para procissão. (ARAÚJO, 2005, p. 209, *itálico da autora*)

Deste modo, certos tipos de composições, motivos decorativos e técnicas recorrentes em pinturas de forros e paredes (como os marmorizados e os elementos florais e “Rocalhas”) vistos tanto em ambientes religiosos quanto em espaços civis mineiros, também ocorreriam em algumas peças de mobiliário de uso doméstico (figuras 136 a 138).

Figura 136 – Oratório em Cedro. Museu Regional de São João del-Rei, MG.
Fonte: foto da autora (2015).

Figura 137 – “Arca de noiva” em Jacarandá e ferro. Século XVIII. Procedente do Arraial da Lapa, MG. Museu do Ouro, Sabará, MG.
Fonte: foto da autora (2015).

Figura 138 – Cômada em Cacheta. Segunda metade do século XVIII. Originária de São João del-Rei, MG. Fonte: Seraphico (1977, p. 32).

Entre os móveis portugueses, Sandão (1973, p. 96) observa que “pela sua instável missão a arca não recebia embelezamento como os móveis menos deambulatórios”. Deste modo não seria comum que este tipo de peça recebesse pintura, sendo “excepcionais as unidades que a mostrem exteriormente.” Já no contexto da América portuguesa, Bayeux afirma que

Em Minas Gerais eram comuns as arcas pintadas de verde, vermelho ou azul, ornamentadas com motivos florais, caracterizando um estilo próprio da região. Além das peças de madeira, eram confeccionadas peças forradas de couro, no estilo dos baús. (BAYEUX, 1997, p. 29)

Um exemplar de arca do século XVIII originária da região de Minas Gerais e constante do acervo do Museu da Casa Brasileira, na cidade de São Paulo, apresenta policromia em suas faces exteriores, combinando composições geométricas e motivos decorativos com elementos fitomórficos (figura 139). Este tipo de acabamento se assemelha ao de alguns móveis de guarda portugueses apresentados nos estudos de Sandão (figuras 140 e 141), o que parece caracterizar uma espécie de simplificação dos modelos lusos no móvel mineiro, assim como também ocorre em um armário originário de Sabará (figura 142).

Com relação aos armários policromados, segundo Canti (1980, p. 98), estes entrariam em uso na região mineira na segunda metade do século XVIII. Convém lembrar, no entanto, que estes, como outros tipos de móveis pintados, embora recorrentes em Minas Gerais, não foram exclusivos àquela região, tendo ocorrido também em outras áreas da América portuguesa. Assim como observa Flexor (1978, p. 68), estiveram em uso na Bahia armários “sobretudo feitos em vinhático ou madeira branca e pintados de escuro ou cores vivas por dentro e por fora”. O acervo do Museu da Inconfidência, em Ouro Preto, conta com alguns exemplares policromados ornamentados com motivos floridos (figuras 143 e 144). Note-se que o armário da figura 143, datado do século XVIII, exhibe pintura com flores tanto no interior quanto no exterior de suas portas. Seraphico (1977, p. 84), em seu estudo acerca do mobiliário em uso na América portuguesa, apresenta, entre outros móveis pintados, um exemplar com decorações em motivos “Rocalha” (figura 145).

Figura 139 – Arca em Cerejeira. Século XVIII. Origem: Minas Gerais. Museu da Casa Brasileira, São Paulo, SP.⁸¹

Fonte: O Museu da Casa Brasileira (2002, p. 45)

Figura 140 – Armário português (2,28 x 1,16 x 0,65m) em madeira de Castanho. Século XVIII.
Fonte: Sandão (1973, p. 110).

⁸¹ A legenda apresentada no catálogo do Museu da Casa Brasileira, referente à este exemplar explica que “a pintura de um coração na almofada central sugere que este móvel foi, provavelmente, destinado à guarda de enxoval de noiva” (O MUSEU..., 2002, p. 44).

Figura 141 – Armário (2,21 x 1,50 x 0,65m) em madeira de Castanho. Século XVII. Lisboa.
Fonte: Sandão (1973, paginação irregular).

Figura 142 – Armário em Cedro. Segunda metade do século XVIII. Originário de Sabará, MG.
Fonte: Seraphico (1977, p. 65).

Figura 143 – Armário (2,20 x 1,44 x 0,58m) em madeira e osso. Segunda metade do século XVIII. Procedente de Sabará, MG. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG.

Fonte: O Museu da Inconfidência (1995, p. 235).

Figura 144 – Armário (0,99 x 1,27 x 0,58m) em madeira e ferro. Primeira metade do século XIX. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG.

Fonte: Inventário 3414, Museu da Inconfidência (2015)

Figura 145 – Armário de canto em Cedro. Segunda metade do século XVIII. Originário de Ouro Preto, MG. Fonte: Seraphico (1977, p. 84).

Ainda entre o mobiliário “de guarda”, as cômodas seriam móveis que se destacariam nos Setecentos por seu labor e ornamentação. De acordo com Sandão (1973, p. 114), em Portugal estes móveis, que geralmente mostravam “elevados primores de estilo, esmero de goiva e formão”, resultariam “sem propósito para decoração pintural”, de modo que os exemplares pintados constituiriam exceção, ocorrendo na Metrópole apenas o douramento de alguns detalhes e ornatos. Na região mineira, além da presença dos exemplares de formas “movimentadas” e decorados com entalhes, também existiriam peças de feitiço singelo, com predominância de formas retas e acabamento em pintura (figuras 146 a 148).

Figura 146 – Cômoda (1,00 x 1,29 x 0,82m) em madeira e ferro. Segunda metade do século XVIII. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG.
Fonte: Inventário 703, Museu da Inconfidência (2014).

Figura 147 – Cômoda em Vinhático e ferro. Século XVIII. Originária de Minas Gerais. Apresenta resquícios de pintura. Museu da Casa Brasileira, São Paulo, SP.
Fonte: O Museu da Casa Brasileira (2002, p. 67).

Figura 148 – Cômoda em Cedro. Primeira metade do século XVIII. Ibituruna, MG.
Fonte: Seraphico (1977, p. 52).

Nos Autos de Devassa da Inconfidência Mineira (1982, v. 6) figuram não somente exemplares de catres, mas outros tipos de móveis aparecem descritos como pintados. Além das duas estantes pintadas que pertenciam ao Padre Toledo (AUTOS..., 1982, v. 6, p. 70) e ao Tenente Coronel Francisco de Paula Freire de Andrada (AUTOS..., 1982, v. 6, p. 224) e de “uma poltrona pintada de encarnado com filetes dourados” e mais “uma dita pintada de azul com filetes amarelos” elencadas entre os bens do Padre Rolim (AUTOS..., 1982, v. 6, p. 118), também se listam os “dois cofres ou baús acharoados” pertencentes a Inácio José de Alvarenga Peixoto (AUTOS..., 1982, v. 6, p. 170).

Além dos leitos, outros tipos de móveis mineiros constituiriam um tipo de produção “regional” a partir da assimilação de características e motivos dos móveis Seiscentistas procedentes do Norte de Portugal. Nos chamados bufetes de pernas de lira, cujas pernas são recortadas na grossura da madeira⁸², se observam tais características do Norte, especialmente do móvel minhoto.

Os bufetes de pernas de lira, usados em Minas Gerais e Goiás durante todo o séc. [sic] XVIII, principalmente na sua segunda metade, são típicos dessa região, formando um verdadeiro estilo tardio mineiro-goiano, calcado nos móveis daquela região portuguesa. (CANTI, 1980, p. 138).

Os bufetes “brasileiros” neste estilo se diferenciariam dos portugueses por se apresentaram estruturalmente mais fortes, podendo alguns serem de maiores proporções que os exemplares lusos e apresentar seis pernas em lugar de quatro (figura 149). Alguns exemplares apresentam pernas muito recortadas, que “lembram as que, em forma de animal estilizado, se encontram nos bufetes seiscentistas portugueses do Norte” (figura 150), outros são de feitio mais simples ou com recortes de “inspiração regional” (CANTI, 1980, p. 139). Um exemplo destes últimos figura no Museu do Ouro, possuindo pernas em recortes bastante movimentados (figuras 151a e 151b). Remanescentes de bufetes e mesas de pernas de lira constam em acervos de diferentes museus mineiros, tratando-se de um tipo de peça de uso bastante corrente em Minas Gerais até o século XIX (figuras 152 a 155). Segundo Rodrigues (1943, p. 96), esse tipo de móvel seria encontrado “em abundância, entre Mariana e Santa Bárbara”.

⁸² Canti (1980, p. 139) elucida que embora este tipo de bufete às vezes seja designado por “mesa holandesa”, mesas e bufetes desse tipo são inexistentes nos museus da Holanda, e em Portugal recebem este nome as chamadas mesas de “aba e cancela” provenientes da região do Porto, tratando-se portanto de uma designação inapropriada para as mesas de pernas de lira.

Figura 149 – Mesa (0,82 x 3,36 x 1,05m) em madeira, ferro e latão. Segunda metade do século XVIII. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG.
Fonte: Inventário 598, Museu da Inconfidência (2015).

Figura 150 – Mesa (0,88 x 1,79 x 0,945m) em Cedro e ferro. Século XVIII. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG.
Fonte: Inventário 653, Museu da Inconfidência (2014).

Figuras 151a e 151b – Mesa (0,81 x 1,45 x 0,79m) em Jacarandá e Vinhático. Segunda metade do século XVIII. Originária de Serro Frio, MG. Museu do Ouro, Sabará, MG. Fonte: foto da autora (2015).

Figura 152 – Mesa em Jacarandá. Século XVIII. Museu Regional de São João del-Rei, MG.
Fonte: foto da autora (2015).

Figura 153 – Mesa (0,92 x 1,945 x 1,00m) em Jacarandá e ferro. Século XVIII. Procedente de Sabará, MG. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG.
Fonte: Inventário 90, Museu da Inconfidência (2014).

Figura 154 – Mesa (0,875 x 1,39 x 0,82m) em Jacarandá e ferro. Século XVIII. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG.
Fonte: Inventário 368, Museu da Inconfidência (2014).

Figura 155 – Mesa, em Jacarandá e Vinhático. Século XVIII. Procedente de Sabará, MG. Museu do Ouro, Sabará, MG. Fonte: foto da autora (2015).

Um outro tipo de bufete, com estrutura intermediária entre aqueles de pernas de lira e os de cavalete, também seria fabricado no século XVIII, o qual Canti (1980, pp. 139-140) identifica como um “bufete regional mineiro-goiano”, cujas pernas são recortadas, porém apresentando pouca ou nenhuma inclinação (figuras 156a, 156b e 157). É interessante notar que o exemplar das figuras 156a e 156b apresenta resquícios de pintura que simula entalhes e que o móvel da figura 157, assim como ressalta a autora, embora possua entalhe característico de fins do século XVIII em sua aba, exibe goivados geralmente usados em móveis portugueses do século XVII na decoração de suas gavetas.

Figuras 156a e 156b – Mesa (0,85 x 2,575 x 1,06m). Segunda metade do século XVIII. Apresenta resquícios de pintura. Procedente de Sabará, MG. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG. Fonte: O Museu da Inconfidência (1995, pp. 198-199).

Figura 157 – Mesa (0,83 x 2,73 x 0,98m). Último quartel do século XVIII. Procedente de Sabará, MG. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG.
Fonte: O Museu da Inconfidência (1995, p. 213).

Entre o “mobiliário de descanso” alguns tipos de peças também são identificados pelos estudiosos como móveis “regionais”, nestes casos se enquadram os chamados bancos mineiros, também os bancos com caixa, tidos como peças típicas do mobiliário setecentista “mineiro-goiano”, e alguns tipos específicos de cadeiras e canapés em cujas características se reconhecem traços do mobiliário inglês. De acordo com Canti (1980, p. 110, *itálico da autora*), “a partir da primeira metade do séc. [sic] XVIII surge um verdadeiro estilo de *banco mineiro*”. Este tipo de móvel possuiria uma tábua sustentada por duas ou mais colunas de madeira por encosto, podendo apresentar braços. Já na segunda metade dos Setecentos se tornaria mais decorado, com encosto mais largo e recortado e braços mais volumosos. Com relação aos bancos com caixa, segundo a autora, estes seriam utilizados nos séculos XVIII e XIX, sobretudo nas regiões de Minas Gerais e Goiás. Os acervos do Museu Regional de São João del-Rei e do Museu da Inconfidência contam com alguns bancos cujos encostos podem apresentar ou não recortes (figuras 158 e 159). Um outro exemplar de banco com caixa originário de Diamantina e apresentado por Seraphico (1977, p. 74) exibe policromia com motivos florais (figura 160).

Figura 158 – Banco. Museu Regional de São João del-Rei, MG.
Fonte: foto da autora (2015).

Figura 159 – Banco (1,19 x 2,49 x 0,44m). Século XVIII. Apresenta gaveta com fechadura.
Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG.
Fonte: O Museu da Inconfidência (1995, p. 202).

Figura 160 – Banco com caixa em Cedro. Final do século XVIII. Originário de Diamantina, MG.
Fonte: Seraphico (1977, p. 74).

Também a respeito da produção mineira, Bayeux (1997, p. 72) destaca a ampla difusão do estilo Sheraton, executado sobretudo em Minas Gerais já na primeira metade do século XIX. Para a autora, a adaptação das características do mobiliário inglês às condições locais, permitiria interpretações de caráter regional que resultariam no chamado “Sheraton Brasileiro”. Tilde Canti (1989, p. 19) afirma que a interpretação mineira deste estilo teria como característica “a maneira ingênua da incrustação das flores”, também havendo “os assentos sem incrustações e tendo como decoração os desenhos típicos, formados pelas travessas do espaldar”. Na América portuguesa existiriam tanto móveis Sheraton importados diretamente da Inglaterra, após a abertura dos portos em 1808, quanto cópias destes, estas feitas até aproximadamente 1830. José de Almeida Santos (1944, t. I, v. 1, p. 108) acredita que a obra “‘The Cabinet-Maker Upholsterer’s Drawing Book’ de Sheraton, [...] tenha tido divulgação, em Portugal e no Brasil, entre os profissionais”. O autor ressalta o traçado de execução mais simples, portanto mais econômica, nos desenhos das cadeiras de Sheraton. Provavelmente este tenha sido um dos fatores relevantes para a ampla difusão de seus modelos em princípios dos Oitocentos na região mineira, dada sua situação de decadência naquele período. “Os preços de fabricação deviam ser muito mais baixos do que os dos móveis até então usados pelos poderosos, contribuindo para sua expansão entre as classes inferiores” (SANTOS, 1944, t. I, v. 1, p. 114). Em diferentes museus mineiros figuram diversas cadeiras e canapés de características baseadas nos móveis de Sheraton (figuras 161 a 165).

Figura 161 – Cadeira (0,85 x 0,43 x 0,35m) em jacarandá e junco trançado. Procedente de Diamantina, MG. Apresenta técnica de marchetaria. Primeiro quarto do século XIX. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG. Fonte: Inventário 1239, Museu da Inconfidência (2014).

Figura 162– Cadeira (0,85 x 0,50m) em jacarandá e palhinha. Primeiro quarto do século XIX. Museu Casa dos Inconfidentes, Ouro Preto, MG. Fonte: foto da autora (2015).

Figura 163 – Cadeira (0,88 x 0,39 x 0,42m) em jacarandá e junco trançado. Primeira metade do século XIX. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG. Fonte: Inventário 2397, Museu da Inconfidência (2013).

Figura 164 – Canapé (0,93 x 1,93 x 0,64m) em jacarandá e junco trançado. Primeiro quarto do século XIX. Procedente de Diamantina, MG. Apresenta técnica de marchetaria. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG.

Fonte: Inventário 1240, Museu da Inconfidência (2014).

Figura 165 – Canapé em madeira e palhinha. Século XIX. Museu Regional de São João del-Rei, MG. Fonte: foto da autora (2015).

Além dos móveis de assento, também estiveram em uso em princípios do século XIX na região mineira outros tipos de mobiliário com características Sheraton, como exemplares de armários, mesas e leitos. Estes, como as cadeiras e os canapés, também poderiam apresentar frisos e incrustações com elementos fitomorfos de caráter ingênuo, caracterizando o chamado “Sheraton Brasileiro” (figuras 166 a 168). A peça da figura de número 167 exhibe embutidos fitomorfos, monograma e o desenho de um par de pombinhos segurando uma fita com os dizeres “o amor nos unio”.

Figura 166 – Armário (2,05 x 1,95 x 0,59m) em Caviúna e madeira clara. Primeiro quarto do século XIX. Diamantina, MG. Apresenta incrustações de elementos fitomorfos.
Fonte: Canti (1989, p. 20).

Figura 167 – Leito (1,87 x 2,05 x 1,16m) em Jacarandá e madeira clara. Primeiro quarto do século XIX. Diamantina, MG.
Fonte: Canti (1989, p. 29).

Figura 168 – Mesa (0,78 x 0,74 x 0,43m) em Jacarandá e madeira clara. Primeiro quarto do século XIX. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG. Fonte: Inventário 1233, Museu da Inconfidência (2015).

Pelo exposto, algumas considerações se tornam pertinentes. Observa-se que questões como o comércio marítimo e os tradicionais laços políticos entre Portugal e Inglaterra, bem como a procedência do Norte de Portugal de grande parte dos profissionais atuantes na região mineira nos Setecentos, se constituíram em condicionantes para a conformação de algumas peças do mobiliário tido como típico de Minas Gerais entre o início do século XVIII e as primeiras décadas do XIX. Porém, também se percebem na produção mineira características que parecem ter procurado atender a uma demanda de móveis de execução mais simples e feição mais singelo e, portanto, de preço mais acessível. A estes casos poderiam corresponder os móveis de estilo “Sheraton brasileiro” e também certos exemplares entre as peças de mobiliário pintado, cujo acabamento possibilitaria tanto simular o trabalho de talha quanto atender a ornamentações figurativas. Outro elemento que parece se evidenciar no mobiliário mineiro é uma tendência à simplificação dos modelos portugueses, seja pela aparente execução por parte de profissionais que talvez não possuíam meios instrumentais (como os tornos) ou as técnicas necessárias para a concretização fidedigna de modelos “eruditos”, ou pelo próprio “espírito de comedimento” mineiro.

A partir de uma articulação da historiografia, envolvendo tanto produções relativas ao estudo dos ofícios na América portuguesa como contribuições relacionadas ao processo de povoamento da região de Minas Gerais, adverte-se a importância do reconhecimento das especificidades desenvolvidas no ambiente de produção artística e moveleira mineira e de seus condicionantes e se apontam ainda outras possibilidades de estudos acerca do móvel em uso na região mineira no século XVIII e início do XIX.

Considerações finais

No decorrer dos Setecentos e princípio dos Oitocentos ocorreram importantes mudanças concernentes à vida privada no contexto da América portuguesa. Entre meados do terceiro século de colonização e o início do quarto, com uma relativa retração da disposição para a mobilidade entre os colonos, observa-se um maior cuidado em relação à preservação da intimidade e aos padrões de sociabilidade (ALGRANTI, 1997, pp. 103-104). Neste sentido, os descobertos auríferos na região de Minas Gerais também tiveram um significativo papel no assentamento de um modo de vida mais estável na América portuguesa. Com o advento da mineração, a concentração urbana e administrativa seria fundamental ao cumprimento das ordens e regulações fiscais estabelecidas pela Coroa (BASTOS, 2014, p. 94). Também aos colonos passaria a interessar uma condição de permanência nas povoações, dadas as emergentes formas de subsistência urbana geradas pela presença do comércio, as oportunidades de trabalho livre e a concessão oficial de foros e privilégios. Novas “formas de organização urbana condicionadas a requisições de conveniência, decência e dignidade” regulariam a acomodação física dos moradores (BASTOS, 2014, p. 228). Cabe também salientar que os hábitos de sociabilidade e as convenções inerentes ao convívio nos meios urbanos promoveriam maiores cuidados em relação ao aspecto dos ambientes residenciais.

Na região relativamente “isolada” de Minas Geras, criou-se uma demanda de articulação entre os diferentes grupos socioeconômicos. Além do funcionalismo, a presença dos artesãos e dos comerciantes se faria indispensável (IGLÉSIAS, 1972, t.2, v.2, p. 371). Consequentemente, gerou-se um complexo sistema de interdependências e relações, além de domicílios de constituições diversas.

Os levantamentos de plantas de antigos imóveis residenciais presentes na literatura especializada parecem indicar a existência, àquele tempo, de uma variedade de soluções no que tange à disposição dos espaços interiores das moradias, que poderia corresponder à diversidade das estruturas familiares e domiciliares existentes nos séculos XVIII e início do XIX na região mineira, assim

como refletir a heterogeneidade das condições socioeconômicas de seus moradores.

Também se percebe, através da combinação da análise de tais plantas ao estudo de relatos coevos, alguns possíveis recursos à privacidade, seja na configuração dos acessos, circulações e espaços físicos em alguns exemplares, que poderia possibilitar um certo “resguardo” aos moradores, seja na separação das atividades, que corresponderia à existência de um “zoneamento”, tal como apontado por Lemos (1989, p. 43) nas construções assobradadas, mas também observado em moradias térreas: “salas de receber na frente, alcovas na zona central da construção e estar familiar e serviços nos fundos”. Tal separação, também se observaria no posicionamento de instalações como lojas, depósitos ou senzalas no pavimento térreo dos sobrados, e da moradia nos pisos superiores. A especialização dos usos dos espaços em determinadas residências também se observaria na presença de compartimentos dedicados a “capelas”, “bibliotecas”, entre outras funções específicas.

No que concerne ao mobiliário e aos objetos de uso doméstico, as fontes disponíveis evidenciam além da existência de ambientes residenciais em condições de simplicidade ou mesmo de precariedade, também indícios da presença, em algumas casas, de elementos capazes de assegurar maior comodidade e conferir certa dignidade às moradias, bem como denunciam a existência de algumas residências mais abastadas cujos provimentos atestam um caráter nada precário. Tais evidências contradizem a visão de um quadro homogêneo no que concerne à conformação dos interiores residenciais na América portuguesa, no século XVIII e início do XIX. A partir dos Setecentos, também se notaria a adoção do uso de novas formas e tipologias de mobiliário que propiciariam outros usos e percepções concernentes à noção de privacidade e conforto. A exemplo disto, móveis como os catres e os leitos passariam a ser mais utilizados na Colônia no decorrer do século XVIII, assim como escritórios, cômodas, entre outros.

Além do estudo de seus usos, também se adverte a importância de aprofundamentos concernentes às especificidades desenvolvidas no ambiente de produção artística e moveleira mineira. Diferentes estudiosos tem salientado a existência de características recorrentes e “regionalismos” no mobiliário tido como originário de Minas Gerais. Com relação aos seus condicionantes, alguns

autores apontam a existência de uma relação entre a origem dos profissionais portugueses e as características formais observadas em suas produções na região mineira. A exemplo disto, Tilde Canti (1980) aponta a assimilação de características e motivos dos móveis Seiscentistas originários do Norte de Portugal (região de procedência de um relevante número de profissionais que atuaram em Minas Gerais) na produção das chamadas “camas de galeria” e dos “bufetes de pernas de lira”. Outras questões também se refletiriam no feitio do móvel dito mineiro, como o comércio marítimo português e o consequente contato com as criações artísticas de outras localidades, em especial as da Inglaterra, cujas repercussões se notariam na suntuária lusitana (BAYEUX, 1997, p. 47) e resultariam na produção do chamado “Sheraton Brasileiro”. Já a significativa presença de peças de mobiliário pintado na região mineira, nas quais – assim como assinala Sandão (1973, p. 25) acerca do móvel pintado em Portugal – observa-se uma correlação com a pintura decorativa de interiores, parece se relacionar à questão do diálogo entre as distintas manifestações nas produções artísticas, considerando que os profissionais, atendendo a demandas diversificadas, se empenhavam na execução de variados tipos de trabalhos, como sugerem os estudos de Brandão (2009, p. 63). A apuração de quais características seriam exclusivas à produção mineira ou quais seriam apenas recorrentes naquela região, permanece questão passível de aprofundamentos no estudo do mobiliário antigo no Brasil.

A partir do estudo desenvolvido no presente trabalho, que buscou analisar os móveis em suas duas instâncias, “utilitária” e “artística”, observa-se diversas questões ainda carentes de aprofundamentos e a necessidade de novas abordagens no estudo do mobiliário antigo no Brasil. A historiografia do móvel no contexto luso-brasileiro também reclama novas contribuições, seja acerca dos materiais e técnicas empregados no seu feitio seja na ampliação do estudo das condições de sua produção, ou ainda por seu interesse sociológico ou antropológico. O móvel, objeto também dotado de significados, é testemunho do universo da cotidianidade que abarca os diversos campos da vida: o trabalho, a religiosidade, os costumes, as antigas vivências sociais.

Referências Bibliográficas

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida privada e ordem privada no Império. In: NOVAIS, Fernando A. **História da vida privada no Brasil: Império**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. v.2. cap. 1, pp. 12-93.

ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica. In: NOVAIS, Fernando A. **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. v.1. cap. 3, pp. 83-154.

ANDRADE, Rodrigo de Melo Franco. Introdução. In: RODRIGUES, José Wasth. **Mobiliário**. Rio de Janeiro: Ed. de Ouro, 1968. pp. 9-15.

ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia/EDUSP, 1982.

ARAÚJO, Jeaneth Xavier de. Artífices na Vila Rica setecentista: possibilidades de pesquisa. In: ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ARTE, 1., 2005, Campinas. **Atas do I Encontro de História da Arte**. Campinas: IFCH/Unicamp, 2005. pp. 202-209. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/chaa/eha/atas/2004/DE%20ARAUJO,%20Jeaneth%20Xavier%20-%20IEHA.pdf>>. Acesso em: 30, nov. 2016.

ARAÚJO, João Hermes Pereira de. Prefácio. In: CANTI, Tilde. **O móvel do século XIX no Brasil**. Rio de Janeiro: Cândido Guinle de Paula Machado, 1989. pp. 5-7.

ARCOWEB. **Isabela Vecchi**: expografia de museu. 2016. Disponível em: <<https://arcoweb.com.br/projetodesign/interiores/isabela-vecchi-expografia-demuseu-tiradentes-mg>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

AUTOS de devassa da Inconfidência Mineira. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1982. v. 6.

ÁVILA, Cristina. A arte dos oratórios: artistas anônimos e atribuição de obras. In: MUSEU do Oratório: Coleção Ângela Gutierrez. Belo Horizonte: Conceito, 2013. pp. 148-157.

BASTOS, Rodrigo. **A arte do urbanismo conveniente**. Florianópolis: UFSC, 2014.

BAYEUX, Glória. **O móvel da casa brasileira**. São Paulo: Museu da Casa Brasileira, 1997.

BAZIN, Germain. **O Aleijadinho e a escultura barroca no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 1963.

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário portuguez e latino: aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico**. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1728. 8v. Disponível em:

<http://www.brasiliana.usp.br/search?filtertype=*&filter=bluteau&submit_search-filter-controls_add=Buscar> Acesso em: 20, Ago. 2016.

BRANDÃO, Angela. José Wasth Rodrigues e uma história da cultura material. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DO ICHS: caminhos da historiografia brasileira contemporânea, 1., 2006, Mariana. **Anais & caderno de resumos do Seminário Caminhos da Historiografia Brasileira Contemporânea**. Mariana: UFOP/ICHS-DEHIS-CAHIS, 2006. pp. 1-9.

_____. Das pontes aos castiçais: a produção de mobiliário artístico em Minas Gerais do século XVIII e os ofícios mecânicos. **Revista Científica da Faculdade de Artes do Paraná**, Curitiba, v.4, n.2, pp. 50-66, jul./dez. 2009. Disponível em: <<http://www.fap.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=139>>. Acesso em: 20 Ago. 2016.

_____. Anotações para uma história do mobiliário brasileiro do século XVIII. **Revista do Centro de Preservação Cultural da Universidade de São Paulo**, São Paulo, n. 9, pp. 42-64, nov. 2009/abr. 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/15654>>. Acesso em: 19 out. 2016.

_____. Sobreposição de tarefas: uma leitura do dicionário de Judith Martins. In: COLÓQUIO DO COMITÊ BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA ARTE, 33., 2013, Rio de Janeiro. **Anais do XXXIII Colóquio do Comitê Brasileiro de História da Arte**. Rio de Janeiro: CBHA/UFRJ, 2013. pp. 395-413.

BRUNO, Ernani Silva; ACAYABA, Marlene Milan (Coord.). **Equipamentos, usos e costumes da casa brasileira**. São Paulo: Museu da Casa Brasileira, 2000. 5 v.

CANTI, Tilde. **O móvel no Brasil: origens, evolução e características**. Rio de Janeiro: Cândido Guinle de Paula Machado, 1980.

_____. **O móvel do século XIX no Brasil**. Rio de Janeiro: Cândido Guinle de Paula Machado, 1989.

CERQUIZE. **Casa da cultura de Santa Bárbara**. 2011. 1 fotografia. Disponível em: <<http://felipecerquize.blogspot.com.br/2011/05/estrada-real-v.html>>. Acesso em: 21 nov. 2016.

COMPAT. **Bens inventariados do município de Mariana**. 2016a. Disponível em: <<http://www.conselho-patrimonio-cultural-mariana.org/bens-inventariados>>. Acesso em: 21 nov. 2016.

_____. **Os belos solares de outros tempos**. 2016b. Disponível em: <<http://www.conselho-patrimonio-cultural-mariana.org/os-belos-solares-de-outros-tempos>>. Acesso em: 28 Set. 2016.

COSTA, Iraci Del Nero da. **Vila Rica: população**. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas da FEA/USP, 1979.

_____. Ocupação, povoamento e dinâmica populacional. In: _____; LUNA, Francisco Vidal. **Minas colonial: economia & sociedade**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1982. cap. 1, pp. 1-30.

_____; LUNA, Francisco Vidal. **Minas colonial: economia & sociedade**. São Paulo: FIPE/Pioneira, 1982.

COSTA, Lucio. Notas sobre a evolução do mobiliário luso-brasileiro. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 3, pp. 149-162, 1939.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata**. São Paulo: Editora da Unesp, 2000.

DANGELO, André Guilherme Dornelles. **A cultura arquitetônica em Minas Gerais e seus antecedentes em Portugal e na Europa: arquitetos, mestres-de-obras e construtores e o trânsito de cultura na produção da arquitetura religiosa nas Minas Gerais setecentistas**. 2006. 490f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

_____. José Coelho de Noronha, arquiteto: um mestre lisboeta nas Minas Gerais Setecentistas. In: CONGRESSO DE HISTÓRIA DA ARTE PORTUGUESA, 4., 2014, Lisboa. **Actas do IV Congresso de História da Arte Portuguesa**. Lisboa: APHA, 2014. pp. 9-15. Disponível em: <<http://www.apha.pt/wp-content/uploads/docs/Actas%20IV%20CHAP%20final.pdf>>. Acesso em: 20, ago. 2016.

DEBRET, Jean Baptiste. **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil**. São Paulo: Martins/USP, 1972. 3 v.

DIAS, Hércia. O mobiliário dos inconfidentes. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 3, pp. 163-172, 1939.

D'ORBIGNY, Alcide Dessalines. **Viagem pitoresca através do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia/EDUSP, 1976.

FERNANDES, Cybele V. Neto. Labor e arte, registros e memórias. As teias do fazer artístico no espaço luso-brasileiro. In: COLÓQUIO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA ARTE, 7., 2005, Porto. **Actas VII Colóquio Luso-brasileiro de história da arte**. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2007. pp. 109-118.

FERRAZ, Eugênio. **A Casa dos Contos de Ouro Preto: ensaio histórico e memória da restauração no ano do seu bicentenário**. Belo Horizonte: Multicor Artes Gráficas, 1985.

FLETCHER, James Cooley; KIDDER, Daniel Parish. **O Brasil e os Brasileiros (1855-1865)**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941. v. 2.

FLEXOR, Maria H. **Mobiliário brasileiro: Bahia**. São Paulo: Espade, 1978.

_____. **Mobiliário baiano**. Brasília: IPHAN/Programa Monumenta, 2009.

_____. O Mobiliário brasileiro dos séculos XVIII e XIX: metodologias de pesquisa. In: TIRAPELI, Percival (Org.). **Patrimônio sacro na América Latina: arquitetura, arte, cultura**. São Paulo: Editora da UNESP/Arte Integrada/FAUUSP, 2015.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. **O prazer do percurso**. Disponível em: <<http://www.casaruibarbosa.gov.br/oprazerdopercurso/img/cost01g.jpg>>. Acesso em: 28 set. 2016.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1963.

GARCIA, Rodolfo. Explicação. In: AUTOS de devassa da Inconfidência Mineira. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1982. v. 6.

GARDNER, George. **Viagem ao interior do Brasil**: principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841. Belo Horizonte: Itatiaia/EDUSP, 1975.

GOVERNO DE PORTUGAL. **MatrizNet**: inventários. Disponível em: <<http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objectos/ObjectosConsultar.aspx?IdReg=1012757>> Acesso em: 21 nov. 2016a

_____. **MatrizNet**: inventários. Disponível em: <<http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objectos/ObjectosConsultar.aspx?IdReg=291748>> Acesso em: 21 nov. 2016b

IGLÉSIAS, Francisco. Minas Gerais. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História geral da civilização brasileira**. São Paulo: DIFEL, 1972. t.2, v.2

IPHAN. **Paço Municipal (Sabará, MG)**. 1950. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_belas.gif&Cod=1412>. Acesso em: 21 nov. 2016.

LE MOS, Carlos A. C. **História da casa brasileira**. São Paulo: Contexto, 1989.

LIMA JÚNIOR, Augusto de. **A capitania das Minas Gerais**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978.

LIMA, Paula Coelho M. de. **A cômoda-papeleira e seus segredos**. Março 2016. Disponível em: <<http://www.mcb.org.br/pt-BR>>. Acesso em: 21 nov. 2016.

LUCCOCK, John. **Notas sobre o Rio de Janeiro e parte meridionais do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

MALTA, Marize. Algumas questões sobre o mobiliário colonial. **Revista Pindorama**, Porto Alegre, pp. 1-20, [2013?]. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/artecolonial/pindorama>>. Acesso em: 5 de Jul. 2013

MARTINS, Judith. **Dicionário de Artistas e Artífices dos Séculos XVIII e XIX em Minas Gerais**. Rio de Janeiro: IPHAN, 1974. 2v.

MATTOSO, Kátia M. de Q. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

MAWE, John. **Viagens ao interior do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia/EDUSP, 1978.

MENESES, José Newton Coelho. “Mecânicos” e “mesteres”: trabalho, cotidiano e poder local no final do Antigo Regime português – Minas Gerais e Lisboa – 1750-1808. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 421, pp. 233-259, 2003. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B_G9pg7CxKSsMmgysUF5a3h4SDQ/view>. Acesso em: 30, Nov. 2016.

_____. A louça do meu uso, tanto da Índia como de estanho: rusticidade cotidiana e requinte ocasional nas mesas das Minas Gerais setecentistas. **SÆculum - Revista de História**, João Pessoa, pp. 31-38, jul./dez, 2012.

MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de. **A travessia da Calunga Grande: três séculos de imagens sobre o negro no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2012.

MOURÃO, Rui. Prefácio. In: O MUSEU da Inconfidência. São Paulo: Banco Safra, 1995.

MUSEU Casa Padre Toledo: memória da restauração artística e arquitetônica. Belo Horizonte: EA/UFGM, 2012.

MUSEU DA CASA BRASILEIRA. **Arquivo Ernani Silva Bruno**. Disponível em: <<http://www.mcb.org.br/pt-BR/acervo/arquivistico>>. Acesso em: 28 set. 2016.

MUSEU DA INCONFIDÊNCIA. **Catálogo de Objetos: inventários**. Ouro Preto: Museu da Inconfidência, 2013.

_____. **Catálogo de Objetos: inventários**. Ouro Preto: Museu da Inconfidência, 2014.

_____. **Catálogo de Objetos: inventários**. Ouro Preto: Museu da Inconfidência, 2015.

_____. **Acervo.** Disponível em:
http://www.museudainconfidencia.gov.br/pt_BR/museu/peca-em-destaque.
 Acesso em: 28 set. 2016.

MUSEU do Oratório: Coleção Ângela Gutierrez. Belo Horizonte: Conceito, 2013.

MUSEU DO OURO. **Ficha de identificação e inventário museológico nº 168.** Sabará: Museu do Ouro, 2007.

NASCIMENTO, João Filipe da Silva. **Leitos e camilhas portuguesas:** subsídios para o seu estudo. Lisboa: Autor, 1950.

NOVAIS, Fernando A. Condições da privacidade na colônia. In: _____
História da vida privada no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
 v.1. cap. 1, pp. 14-39.

OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de. Entalhadores bracarenses e lisboetas em Minas Gerais setecentista. In: COLÓQUIO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA ARTE, 7., 2005, Porto. **Actas VII Colóquio Luso-brasileiro de história da arte.** Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2007. pp. 423-430.

O MUSEU da Casa Brasileira. São Paulo: Banco Safra, 2002.

O MUSEU da Inconfidência. São Paulo: Banco Safra, 1995.

REIS FILHO, Nestor Goulart. A urbanização e o urbanismo na região das minas. **Cadernos de Pesquisa do LAP,** São Paulo, n. 30, jul.-dez. 1999.

RODRIGUES, José Wasth. Móveis antigos de Minas Gerais. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional,** Rio de Janeiro, n. 7, pp. 79-98, 1943.

_____. **Mobiliário.** Rio de Janeiro: Ed. De Ouro, 1968.

_____. **Documentário arquitetônico relativo à antiga construção civil no Brasil.** Belo Horizonte: Itatiaia, 1979.

RUGENDAS, João Maurício. **Viagem pitoresca através do Brasil.** São Paulo: Martins, 1976.

RUSO, Silveli Maria de Toledo. **Espaço doméstico, devoção e arte:** a construção histórica do acervo de oratórios brasileiro, séculos XVIII e XIX. 2010. 2 v. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem à província de São Paulo e resumos das viagens ao Brasil, província Cisplatina e Missões do Paraguay.** São Paulo: Martins, 1972.

_____. **Viagem pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil.** Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

_____. **Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais.** Belo Horizonte: Itatiaia, 1975a.

_____. **Viagem às Nascentes do Rio São Francisco.** Belo Horizonte: Itatiaia, 1975b.

_____. **Viagem à província de São Paulo.** Belo Horizonte: Itatiaia/EDUSP, 1976.

SAMARA, Eni de Mesquita. Os agregados: uma tipologia ao fim do período colonial (1780-1830). **Revista estudos econômicos.** São Paulo, v. 11, n. 3, pp. 159-168, dez. 1981.

SANDÃO, Arthur de. **O móvel pintado em Portugal.** Barcelos: Livraria Civilização, 1973.

SANTOS, José de Almeida. **Mobiliário artístico brasileiro.** São Paulo: Elvino Pocaí, 1944. 3v.

SANTOS, Ângelo Oswaldo de Araújo. A arte e a fé dos oratórios brasileiros. In: MUSEU do Oratório: Coleção Ângela Gutierrez. Belo Horizonte: Conceito, 2013. pp. 13-23.

SELA, Eneida Maria Mercadante. **Desvendando figurinhas:** um olhar histórico para as aquarelas de Guillobel. 2001. 145 f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

SERAPHICO, Luís. **Arte colonial:** mobiliário. São Paulo: Rhodia, 1977.

SILVA, Maria Beatriz Marques Nizza da. **História da família no Brasil colonial.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

SMITH, Robert Chester. **The art of Portugal.** London: Weidenfeld & Nicolson, 1968.

SOUZA, Laura de Mello e. **Desclassificados do ouro:** a pobreza mineira no século XVIII. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

TÔRRES, João Camillo de Oliveira. **História de Minas Gerais.** Belo Horizonte: Lemi, 1980.

VASCONCELLOS, Sylvio de. **Vila Rica formação e desenvolvimento:** residências. São Paulo: Perspectiva, 2011.

VASCONCELOS, Salomão de. Ofícios mecânicos em Vila Rica durante o século XVIII. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n.4, pp. 331-360, 1940.

VERÍSSIMO, Francisco Salvador. **500 anos da casa no Brasil**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.

ZEMELLA, Mafalda P. **O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII**. São Paulo: HUCITEC, 1990.